

Cenários do Futuro de Angola 2050

Para além do petróleo

Lily Welborn, Jakkie Cilliers e Stellan Kwasi



Apesar de décadas de rápido crescimento económico em Angola, uma educação de qualidade e um bom nível de vida permanecem fora do alcance da maioria dos angolanos. A desaceleração económica induzida pela queda do preço do petróleo a partir de 2014 exacerbou os já elevados níveis de pobreza extrema, particularmente nas províncias rurais. Este relatório analisa os impactos das diferentes agendas de desenvolvimento na trajectória de crescimento de Angola. Este relatório revela que a melhoria das infraestruturas de água e saneamento oferecem a melhor forma de garantir um nível de vida mais adequado e de fazer crescer a economia a longo prazo.

Principais Constatções

- ▶ Angola tem uma das populações mais jovens e de crescimento mais rápido do mundo, o que desacelera o potencial crescimento do rendimento.
- ▶ Quase um terço dos adultos angolanos não são alfabetizados e 70% dos que pertencem a esta categoria são mulheres.
- ▶ Se não houver uma acção imediata, o número de angolanos que vivem na pobreza continuará a crescer, a partir da estimativa actual de 22 milhões, durante pelo menos mais uma década.
- ▶ O número de crianças que sofrem de subnutrição reduziria em um terço até 2035, se a taxa de acesso à água potável fosse aumentada da estimativa actual de 60% para 70%, e a taxa de acesso ao saneamento melhorado de 40% para 75%, até 2035.
- ▶ As elevadas taxas de desnutrição infantil e de mortalidade materna em Angola só podem ser melhoradas através da reabilitação e construção de infraestruturas hídricas e de saneamento.
- ▶ O aumento modesto das transferências de dinheiro do Governo para as Comunidades em situação de pobreza, reduziria imediatamente a pobreza e a subnutrição.

Recomendações

- ▶ Os Ministérios da Saúde e da Construção e Obras Públicas devem garantir o fornecimento de água limpa e instalações sanitárias a todos os angolanos para se reduzir as elevadas taxas de desnutrição, mortalidade materna e infantil e mortes relacionadas com diarreia.
- ▶ O Governo deveria redireccionar parte das suas despesas militares para infraestruturas, educação e saúde.
- ▶ O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, os governos provinciais e municipais e as organizações da sociedade civil devem promover um amplo apoio ao direito das raparigas e das mulheres aos cuidados de saúde – incluindo aos cuidados de saúde reprodutiva – e à educação.
- ▶ O Governo precisa de dar seguimento ao seu compromisso de diversificar a economia, pois se não o país corre o risco de enfrentar outra contracção económica quando as reservas de petróleo se esgotarem, possivelmente já em 2030.
- ▶ Para diversificar a economia o Governo precisa de fornecer electricidade a mais angolanos e alinhar-se com a agenda global de combate às alterações climáticas, enquanto que o Ministério da Energia e Águas, especificamente a Direcção Nacional de Electricidade, deve investir no vasto potencial de energias renováveis de Angola.
- ▶ O Ministério da Educação, os governos provinciais e municipais e a sociedade civil devem concentrar as suas atenções primeiro na melhoria das taxas de participação no primeiro ciclo do secundário, depois na melhoria das taxas de participação no segundo ciclo do secundário e nas taxas de participação do ensino profissional e terciário.
- ▶ O Governo deveria implementar as recomendações do Fundo Monetário Internacional no sentido de cortar os subsídios ao combustível de aviação, diesel e outros produtos de base, ao mesmo tempo em que aumenta as transferências de dinheiro para os pobres.
- ▶ Para tornar Angola mais segura e melhorar de forma sustentável os meios de subsistência rurais, os Ministérios de Agricultura e Florestas, Construção e Obras Públicas e de Energia e Águas deveriam dar prioridade à expansão das terras cultivadas sob irrigação.

Introdução

Até recentemente uma das economias de mais rápido crescimento em África, Angola há muito que se comprometeu a diversificar a sua economia, para alcançar e sustentar o crescimento económico no sector não petrolífero, para além do período em que a produção petrolífera é predominante. Mas os legados do conflito civil, que durou 27 anos, a agitação política de 2002 a 2008 e, mais recentemente, o fraco crescimento económico, na sequência do colapso dos preços do petróleo em 2014, têm impedido o progresso.

Apesar de melhorias substanciais registadas desde o fim da guerra civil em 2002, os resultados do desenvolvimento humano em Angola são baixos, mesmo em comparação com o resto de África. No Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹, Angola ocupa o 147º lugar entre 189 países, sugerindo, por isso, que as hipóteses de se ter uma vida longa e saudável, educação de qualidade e um bom nível de vida, estão fora do alcance da maioria dos angolanos.² Uma em cada três pessoas em Angola experimenta um nível de pobreza multidimensional – um fenómeno em grande parte impulsionado por sistemas de educação e saúde que a maioria das famílias não pode custear.

Angola poderia ultrapassar Marrocos, passando a ser a terceira maior economia africana de rendimento médio inferior

Embora as rápidas taxas de urbanização e os recursos naturais de Angola augurem boas perspectivas económicas a médio e longo prazos, os próximos anos são mais incertos. Os preços do petróleo bruto recuperaram parcialmente desde 2014, mas a economia angolana continua a ser extremamente vulnerável à volatilidade do mercado petrolífero.

Como é que as tendências, desafios e oportunidades actuais irão influenciar o desenvolvimento futuro de Angola? Os seus vastos recursos naturais – desde as grandes extensões de terra fértil a um imenso potencial hidroeléctrico – podem ajudar Angola a tornar-se uma economia estável e uma sociedade pacífica e inclusiva. Mas para que estes recursos se traduzam num

crescimento sustentável, o governo deve comprometer-se a dar prioridade ao desenvolvimento humano – o que implica a eliminação da má gestão económica verificada ao longo de décadas passadas.

Propósito e âmbito

Este relatório propicia uma avaliação integrada de como os vários sectores de Angola – incluindo a economia, energia, demografia, agricultura e saúde – podem vir a desenvolver-se até 2050. Primeiro, examina uma previsão integrada sobre o futuro de Angola a longo prazo. Designado de ‘Trajectória Actual’, este cenário representa uma continuação das actuais condições políticas nacionais e internacionais. A Trajectória Actual constitui um cenário dinâmico que ultrapassa uma extrapolação linear da dinâmica histórica e reflecte fenómenos em evolução, incluindo alterações climáticas, reservas de água, combustíveis fósseis e outros recursos naturais, bem como tendências demográficas globais.

Em seguida, o relatório apresenta cinco cenários sectoriais para Angola, que ilustram o impacto de políticas ambiciosas mas realistas, com um horizonte temporal que se prolonga até 2050, e que visam fazer avançar: a educação e o empoderamento das mulheres; infraestruturas de água e saneamento; agricultura; governação; e energia. Estes cenários são complementares e as eventuais opções referentes ao caminho de desenvolvimento futuro de Angola reflectirão necessariamente uma combinação de certas dimensões de cada cenário.

Utilizámos o modelo de Futuros Internacionais (IFs) (Caixa 1). O modelo IFs constitui uma ferramenta publicamente disponível e de código aberto, que ajuda os investigadores e decisores políticos a pensar estrategicamente, e a planear, o futuro. Um elemento necessário do planeamento a longo prazo envolve analisar criticamente como as tendências actuais e emergentes podem interagir para moldar o futuro do país.

Por forma a alterar o futuro de Angola – rumo a um caminho sustentável – a agenda alargada do Presidente João Lourenço deve conter uma componente chave que perspetive o futuro. Actualmente, o governo angolano defende múltiplas estratégias de desenvolvimento sectorial e de médio prazo, e está a desenvolver um programa designado por ‘Angola 2050’ para orientar a agenda de desenvolvimento da nação.

Caixa 1: O modelo de Futuros Internacionais (IFs) e o cenário da Trajectória Actual

A plataforma de modelação IFs é um modelo de avaliação integrada que projecta – com respeito a 186 países, e até ao ano de 2100 – centenas de variáveis, através de sistemas humanos, sociais e naturais. Combina diferentes técnicas de modelagem para formar uma série de algoritmos que endogenizam as relações entre sistemas-chave, incluindo a demografia, saúde, agricultura, educação, economia, infraestrutura, energia e governação, entre outros. O modelo IFs utiliza dados históricos que remontam a 1960 (quando disponíveis) para identificar tendências e produzir um cenário de Trajectória Actual a partir de 2015 (o ano base actual). A Trajectória Actual é um cenário dinâmico que representa uma continuação das escolhas políticas actuais e dos avanços tecnológicos, e que não pressupõe choques ou catástrofes de grandes proporções. Contudo, vai para além de uma extrapolação linear de tendências passadas e actuais, tomando proveito dos conhecimentos disponíveis sobre como interagem os sistemas para produzir uma previsão dinâmica.

O modelo IFs é desenvolvido e mantido no *Frederick S Pardee Center for International Futures* da *Josef Korbel School for International Studies*, da Universidade de Denver. O modelo IFs, e toda a sua documentação de apoio e diretrizes, incluindo as premissas básicas do modelo, são gratuitos, de código aberto e disponíveis para serem descarregados em www.ifs.du.edu.

O programa Angola 2050 irá actualizar a Estratégia a Longo Prazo 2025 (ELP 2025), que compreende planos quinquenais sucessivos. O mais recente destes, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, concentra as atenções do governo em seis prioridades: desenvolvimento humano e bem-estar; desenvolvimento económico sustentável e inclusivo; infraestruturas básicas; consolidação da paz, Estado de direito e democracia, boa governação e descentralização; desenvolvimento harmonioso do território; e relações internacionais.³

Mas os choques petrolíferos de 2008 e 2014 tornaram muitas das metas do ELP 2025 inatingíveis, e um comunicado de imprensa do governo reconheceu a utilização de dados populacionais incompletos e métodos de interpolação problemáticos.⁴ Este relatório foi, portanto, desenvolvido para apoiar os esforços de planeamento a longo prazo do governo, e complementa as projecções demográficas e sociais fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, facultando previsões integradas em múltiplos sectores.

Há limitações ao uso de plataformas de modelagem tais como as do modelo de Futuros Internacionais (IFs). Os modelos são geralmente incapazes de prever tecnologias inovadoras, desastres naturais e outros factores imprevisíveis. Os dados recolhidos a nível nacional também inevitavelmente não prestam atenção suficiente às diferenças entre e dentro das províncias, cidades e

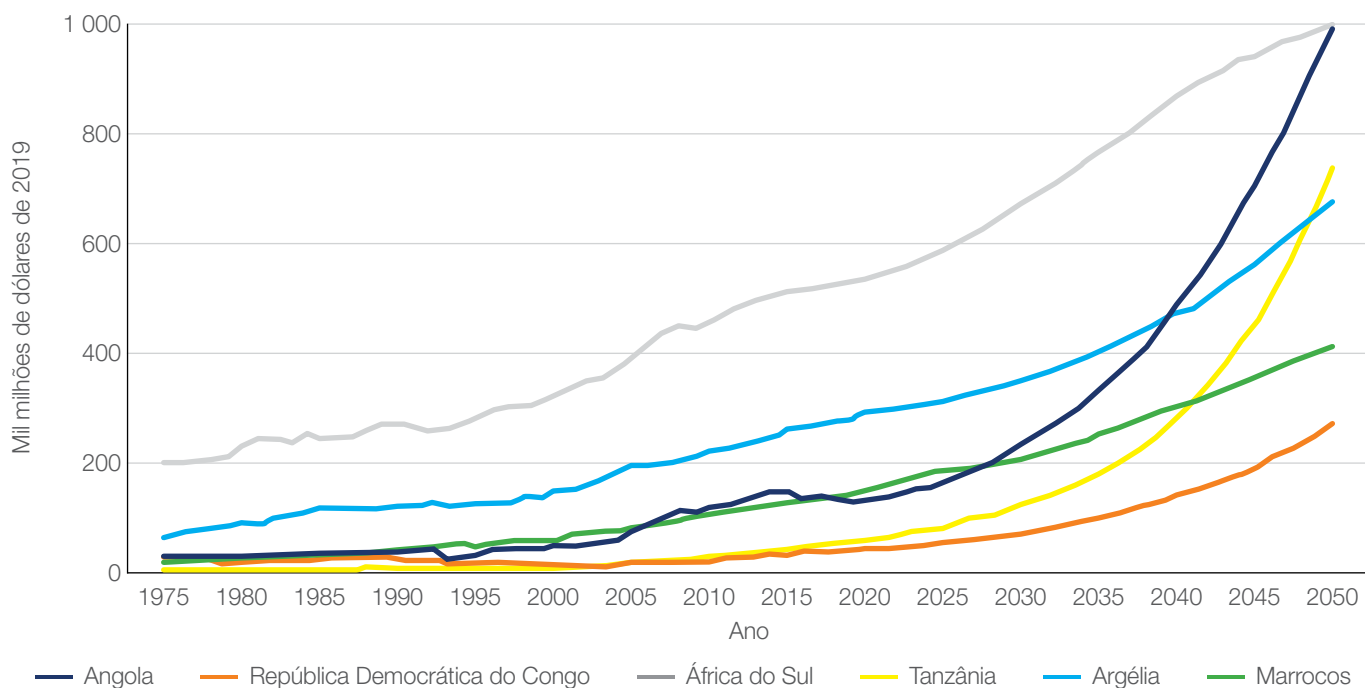
comunidades. Por exemplo, a taxa de pobreza nacional de Angola, de aproximadamente 50%, não consegue captar a prevalência da pobreza nas áreas rurais do país, onde nove em cada 10 pessoas são pobres.⁵ Embora os dados sobre a economia angolana sejam abundantes e largamente fiáveis, o mesmo não se pode dizer em relação aos indicadores de pobreza e outros indicadores de bem-estar humano, incluindo a educação, a disponibilidade de serviços básicos, tais como a água e saneamento, e a produtividade agrícola.

Deve notar-se que, a menos que contrariamente indicado, todos os valores em US\$ dizem respeito a dólares de 2019.⁶ Os dados energéticos estão representados em milhões ou bilhões de barris de petróleo equivalente (MBOE ou BBOE, na sigla inglesa).⁷ Finalmente, salvo indicação em contrário, o termo ‘corrente’ reflecte as previsões do modelo IFs para 2020.

Perspectivas económicas

Com um produto interno bruto (PIB) estimado em cerca de 140 mil milhões de dólares em taxas de câmbio de mercado, Angola é a sexta maior economia de África, a quarta maior entre os países de rendimento médio-baixo e a segunda maior da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Mas o peso da economia angolana obscurece a sua vulnerabilidade ao volátil mercado global do petróleo, que tem causado

Figura 1: PIB das quatro maiores economias da SADC, mais Marrocos e Argélia



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização feita a partir dos dados do FMI sobre as Perspectivas Económicas Mundiais para 2017

prejuízos à sua economia desde o advento da produção de petróleo de xisto em grande escala nos Estados Unidos. Na verdade, a economia angolana tem registado um crescimento negativo desde 2016.⁸

As previsões económicas de curto prazo são sombrias: a Economist Intelligence Unit, por exemplo, projecta mais um ano de recessão, embora espere que se lhe sigam três anos de crescimento, com base no pressuposto de que a reforma do sector petrolífero venha a atrair investimentos no campo da exploração petrolífera.⁹ Em Outubro de 2019, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou as suas projecções de crescimento do PIB para Angola: -0,3% em 2019; 1,2% em 2020; e 3,8% em 2024.¹⁰ Angola está também profundamente endividada, sendo o seu rácio da dívida face ao PIB muito acima de 91%, e metade desta dívida é devida à China e garantida pelo petróleo. A gestão da dívida será fundamental para a recuperação económica de Angola a longo prazo.¹¹

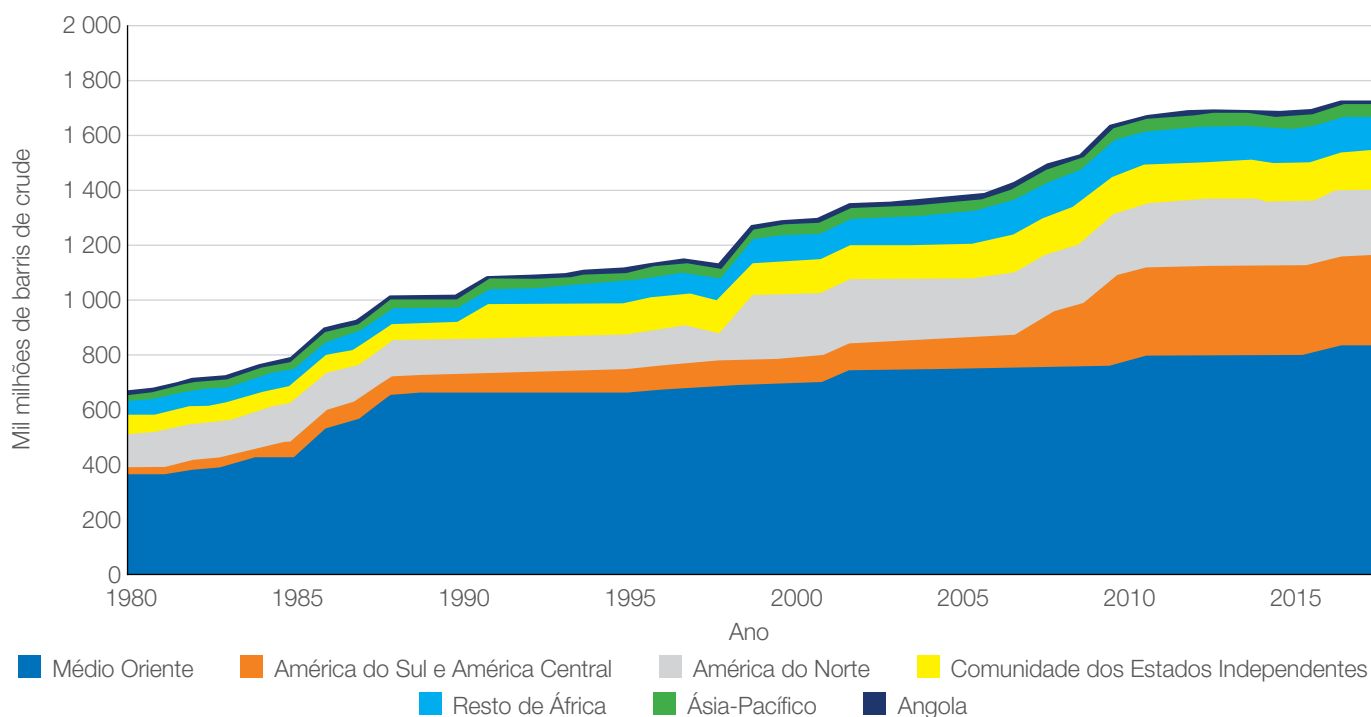
Inversamente, as perspectivas económicas a médio e longo prazo são optimistas, reflectindo o rápido crescimento futuro da população e uma maior taxa de urbanização, para além de uma já grande população urbana – fenómenos que tendem a gerar um aumento da produção económica e que estão intimamente ligados

ao crescimento económico no seio do modelo IFs. No âmbito da Trajectória Actual, o PIB crescerá a uma taxa média considerável de 4,6% ao ano entre 2020 e 2030, ano este em que a economia de Angola terá crescido para 238 mil milhões de dólares (Figura 1).

Angola deverá ultrapassar Marrocos no final da década de 2020 para se tornar a terceira maior economia africana de rendimento médio-baixo. Por volta de 2040, prevê-se que Angola venha a ultrapassar a Argélia em dimensão económica. Até ao ano de 2050, a economia de Angola deverá ter aumentado para mais de 994 mil milhões de dólares – um aumento de quase sete vezes, quando comparado com o ano de 2020 – tornando-a, assim, a quarta maior economia de África, depois da Nigéria, Egipto e África do Sul.

Mas a forte dependência de Angola das exportações de petróleo bruto não é bom augúrio para o futuro. Os 1,57 milhões de barris de petróleo por dia que Angola exportou em 2017 foram responsáveis por mais de 95% das suas receitas de exportação, enquanto os diamantes contribuíram com a maior parte dos restantes 5%.¹² A maior parte deste petróleo é exportado para a China (Angola é o terceiro maior fornecedor de petróleo bruto à China), Índia, Estados Unidos da América, África do Sul e

Figura 2: Reservas de petróleo provadas, Angola e regiões do mundo



Fonte: British Petroleum Statistical Review of World Energia 2019 – todos os dados, 1965–2018 [conjunto de dados]

Espanha.¹³ O sector contribuiu, em média, com 21% do PIB¹⁴ e mais de 65% das receitas governamentais, entre 2012 e 2018.¹⁵

Embora tenha havido investimentos recentes na exploração de petróleo e gás, as reservas provadas de petróleo de Angola deverão esgotar-se até ao início da década de 2030. Se forem descobertas novas reservas, a sua viabilidade financeira numa era de relativa abundância de petróleo, está longe de ser certa. E, embora improvável, Angola poderá mesmo perder os rendimentos dos seus campos petrolíferos mais lucrativos ao largo de Cabinda, se a República Democrática do Congo (RDC) prosseguir com as suas reivindicações territoriais, de acordo com as disposições contidas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.¹⁶

Até ao final de 2018, os 8,4 mil milhões de barris de reservas petrolíferas provadas de Angola representavam 6,7% das reservas provadas de África, e 0,5% das reservas provadas globais (Figura 2).¹⁷ A produção de petróleo (incluindo petróleo bruto, condensados e líquidos de gás natural), três quartos dos quais provêm de campos offshore,¹⁸ aumentou em apenas 0,1% ao ano desde 2007 – de 1,66 milhões de barris por dia (b/d), para 1,68

milhões de b/d em 2018.¹⁹ Só a produção de petróleo bruto está estimada em 1,37 milhões de b/d, o que está abaixo da capacidade, devido ao investimento limitado na exploração dos campos petrolíferos, que até recentemente foi feito.²⁰ Em 2019 – em relação a 2018 – as exportações de petróleo bruto diminuiriam em 10,8%.²¹

A produção de petróleo deverá diminuir ainda mais em 2020, devido ao esgotamento de alguns poços e aos últimos anos de baixo investimento no campo da prospecção de petróleo, lançando assim dúvidas sobre o propósito do governo de aumentar a produção diária de petróleo bruto, para mais de 1,49 milhões de b/d até 2022.²² No entanto, espera-se que vários novos projectos petrolíferos entrem em funcionamento até 2022, o que poderá vir a manter, ou mesmo a aumentar ligeiramente, a produção.²³ Como Angola está a produzir abaixo do seu limite de 1,67 milhões b/d, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), poderá baixar o limite de produção aplicado a Angola para 1,48 milhões b/d, para ajudar a sustentar os preços do petróleo.²⁴

Apesar de os seus recursos petrolíferos, Angola depende fortemente de os combustível importado, em grande parte devido à falta de refinarias.²⁵ Mas a produção de

gás natural cresceu dramaticamente nos últimos anos, de 337 mil milhões de pés cúbicos (BCF, na sigla inglesa) (equivalente a 56,3 MBOE (na sigla inglesa), ou milhões de barris de petróleo equivalente) em 2007, para 413 BCF (69 MBOE) em 2016.²⁶ Neste domínio, Angola possui reservas vastas: no início de 2018, Angola tinha 10,9 triliões de pés cúbicos (1,82 BBOE (na sigla inglesa), ou mil milhões de barris de equivalente de petróleo) de reservas comprovadas de gás natural²⁷, representando 2% das reservas comprovadas de África e 0,2% das reservas comprovadas globais.²⁸ Num reflexo da intenção do governo de transitar para uma economia de gás, Angola aderiu ao Fórum dos Países Exportadores de Gás (GECF, na sigla inglesa), como membro observador em Novembro de 2018.

O Governo estabeleceu uma meta para 2022, de atingir uma produção diária de GNL, de nada menos que 98 000 barris de equivalente de petróleo – o que equivale a quase 36 MBOE por ano.²⁹ Angola está perto de atingir este objectivo, se é que já não o ultrapassou: em 2018, Angola exportou 31 MBOE de GNL, assinalando assim um aumento de seis vezes em relação ao ano de 2016.³⁰

As exportações de gás natural liquefeito (GNL) cresceram seis vezes entre 2016 e 2018, de um volume total de aproximadamente 30 BCF (cinco MBOE) em 2016, para 184 BCF (31 MBOE) em 2017.³¹ As exportações de GNL foram encaminhadas principalmente para o Médio Oriente e Índia, mas também para a China, Brasil e Coreia do Sul – e em menor escala, para o Japão, Argentina, União Europeia, África e Singapura.³²

Além disso, Angola está a desenvolver um projecto offshore de 12 mil milhões de dólares, designado por Angola LNG, que tem por objectivo explorar os cerca de três BCF por dia de gás natural associado que produz. A Angola LNG deverá produzir 5,2 milhões de toneladas de GNL por ano para exportação, numa parceria com a empresa estatal Sonangol, Chevron, BP, Eni e a Total.³³

Em resposta aos baixos preços da energia, Lourenço está a reestruturar o sector para gerir a volatilidade dos preços do petróleo, atrair novos investimentos e remover certos elementos ligados ao ex-presidente Eduardo dos Santos, acusados de corrupção. Para isso, em 2018, o presidente reviu os impostos sobre a produção do

gás e do petróleo e fez uma revisão dos processos de licenciamento.³⁴ A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola, recentemente criada em Outubro de 2019, e que agora gere as vendas de concessões de petróleo e gás, anunciou um concurso para 10 blocos de exploração de petróleo nas bacias do Namibe e Benguela – o primeiro de entre um mínimo de 55 a serem licitados no âmbito da sua estratégia de licitação, que abrange o período de 2019-2025.³⁵

Reconhecendo que os hidrocarbonetos, por si só, não podem sustentar um crescimento económico suficiente para melhorar a subsistência da crescente população angolana, o governo angolano aceitou plenamente a necessidade de reforçar outros sectores, como a agricultura, a indústria transformadora e o turismo, como motores do crescimento futuro.³⁶

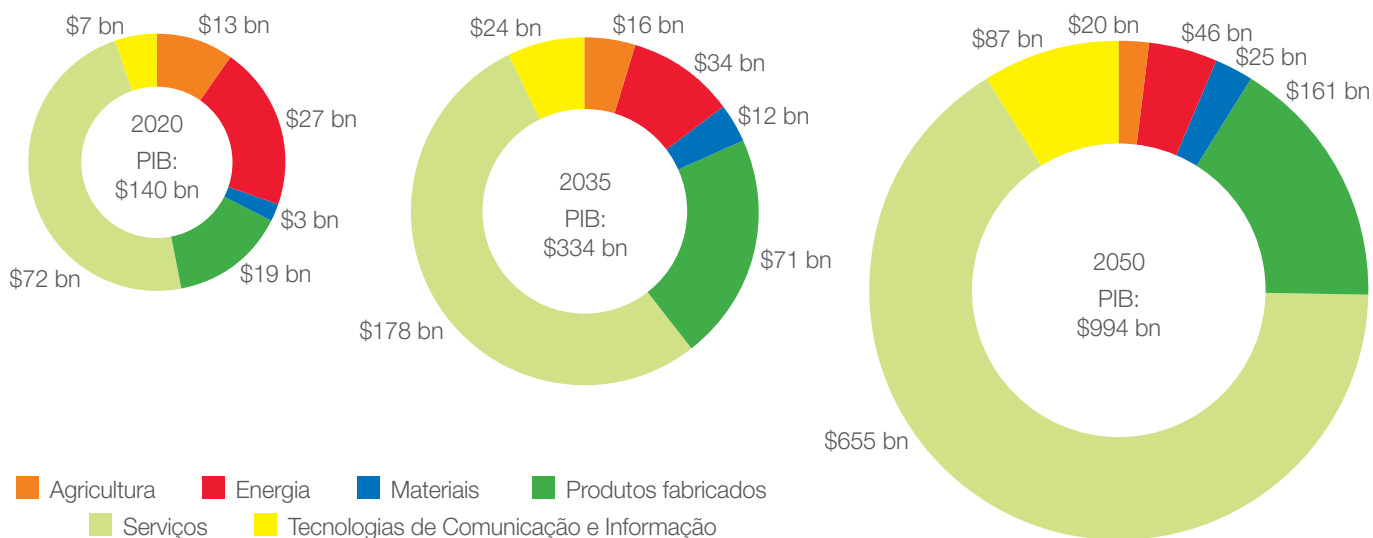
A agropecuária, que historicamente tem contribuído nalguns anos com um valor tão alto como 13% (1998), e noutros, com apenas 5% (2008), constituiu cerca de 10% do PIB em 2017. A contribuição do sector dos serviços oscilou entre os 21% do PIB em 1999, e os 49% em 2009, e desde então tem-se mantido na faixa dos 46-51%. A indústria transformadora contribuiu com menos de 7% em 2017.³⁷

As contribuições em matéria de valor acrescentado do sector dos serviços, do sector transformador, das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e dos sectores dos materiais de construção deverão continuar a crescer, tanto em termos relativos como absolutos. Embora as contribuições absolutas da agricultura e da energia devam também aumentar, o seu valor acrescentado, como percentagem do PIB, irá diminuir (Figura 3).

O Governo angolano reconheceu o sector privado como o motor do crescimento futuro. Como tal, e para racionalizar o sector público, o Governo, em parceria com o Banco Mundial, vai implementar um amplo programa de privatizações.³⁸

No entanto, Angola está entre os países onde as empresas enfrentam maiores dificuldades. Em 2020, o Banco Mundial classificou Angola em 177º lugar – entre 190 economias – no seu Índice de Facilidade de Fazer Negócios³⁹, ou seja, quatro posições abaixo do ano anterior.⁴⁰ Este índice classifica os países com

Figura 3: Valor acrescentado por sector, em 2020, 2035 e 2050



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização com base em dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundiais
 Nota: Segundo o Banco Nacional de Angola, o sector transformador diminuiu para 4% do PIB 2018.

base na medida em que o ambiente regulatório é propício às operações comerciais e à protecção dos direitos de propriedade.⁴¹

Entretanto, o Índice de Liberdade Económica, do Instituto Fraser, classificou Angola como o quinto país economicamente menos livre do mundo em 2017, logo acima da Argélia, Sudão, Líbia e Venezuela. O Instituto Fraser citou os problemas relacionados com o 'sistema legal e os direitos de propriedade, dinheiro vivo e liberdade de comércio internacional' como as questões mais prementes. Até Moçambique está classificado nove posições acima de Angola, sendo considerada a 14ª economia menos livre do mundo.⁴²

De modo a melhorar tais classificações negativas, o governo precisa de realizar uma série de reformas em todos os sectores do governo, promovendo assim um sector privado interno mais facilitador e, em última análise, aliciando o sector privado estrangeiro. As exigências feitas em matéria de vistos de negócios são particularmente onerosas; mesmo a obtenção de um visto de turismo chega, às vezes, a ser um pesadelo.

Sector informal

As exigências onerosas associadas com o fazer negócios em Angola estão entre as muitas barreiras que existem à formalização da economia informal de Angola, um sector extraordinariamente inventivo que,

segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística de Angola, emprega quase três em cada quatro adultos angolanos.⁴³ A economia informal permeia a sociedade angolana: os negócios informais pavimentam estradas, fornecem transporte e combustível, pesca e serviços agrícolas, bem como a exploração mineira e reparação de veículos, entre muitos outros bens e serviços.⁴⁴ Na realidade, a DW- Development Workshop, uma organização não governamental que opera em Angola, constatou que o abastecimento de água é o maior subsector da economia informal de Luanda.⁴⁵ Embora dados fiáveis sobre as economias informais sejam escassos, estima-se que o sector represente mais de 40% do PIB.⁴⁶

Na ausência de uma rede de protecção social, de oportunidades de trabalho formal e de uma prestação de serviços eficaz, o sector informal é essencial para a sobrevivência e a prestação de serviços básicos como o fornecimento da água. Além disso, muitas vezes o sector informal emprega indivíduos não qualificados e pouco instruídos, que de outra forma não poderiam trabalhar.

Efectivamente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) entende o trabalho informal como emprego, mas certamente não atinge o limiar do 'trabalho digno' que proporciona 'um rendimento justo, segurança no local de trabalho e protecção social para as famílias'.⁴⁷ Muitas pessoas no sector informal vivem abaixo ou ligeiramente

acima das taxas de pobreza extrema e carecem de sistemas de protecção social. Os níveis elevados de informalidade, tais como os que existem em Angola, são geralmente onerosos para a sociedade, contribuem pouco para os impostos que pagam os bens públicos (por exemplo, estradas) e constroem o desenvolvimento sustentável. O governo tem limitado historicamente as actividades económicas informais, tal como evidenciado pelo encerramento forçado do mercado Roque Santeiro em 2010 e, em 2014, pelas pesadas multas aplicadas aos comerciantes informais e seus clientes.⁴⁸

Em Julho de 2018, o Ministro da Economia e do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, reafirmou o objectivo de longa data de integrar o sector informal no sector formal.⁴⁹ De acordo com esse objectivo, todos os esforços devem ser envidados para reformar leis e regulamentos, com vista à diminuição das barreiras de entrada ao sector formal. Os modelos empresariais comunitários também podem desempenhar um papel importante no fornecimento de oportunidades de subsistência e serviços básicos. Na realidade, a extraordinária rede informal de abastecimento de água de Luanda não existiria se o governo cumprisse as suas obrigações básicas em termos de infraestruturas.

Com base na actual trajectória, o crescimento da força de trabalho em Angola ultrapassará em muito a oferta de emprego, deixando muitos dos cidadãos do país desprovidos, frustrados e dependentes do sector informal para sobreviver. Como consideramos na próxima secção, uma grande coorte de jovens com melhores níveis de educação, que estão desempregados ou a tentar sobreviver no sector informal, poderá ser uma força desestabilizadora. Os jovens angolanos estão cada vez mais ligados uns aos outros, e ao resto do mundo, através da internet e das redes sociais. Se lhes for negada a oportunidade de participarem na economia e ganhar a vida, podem ficar inquietos e eventualmente reivindicar violentamente a mudança.

Dinâmica demográfica

A população angolana de 32 milhões de habitantes está entre as cinco populações mais jovens, e de crescimento mais rápido, do mundo. Metade dos angolanos tem menos de 17 anos de idade. As elevadas taxas de fertilidade e a melhoria da esperança de vida têm

impulsionado o rápido crescimento da população nas últimas décadas.⁵⁰ A taxa de fertilidade total (o número de nascimentos vivos por 1 000 mulheres) tem estado entre as mais altas a nível global há mais de meio século; a taxa actual de fertilidade total de 5,6 é a sexta maior a nível global (dentro da SADC, apenas a RDC tem uma taxa de fertilidade total mais elevada).⁵¹ Entretanto, a esperança de vida duplicou desde 1960, atingindo os 65 anos em 2016.

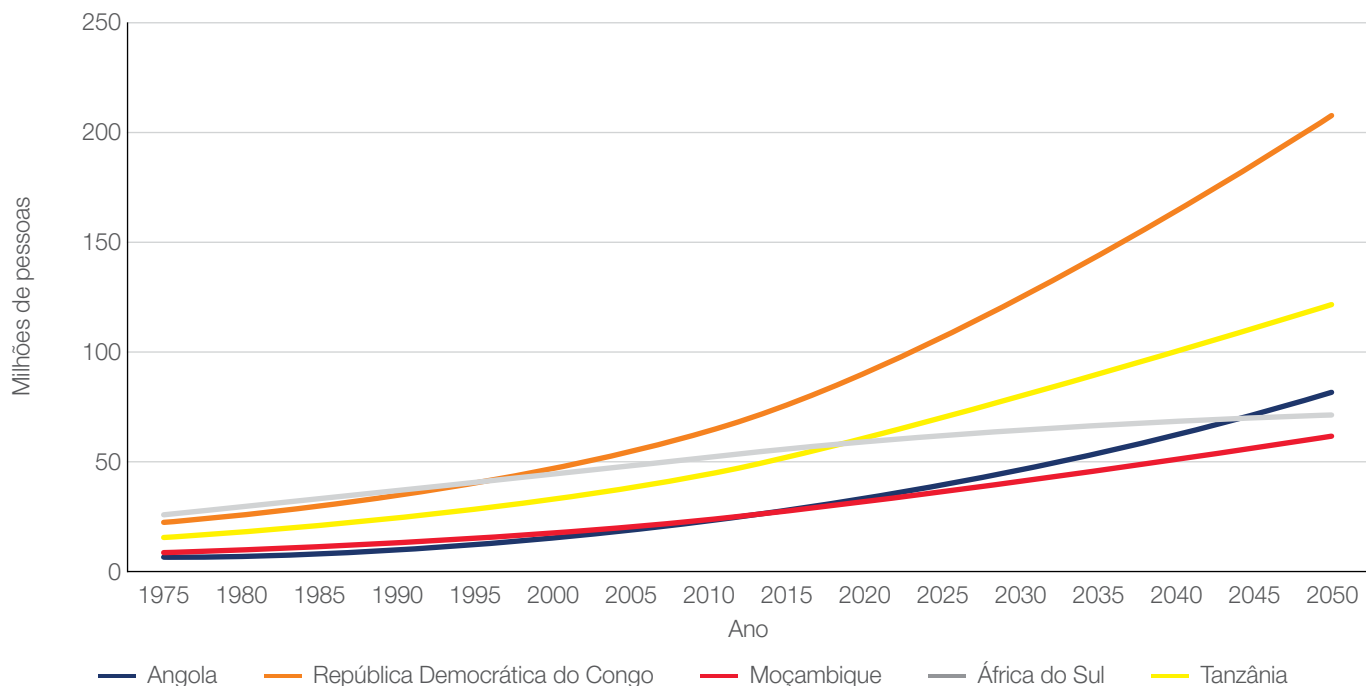
A proporção de mulheres em idade fértil que usam contraceptivos triplicou desde 1996, mas permanece em cerca de 13% – uma das taxas mais baixas do mundo.⁵² Os padrões de uso de contraceptivos variam muito em todo o país; as mulheres angolanas que são instruídas e vivem em cidades tendem a enfrentar menos barreiras no acesso aos contraceptivos modernos e, portanto, têm menos filhos.⁵³ As adolescentes que ainda não foram à escola têm mais do dobro da probabilidade de terem filhos do que as adolescentes que beneficiaram do ensino secundário.⁵⁴ Há também uma necessidade significativa – e não atendida – de contraceptivos: quase quatro em cada 10 mulheres casadas, ou em união de facto – querem atrasar ou travar a gravidez, mas não usam contraceptivos.⁵⁵

A população angolana está entre as cinco populações mais jovens, e de crescimento mais rápido, do mundo

Na Trajectória Actual, as elevadas taxas de fertilidade sustentadas continuarão a fomentar o rápido crescimento da população. Embora se preveja que a taxa total de fertilidade de Angola diminua lentamente para cerca de cinco, até 2030, e 3,6 até 2050, permanecerá entre as cinco primeiras a nível mundial.⁵⁶ A população deverá crescer em média 3,4% por ano até 2030, altura em que o Níger e o Uganda serão os únicos países do mundo com populações de crescimento mais rápido. Até 2050, a população angolana deverá atingir 80 milhões – quase oito milhões de pessoas a mais do que a população projectada da África do Sul para aquele ano (Figura 4).⁵⁷

À semelhança da maioria dos países subsaarianos, a população angolana está quase igualmente dividida

Figura 4: População

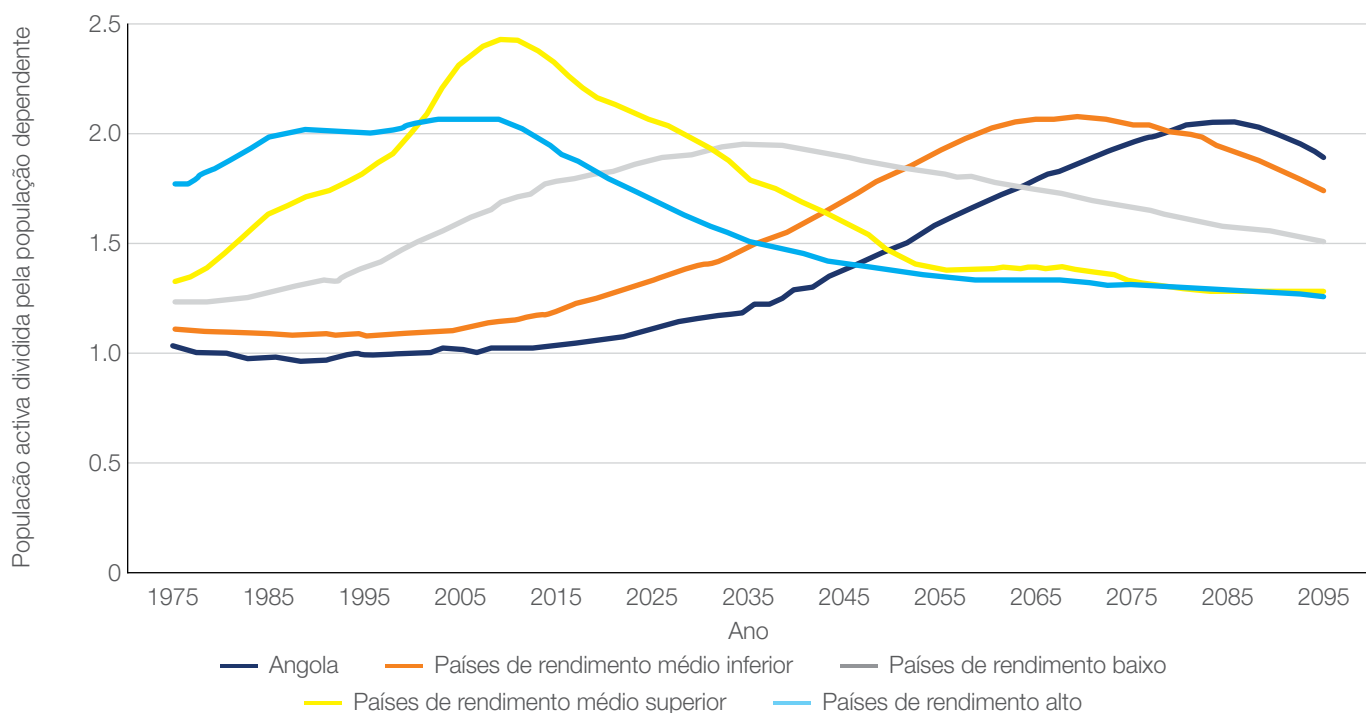


Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização feita a partir de dados da Divisão Populacional da ONU

entre a população em idade activa, com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos de idade (16,3 milhões de pessoas), e seus dependentes com

menos de 15 anos, e a população com 65 anos ou mais (15,6 milhões de pessoas) (Figura 5). Para todo o horizonte de previsão até 2050, a grande população

Figura 5: Dividendo demográfico



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização feita a partir dos dados da Divisão Populacional da ONU

jovem, representará um entrave ao crescimento e desenvolvimento.

Geralmente, os países em desenvolvimento beneficiam de um ‘dividendo demográfico’ – um impulso económico – quando a proporção de pessoas em idade de trabalho, em relação a seus dependentes, atinge o rácio de 1,7 para 1 (um). Angola só atingirá esse rácio durante a segunda metade do século, o que implica que só então é que beneficiará do seu activo económico mais importante, ou seja, de uma grande força de trabalho (Figura 5).⁵⁸ Se Angola antecipar tal dividendo, poderá acelerar o crescimento do rendimento mais rapidamente – uma dinâmica analisada mais adiante no relatório.

Pobreza: um desafio crescente

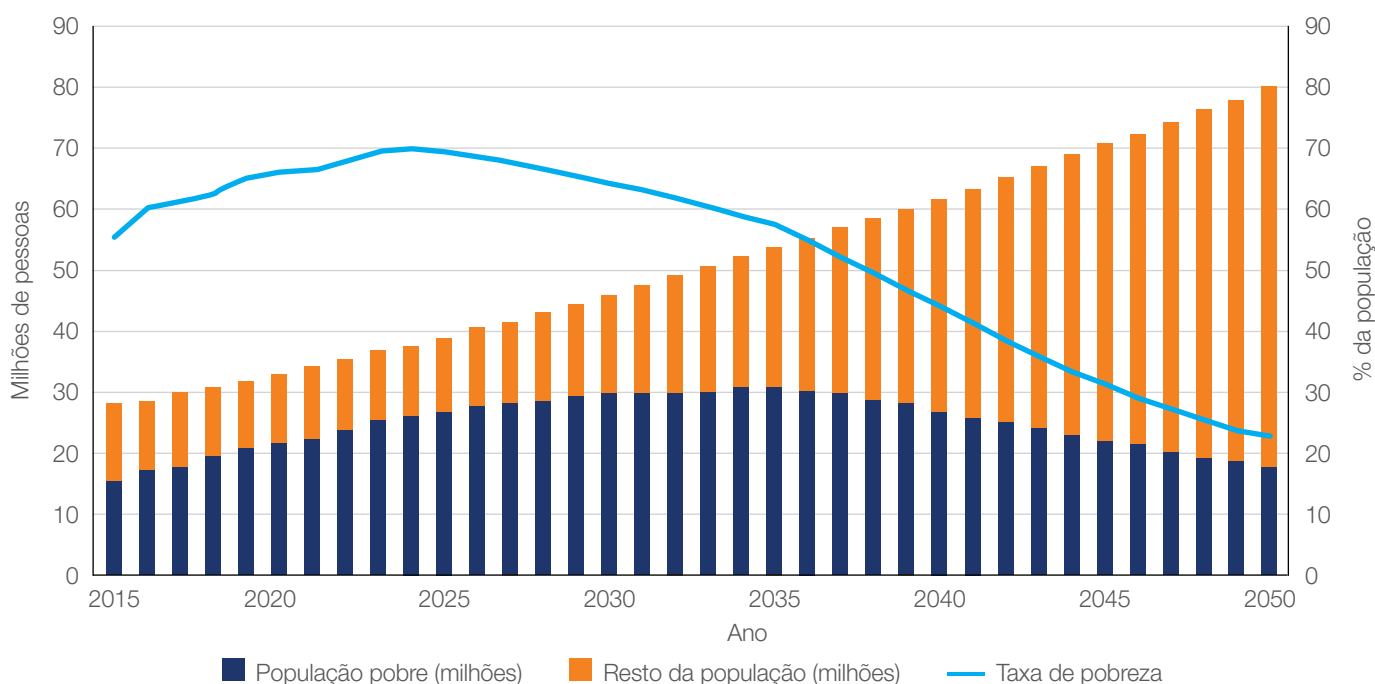
Apesar dos vários anos de crescimento económico alimentado pelo petróleo, a pobreza continua a ser um dos desafios mais generalizados em Angola. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) – que se baseia em 10 indicadores que medem a educação, saúde e nível de vida – constatou que um em cada dois angolanos é pobre, enquanto um em cada três vive em situação de pobreza extrema.⁵⁹ De acordo com o IPM, a falta de

acesso à educação é o maior factor contribuinte para a pobreza, a que se segue a má nutrição.

A prevalência e gravidade da pobreza é significativamente pior na Angola rural, onde quase nove em cada 10 angolanos são multidimensionalmente pobres e quase sete em cada 10 estão em situação de pobreza extrema.⁶⁰ Aqui, as pessoas dependem da agricultura de subsistência para sobreviverem.⁶¹ Pelo contrário, nas áreas urbanas, quase um em cada três angolanos é multidimensionalmente pobre, enquanto 13% se encontra em situação de pobreza extrema.⁶²

Uma percentagem maior de angolanos é considerada pobre em termos de rendimento: três em cada cinco angolanos (mais de 20 milhões de pessoas) vivem abaixo da linha de pobreza extrema para países de rendimento médio-baixo (3,20 dólares por dia), enquanto dois em cada cinco angolanos vivem com menos de 1,90 dólares por dia, o nível de rendimento que é usado para medir o progresso global no sentido do cumprimento do primeiro Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para eliminar a pobreza extrema até 2030.⁶³ O Instituto Nacional de Estatística de Angola estimou uma taxa de pobreza extrema mais baixa de 41% em Novembro de 2019.⁶⁴

Figura 6: Pobreza extrema (US\$3.20/dia), Angola



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização com dados do Banco Mundial

A taxa de pobreza de rendimento médio-baixo deverá atingir o seu pico em meados dos anos 20 e diminuir para pouco mais de 20% em meados do século. Mas, devido ao rápido crescimento da população, o número de angolanos extremamente pobres continuará a crescer durante uma década após os picos da taxa de pobreza terem sido atingidos. Prevê-se que mais de 17 milhões de angolanos sejam extremamente pobres em meados do século – apenas menos três milhões de pessoas do que hoje (Figura 6).

A desigualdade ajuda a exacerbar a pobreza em Angola e em muitos outros países em desenvolvimento. Com um coeficiente de Gini de 0,51 em 2018, Angola está entre os 50 países mais desiguais do mundo.⁶⁵ Os 20% mais ricos da população ganham quase 60% de todos os rendimentos e existem disparidades significativas na saúde, educação e noutros campos, em todas as áreas urbanas e rurais.⁶⁶ Uma grande parte da população tem de encarar custos de vida extremamente elevados e a exclusão socioeconómica.⁶⁷

Esta história repete-se em toda a África Subsaariana, onde os elevados níveis de desigualdade e pobreza tornam difícil que o crescimento do PIB se traduza numa melhoria dos rendimentos. Em Angola, décadas

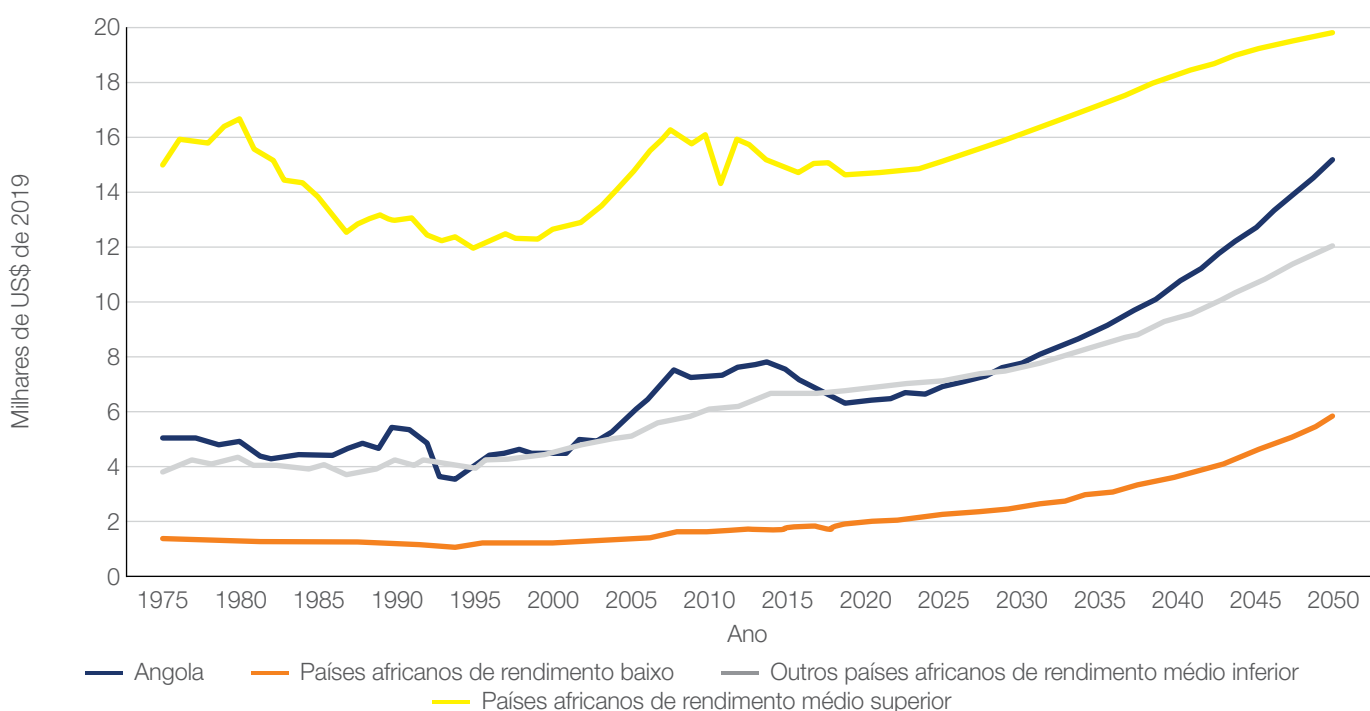
de conflito, o controlo do Estado centralizado e a capacidade limitada corroeram os meios de subsistência: no final do conflito, em 2002, os rendimentos reais eram inferiores aos na altura da independência, em 1975.

O surgimento de uma paz frágil e o aumento das receitas petrolíferas ajudaram Angola a recuperar: de 2001 a 2010, a economia cresceu, em média, 8,8%. A economia continuou a crescer a uma média elevada de 4,5% entre 2011 e 2015, antes de contrair para quase -3% em 2016, quando a revolução do xisto nos EUA produziu os seus efeitos negativos sobre os países produtores de petróleo.⁶⁸

Os rendimentos médios de Angola, medidos usando o PIB per capita em paridade de poder de compra, cresceram conseqüentemente de forma constante, a partir de 2002, para um pico de 7 760 dólares em 2014. Mas ao longo deste período de rápido crescimento económico, mais de metade dos angolanos vivia abaixo do limiar da pobreza de rendimento médio-baixo. De facto, o número de angolanos a viver na pobreza extrema cresceu quase um terço entre 2000 e 2008.

Os rendimentos diminuirão desde então para cerca de 6 260 USD em 2020, o 15º maior PIB per capita em África, e comparável ao da República do Congo (6 150 USD) e da

Figura 7: PIB per capita, paridade de poder de compra



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização feita com base nos dados das Perspectivas da Economia Mundial, 2017

Nigéria (6 110 USD). Na Trajectória Actual, prevê-se que o crescimento do rendimento em Angola ultrapasse a média de outros países de rendimento médio inferior em África, atingindo 7 650 dólares em 2030, 10 430 dólares em 2040 e 14 920 dólares em 2050 (Figura 7).

Aumentar os rendimentos mais rapidamente do que o previsto na Trajectória Actual, e evitar que a pobreza se aprofunde, exigirão políticas a favor dos pobres que protejam as comunidades mais vulneráveis do país.

Educação

Um dos principais motores da pobreza em Angola é a privação da educação.⁶⁹ Com a taxa de alfabetização do país em 68%, estima-se que 10 milhões de adultos angolanos sejam analfabetos. Embora esta taxa de alfabetização esteja ao nível do resto dos países africanos de rendimento médio-baixo, é a 37ª taxa mais baixa do mundo.⁷⁰ A alfabetização é fundamental para o bem-estar individual e da comunidade, e para o desenvolvimento económico em geral. Espera-se que a taxa de alfabetização de Angola atinja os 98% a meados do século. E, embora Angola goze de um ensino primário gratuito e obrigatório, a UNICEF estima que 22% das crianças não frequentam a escola⁷¹, enquanto 48% dos alunos matriculados na escola primária não a completam.⁷²

Em 2014 (o último ano dos dados disponíveis), a média de adultos acima dos 25 anos de idade tinha completado quatro anos de escolaridade em Angola. A nível nacional,

quase um terço dos adultos não tinha recebido qualquer educação, e nessa categoria, 70% eram mulheres. Um quarto da população angolana com 25 anos ou mais de idade tinha recebido um ensino primário incompleto; 15% tinham concluído o ensino primário; 13% tinham concluído o primeiro ciclo do secundário, enquanto outros 13% tinham também concluído o segundo ciclo do secundário; e, por último, 2,6% tinham concluído com sucesso um bacharelato ou equivalente (Figura 8).⁷³

No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018–2022, o Governo estabeleceu várias metas para o desempenho educacional.⁷⁴ No âmbito da Trajectória Actual, Angola irá atingir, ou quase atingir, a maioria delas:

- Espera-se que Angola ultrapasse a meta do governo de atingir uma taxa líquida de matrículas no ensino primário de 74,2% até 2022, com uma taxa prevista de 85,6% até 2022.
- Seguindo a Trajectória Actual, Angola está quase a atingir a sua meta de aumentar a taxa de conclusão do ensino primário de 50,2% em 2017 para 60,2% até 2022, atingindo uma taxa de sobrevivência do ensino primário (o variável mais comparável disponível nos IFs) de 59,7% até 2022.
- Com base na Trajectória Actual, Angola só atingirá uma taxa de alfabetização de adultos de 70% até 2022 – 2,8 pontos percentuais abaixo do objectivo do governo.

Caixa 2: Educação nos termos do modelo IFs e definições-chave

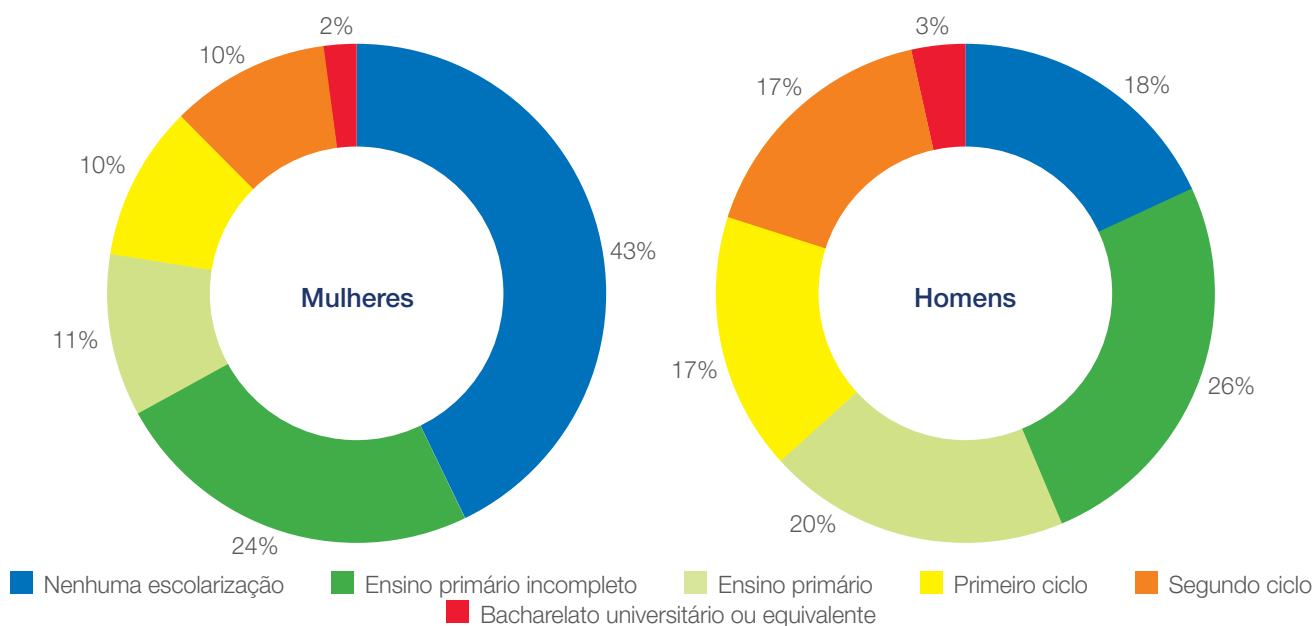
No modelo IFs, a educação é conceptualizada como uma ‘conduta’ na qual os alunos progredem do nível primário para o secundário e terciário. A conclusão de um nível permite a transição para o nível seguinte.

Taxa bruta de matrículas: O número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, independentemente da sua idade, expresso como uma percentagem da população em idade escolar oficial, correspondente ao mesmo nível de ensino. O número pode exceder os 100%, devido à inclusão de alunos com idade avançada - situação essa motivada pela entrada tardia de alunos no ano lectivo em questão, ou pela repetição desse ano lectivo.

Taxa de conclusão: O número de pessoas que completaram um determinado nível de educação, expresso como uma percentagem da população com idade entre três e cinco anos acima da idade prevista para o último ano lectivo desse nível. Indica quantas crianças e adolescentes entram na escola a tempo e progredem através do sistema educativo sem atrasos excessivos.

Taxa de transição: O número de alunos admitidos no primeiro ano lectivo de um nível superior de educação (como o primeiro ciclo do secundário) num determinado ano, expresso como uma percentagem do número de alunos matriculados no último ano lectivo do nível inferior de educação do ano anterior (como o primário neste exemplo).⁷⁵

Figura 8: Nível de instrução entre a população com 25 anos ou mais, mulheres (esquerda) e homens (direita) em 2014 (últimos dados)



Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO

Estes níveis preocupantemente baixos de sucesso escolar reflectem os desafios enfrentados pelo sistema educativo angolano, particularmente ao nível do ensino primário. A falta de professores bem formados e infraestruturas limitadas minam a qualidade da educação, um problema alimentado pela subutilização do orçamento estatal dedicado à educação.

Apesar do grande número de pessoas que estão sub-empregadas ou desempregadas, Angola enfrenta um défice geral de qualificação da sua força laboral, particularmente nos sectores da construção e da indústria transformadora (tais como electricistas, soldadores, carpinteiros, operadores de máquinas pesadas etc.). No entanto, desde o final da guerra, tem havido uma melhoria na expansão do conjunto de trabalhadores com competências relevantes.⁷⁶

A Tabela 1 compara a participação educacional em Angola com a dos países africanos com o mesmo rendimento e com a média continental para 2016, ou seja, o último ano para o qual existem dados fiáveis.

A taxa bruta de matrículas em Angola no ensino primário de 113% está acima das dos países de rendimento semelhante e da média continental, o que pode ser atribuído à oferta de ensino primário

obrigatório gratuito e às elevadas taxas de repetição de classe. No entanto, estima-se que apenas três em cada cinco crianças concluem o ensino primário antes de serem três a cinco anos mais velhas do que a idade oficial de entrada na 6ª classe.

No domínio do ensino primário angolano, uma série de questões contribui para a sua baixa taxa de conclusão escolar – incluindo a entrada tardia, altas taxas de desistência, altas taxas de repetição de classe, e/ou altas taxas de conclusão tardia. A inadequação das infraestruturas de transporte, água, saneamento e electricidade, salas de aula superlotadas, professores sobrecarregados e falta de materiais podem também contribuir para a baixa taxa de conclusão escolar registada. Para as raparigas, ficar em casa para ajudar nas tarefas domésticas pode ser um desafio particular que impeça a conclusão do ensino primário a tempo.

A nível do ensino secundário angolano, a taxa bruta de matrículas de 72%, é superior à média africana e mais ou menos igual à do resto dos países africanos de rendimento médio-baixo.

Estas constatações sugerem que o sistema educativo angolano é incapaz de oferecer um ensino secundário

Tabela 1: Taxas de fluxo educacional, 2016 (percentagem do grupo etário)

País/Região	Ensino Primário		Primeiro Ciclo (Ensino secundário)		Segundo Ciclo (Ensino secundário)		Ensino terciário	
	Taxa de matrículas	Taxa de conclusão escolar*	Taxa de matrículas	Taxa de sucesso escolar	Taxa de matrículas	Taxa de sucesso escolar	Taxa de matrículas	Taxa de sucesso académico
Angola	113%	60%**	72%	23%	27%	17%	9%	7%
Outros países africanos de rendimento médio inferior	100%	85%	73%	58%	53%	48%	17%	9%
África	101%	78%	64%	48%	41%	35%	13%	7%

Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização a partir dos dados do Instituto de Estatística da UNESCO

* Taxa de conclusão é usada em vez da taxa de sucesso porque as taxas de sucesso não estão disponíveis com respeito ao ensino primário nos IFs.

** Este é o valor para o último ano para o qual a UNESCO tem dados sobre Angola para esta série.

aos potenciais alunos . Isto porque as escolas secundárias estão normalmente baseadas nas sedes dos municípios; é pouco provável que os alunos que são obrigados a mudar de cidade para frequentar o ensino secundário o façam. Além do mais, o ensino secundário não é gratuito.

Consequentemente, Angola também regista baixas taxas de participação no ensino terciário. Neste campo, estima-se que em 2016 apenas 9% da população em idade escolar estivesse matriculada. No resto da África de baixo rendimento médio, este valor foi estimado em 17%; e em África, no seu todo, em 13%. Na realidade, como os níveis de matrícula e conclusão do ensino secundário em Angola são baixos, tornam inatingível a frequência do ensino superior para a maioria dos angolanos.

Na Trajectória Actual, a taxa de conclusão do ensino primário melhorará para 96% até 2030 e situar-se-á acima dos 98% até 2050. A taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário deverá registar um aumento proporcional em relação à estimativa actual de 23%, para 71%, em meados do século. Espera-se que a taxa de conclusão do segundo ciclo do ensino secundário aumente de 17% para 60% e a taxa de conclusão do ensino superior de 7% para 20%, até meados do século.

Menos pessoas do sexo feminino do que do sexo masculino completam todos os níveis de ensino, particularmente no que respeita aos níveis de ensino primário e terciário. De facto, no que diz respeito à paridade de género na matrícula líquida do ensino primário, Angola está entre os 25 países que se encontram na base da pirâmide mundial. Consequentemente, as mulheres com 15 anos ou mais de idade, têm cerca de 2,3 anos de escolaridade a menos do que os homens. Na Trajectória Actual, este número será reduzido para 1,5 anos até meados do século. Na Trajectória Actual, Angola só atingirá a paridade de género ao nível das matrículas na escola primária depois de 2050. Numerosos estudos têm demonstrado os benefícios tangíveis advindos da educação das raparigas.⁷⁷ Para além de as equipar com conhecimentos, informação e melhores oportunidades de participarem na produtividade económica, a educação atrasa a idade do primeiro casamento e reduz as taxas de fertilidade total.

Considerando que até agora se tem realçado a quantidade da educação fornecida, a qualidade da educação é provavelmente mais importante do que o número de alunos que progridem de um nível para o outro.⁷⁸ Tendo em conta as numerosas questões com que o sistema educativo angolano se confronta, as famílias angolanas com recursos financeiros suficientes enviam

frequentemente os seus filhos para estudar no estrangeiro, possivelmente em detrimento do sistema educativo angolano. Os cinco principais destinos são Brasil, Portugal, Estados Unidos, Namíbia e África do Sul.⁷⁹

A melhoria da qualidade e quantidade da educação em Angola exigirá um aumento da despesa com a educação. De 2013 a 2015, o montante gasto em educação diminuiu de 3,5% do PIB para 2,6%⁸⁰ – cerca de 2,2 pontos percentuais abaixo da média para o resto da África com rendimento médio-baixo. Para melhorar as taxas de participação e, por sua vez, a capacidade dos angolanos para viverem uma vida saudável e produtiva, o Ministério da Educação precisa, primeiro, de dar prioridade à melhoria da qualidade do ensino primário e das taxas de conclusão desse ensino, e depois voltar as suas atenções para o ensino secundário e terciário. As raparigas e as mulheres devem estar no centro desta agenda, dado o seu baixo nível de sucesso escolar em comparação com os seus pares masculinos.

A fraca infraestrutura básica de Angola

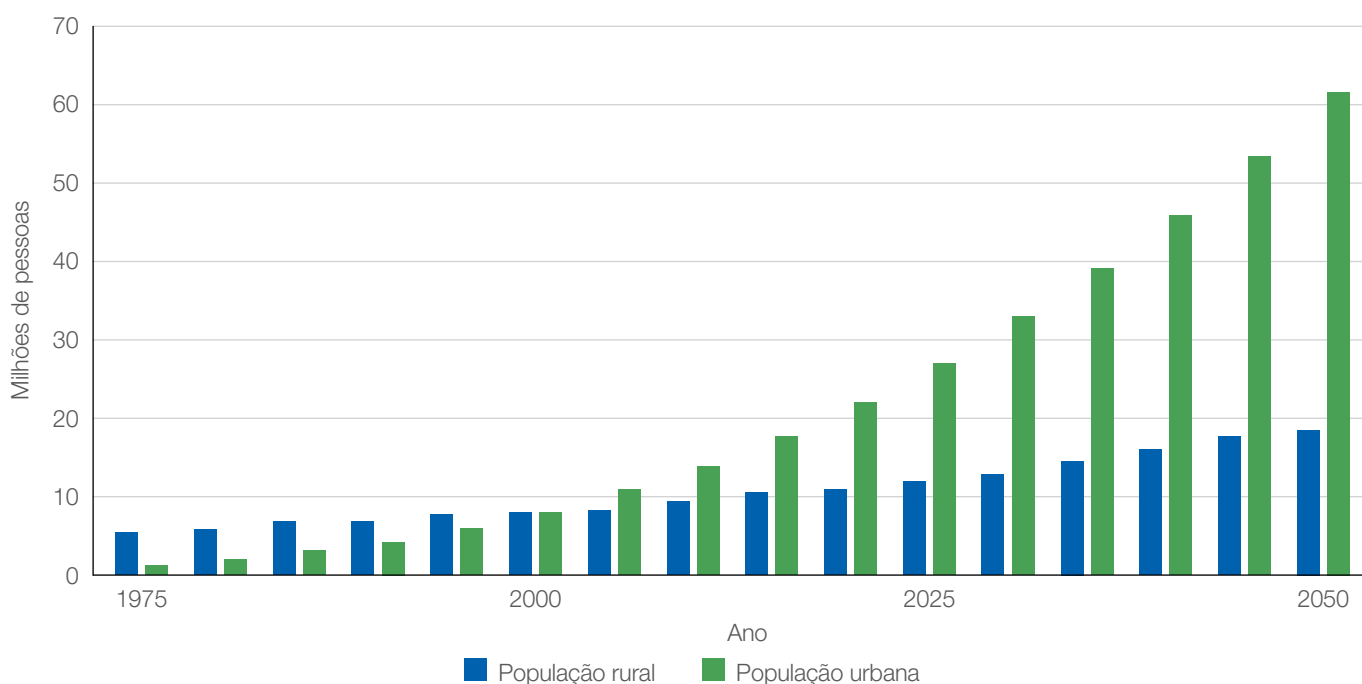
As infraestruturas, tais como o fornecimento de água potável, esgotos, acesso à electricidade e estradas, são

críticas para termos comunidades e cidades saudáveis e produtivas. A guerra civil devastou grande parte das infraestruturas e, até há muito recentemente, tem sido dada pouca atenção à reabilitação fora de Luanda. Actualmente, as infraestruturas básicas não satisfazem as necessidades da população crescente e urbanizada do país.⁸¹

Quase sete em cada 10 angolanos residem em áreas urbanas (o equivalente a quase 22 milhões dos seus 32,8 milhões de habitantes) e Angola continua a urbanizar-se rapidamente.⁸² Efectivamente, Angola está significativamente mais urbanizada do que outros países com níveis de desenvolvimento semelhantes. Na Trajectória Actual, 37 milhões, de um total de 52 milhões de pessoas (71%), estarão nas cidades até 2035; até 2050, quase 80% dos angolanos serão provavelmente considerados urbanos (Figura 9). As razões que explicam o rápido crescimento urbano em Angola não estão associadas com os empregos urbanos, mas sim com a fuga das populações rurais da guerra. O resultado, nos arredores de Luanda, por exemplo, são os enormes bairros de lata que abrigam milhões de refugiados em situação de pobreza, bem longe das áreas rurais distantes.

As grandes populações urbanas e as rápidas taxas de crescimento e urbanização estão associadas a

Figura 9: Populações urbanas e rurais



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização feita a partir da Divisão Populacional da ONU: Perspectivas Mundiais de Urbanização: dados para 2018 (revisos)

muitos desafios, como a prevalência de grandes construções de bairros precárias, mas também oferecem oportunidades em termos de menores custos na prestação de serviços de saúde, educação e outros serviços básicos. É significativamente mais barato fornecer estes serviços, em massa, e em ambientes urbanos, do que em ambientes rurais, embora tivesse sido muito melhor estas infraestruturas terem sido edificadas antes de ter chegado a grande avalanche populacional, que foi arrastada para as zonas urbanas.

Além disso, Angola pode beneficiar de outros efeitos bem conhecidos da urbanização, como o efeito de aglomeração que aumenta a produtividade dos trabalhadores e das empresas através de uma melhor partilha de recursos, da correspondência entre a procura e a oferta de empregos, e de um maior acesso às infraestruturas.⁸³ As populações já urbanas, mesmo as dos bairros de lata, evidenciam resultados significativamente melhores em termos de saúde do que as populações rurais.⁸⁴

A capitalização do potencial de uma grande população urbana exigirá, no entanto, estratégias prospectivas que afectem orçamentos maiores com os gastos de capital, melhor governação e instituições mais fortes, e mais responsabilização, incluindo a análise das vantagens da descentralização. Com uma estimada quarta parte da sua população total numa única cidade, Luanda,⁸⁵ Angola também precisa desesperadamente de investir em cidades secundárias, ligando-as a um plano de desenvolvimento nacional integrado.

Água e saneamento

Poucos progressos foram feitos para aumentar a disponibilidade de fontes melhoradas, ou 'seguras', de água. Desde 2000 (os primeiros dados disponíveis), a taxa de acesso à água segura

aumentou apenas cinco pontos percentuais em relação à estimativa actual de 60%. Esta taxa está muito abaixo da média da África de rendimento médio-baixo (84%).

Ao longo deste mesmo período, a taxa de acesso à água potável nos países africanos de baixa renda aumentou cinco vezes mais rapidamente, alcançando um aumento de 25% (45% a 70%). Efectivamente, a maioria da população peri-urbana de Angola (estimada em metade da população de Luanda) 'ainda depende dos mecanismos informais de abastecimento de água... [que] são caros e de má qualidade...'.⁸⁶

Actualmente, 13 milhões de angolanos não têm acesso à água potável. Embora a Trajectória Actual projecte melhorias na taxa de acesso à água potável, o número de pessoas sem acesso à água potável deverá continuar a crescer até aos anos 2040, atingindo um pico de mais de 18 milhões de pessoas.

No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o governo expressou o seu objectivo de aumentar as taxas de acesso à água potável urbana e rural para 85% e 76%, até 2022, respectivamente.⁸⁷ Na Trajectória Actual, Angola só atingirá a taxa de 60% em 2022.

Entretanto, estima-se que dois em cada cinco angolanos tenham acesso a uma instalação de saneamento melhorada, que – apesar de se situar numa taxa mais alta do que na África de baixo rendimento – está aproximadamente sete pontos percentuais abaixo da média para o resto da África de rendimento médio-baixo. Isto traduz-se em 18 milhões de pessoas em Angola sem acesso a uma instalação de saneamento melhorada.

Caixa 3: Água e saneamento melhorados

A Organização Mundial de Saúde define fontes de água potável melhoradas, ou 'seguras', como 'aquelas que têm o potencial para fornecer água segura por natureza do seu design e construção, e incluem: água canalizada, furos ou poços, poços cavados protegidos, fontes protegidas, água pluvial e água engarrafada ou abastecida'.⁸⁸ As instalações sanitárias melhoradas, entretanto, são definidas como 'aquelas concebidas para separar higienicamente os excrementos do contacto humano.'⁸⁹

Energia e electricidade

Estima-se que pouco mais de três em cada 10 angolanos tenham acesso à electricidade,⁹⁰ com uma diferença acentuada entre as zonas urbanas e rurais. Apenas 8% da população rural tem acesso à electricidade, enquanto cerca de 43% da população urbana tem acesso à electricidade.⁹¹ Tendo em conta que o governo não consegue gerar e distribuir electricidade ininterruptamente, os residentes e as empresas dependem fortemente de geradores a gasolina ou a diesel.

Sem esforços adicionais, Angola não alcançará o seu objectivo de aumentar a taxa nacional de acesso à electricidade para 50%, até 2022, e para 60% até 2025.⁹² Seguindo a Trajectória Actual, a taxa nacional de acesso à electricidade em Angola aumentará para 37%, até 2022; 51% até 2030; 68% até 2040 e 82% até 2050, sendo que as taxas rurais serão substancialmente inferiores às das zonas urbanas, mas convergirão ao longo do horizonte temporal.

Nos termos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o governo estabeleceu a meta de atingir 500 MW de capacidade instalada de energia renovável até 2022, de modo a diminuir a dependência do sector petrolífero e instalar fontes renováveis de energia para o consumo doméstico.⁹³

A actual capacidade instalada de produção de electricidade em Angola está estimada em 5,01 gigawatts (GW)⁹⁴ e vários grandes projectos estão previstos para aumentar a capacidade nos próximos anos. A central de ciclo combinado do Soyo (750 MW), e o projecto hidroeléctrico de Laúca (2,1 GW) deverão, por exemplo, aumentar a capacidade instalada para 6,3 GW.

A capacidade total instalada consiste em 64% de energia hidroeléctrica, 12% de gás natural e 24% de outros combustíveis fósseis.⁹⁵ O governo planeia atingir 9,9 GW de capacidade até 2025.⁹⁶

À medida que a população angolana cresce e a sua economia se intensifica, Angola vai precisar de mais energia para uso doméstico. A procura de energia deverá aumentar acentuadamente dos actuais 103 MBOE para 270 MBOE em 2035, e mais de 660 MBOE em 2050.

O sector das energias renováveis tem o potencial para responder a esta procura crescente. Para além de um potencial de 18 GW em energia hidroeléctrica, Angola tem potencial para 3,9 GW de energia eólica e 16,3 GW de energia solar.⁹⁷ No entanto, nenhuma delas conseguirá adequadamente fornecer uma capacidade de carga de base, e Angola terá inevitavelmente de procurar uma combinação de energias renováveis e fontes de combustíveis fósseis para satisfazer as suas necessidades energéticas.

As energias renováveis são particularmente adequadas para utilização como parte de micro e mini-redes não ligadas à rede nacional, para satisfazer a procura rural. Como tal, o governo pretende desenvolver projectos fora da rede, em pequena escala, que utilizem tanto tecnologias renováveis como combustíveis fósseis.⁹⁸

Por exemplo, em Junho de 2019, a empresa italiana, Ente Nazionale Idrocarburi (ENI), e a Sonangol uniram forças para criar a Solenova, uma joint-venture que visa desenvolver projectos de energias renováveis. O primeiro projecto da Solenova será uma central de energia solar fotovoltaica com capacidade de 50 MW, para alimentar o sul de Angola. Em Setembro de 2019, o ministro angolano da Energia e Águas anunciou planos para, em cooperação com o sector privado, instalar 30 000 sistemas solares fotovoltaicos fora da rede, nas zonas rurais, para produzir 600 MW de electricidade até 2022, numa iniciativa que cumpriria um dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.⁹⁹

Estes desenvolvimentos são encorajadores: na realidade, o potencial de energia renovável de Angola está entre as oportunidades mais significativas disponíveis para o país. Avançar, acelerando a transição dos hidrocarbonetos para as energias renováveis será uma componente indispensável de uma Angola auto-suficiente e economicamente estável.

Estradas

Angola tem investido fortemente na reabilitação das suas estradas desde o fim da guerra civil, mas a má manutenção das estradas parece continuar a ser um desafio, embora haja poucos dados sobre as infraestruturas de transporte do país.

Em geral, as estradas nas regiões costeiras de Angola estão em melhores condições do que as das regiões

interiores. Existem muito poucas pontes de pesagem activas, existe uma preocupação pública generalizada sobre a segurança das pontes e estradas, e uma regulamentação e inspecção insuficientes, o que impede uma maior expansão da indústria de transporte rodoviário.¹⁰⁰ Em 2018, em termos globais, Angola classificou-se em 159º lugar, fora de 167 países classificados no Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial, em parte devido às más condições das infraestruturas relacionadas com o comércio e os transportes.¹⁰¹

A rede rodoviária de Angola totaliza 76 000 km, demarcando uma melhoria em relação à estimativa de 2011, que era de 62 560 km¹⁰², e melhor do que os 72 323 km apontados nos anos 70.¹⁰³ Os dados disponíveis sugerem que cerca de 10% das estradas de Angola foram pavimentadas entre 1975 e 2001, tendo melhorado para 16% em 2013, e 24% em 2018.¹⁰⁴

Em 2018, Angola classificou-se em 159º lugar, fora dos 167 países classificados no Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial

As previsões para o desenvolvimento futuro das estradas de Angola são positivas. Contudo, dada a extensão dos danos nas infraestruturas de transporte, causadas pela guerra civil, mesmo estas projecções optimistas deixam muito a desejar. Até 2022, a rede rodoviária de Angola deverá crescer 7 500 km, o que, embora inferior ao objectivo do governo, é significativo. Ao longo das previsões da Trajectória Actual, o modelo de IFs projecta que a rede rodoviária de Angola aumente em mais de um terço, para mais de 100 000 km até 2030, cerca de 120 000 km até 2035 e mais de 180 000 km até 2050.

A qualidade da rede rodoviária de Angola também irá melhorar significativamente seguindo a Trajectória Actual, mas a um ritmo ligeiramente mais lento do que no resto da África de rendimento médio-baixo. Como Angola continua a construir novas estradas, prevê-se também que a percentagem de todas as estradas pavimentadas aumente – da estimativa actual de 24%, para quase 50% até 2035, e mais de 60% até meados do século. No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o

governo articulou o seu objectivo de pavimentar mais 4 000 km de estradas de rede primária; 4 183 km de estradas de rede secundária; e 1 700 km de estradas urbanas até 2022,¹⁰⁵ num total de 9 883 km.

A avaliação da importância comparativa das infraestruturas de transporte face a outros tipos de infraestruturas, tais como água, saneamento e higiene (WASH, na sigla inglesa), constitui um exercício difícil. Ambos os tipos de infraestruturas são fundamentalmente importantes para uma sociedade moderna e produtiva. Mas os cenários apresentados mais à frente no relatório sugerem que as chamadas infraestruturas WASH deveriam ser a prioridade do governo, à medida que este procura impulsionar o desenvolvimento.

Saúde

Os resultados em matéria de saúde em Angola têm geralmente melhorado nas últimas décadas. A esperança de vida melhorou drasticamente, de apenas 39 anos em 1975, para mais de 64 anos – próximo do nível da África de baixo e médio-baixo rendimento – e espera-se que melhore para mais de 73 anos até meados do século. A mortalidade infantil, embora ainda elevada em comparação com outros países africanos de rendimento médio-baixo, caiu significativamente para pouco mais de 51 mortes por cada 1 000 nados-vivos.¹⁰⁶

Contudo, persistem graves desafios em matéria de saúde. Angola tem uma elevada taxa de mortalidade materna, de cerca de 452 mortes por 100 000 nascimentos – número comparável ao da Eritreia e Moçambique¹⁰⁷ – o que sugere que os serviços de saúde para mulheres e crianças são incapazes de responder às suas necessidades. As taxas de mortalidade infantil também são elevadas, embora as suas estimativas variem significativamente entre as fontes disponíveis, devido às diferentes metodologias empregues e à escassez de dados disponíveis.¹⁰⁸ O Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde (IHME, na sigla inglesa) estimou em 2017 que, à nascença, as crianças têm 6,5% hipóteses de morrer antes de completarem cinco anos de idade.¹⁰⁹ O Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil apontou uma estimativa significativamente maior de 16,4% em 2012,¹¹⁰ enquanto que Wang et al apontavam uma estimativa de 9% em 2013.¹¹¹ Entretanto, o Banco Mundial estimou em

2018 que 38% das crianças com menos de cinco anos de idade encontravam-se subnutridas – um aumento de nove pontos percentuais desde 2007 – e que quase metade de todas as mulheres estavam anêmicas.¹¹²

A taxa de mortalidade materna em Angola deverá diminuir para aproximadamente 200 mortes por cada 100 000 nados-vivos até 2050. Seguindo a Trajectória Actual, a taxa de mortalidade infantil baixará para 38 mortes por cada 1 000 nados-vivos até 2035, e aproximadamente 23 até 2050.¹¹³ Nessa altura, a taxa de mortalidade infantil em Angola deverá ser semelhante às taxas médias dos países de rendimento médio-baixo em África. A educação materna está fortemente correlacionada com a redução da mortalidade infantil, sublinhando-se a necessidade urgente de maior investimento na escolarização das raparigas e mulheres, especialmente na escola primária e secundária.¹¹⁴

Em 2018, 38% das crianças encontravam-se subnutridas e quase metade de todas as mulheres eram anémicas

Uma análise mais ampla da mortalidade revela que as doenças transmissíveis são responsáveis pela maioria das mortes em Angola. Entre a população total, as doenças transmissíveis, como as infecções respiratórias, malária, diarreia e HIV/SIDA, são as principais causas de morte.

Entre as crianças, porém, a malária é a principal causa de morte. Embora as mortes por paludismo tenham diminuído 80% em oito províncias entre 2008 e 2014 devido, em parte, à Iniciativa do Presidente dos EUA contra o Paludismo, poucos progressos foram feitos na prevenção das mortes por paludismo desde então.¹¹⁵ A diarreia surge como a segunda principal causa de morte entre as crianças, indicando uma falta generalizada de água potável e de instalações sanitárias adequadas, e um sistema de saúde pública ineficaz.¹¹⁶ As doenças das vias respiratórias inferiores (principalmente a bronquite e a pneumonia) são responsáveis por um elevado número de mortes, especialmente entre os jovens e idosos, em grande parte devido à poluição do ar doméstico, causada pelos cozinhados feitos no interior das casas, com recurso ao carvão como combustível.

As mortes relacionadas com o VIH/SIDA e as novas infecções por VIH também estão a aumentar: o número de mortes relacionadas com o VIH/SIDA triplicou desde 2010, atingindo 330 000 pessoas em 2018.¹¹⁷

No entanto, doenças não transmissíveis como o cancro e a diabetes irão eventualmente substituir as doenças transmissíveis como principal causa de morte. Ao longo das últimas décadas, os angolanos têm vivido, em média, vidas mais longas, o que se traduz inevitavelmente numa carga crescente em termos de doenças crónicas não transmissíveis. No âmbito da Trajectória Actual, o peso das doenças não transmissíveis irá ultrapassar o das doenças transmissíveis no final da década de 2030. Até lá, e durante vários anos depois, este fardo duplo de doenças (ou seja, transmissíveis e não transmissíveis) exigirá investimentos substanciais no sector da saúde, uma vez que a gestão de ambos é complexa e dispendiosa.

Actualmente, as doenças cardiovasculares, o cancro, e as doenças digestivas e respiratórias são as principais causas não transmissíveis de morte. A investigação existente sobre o cancro sugere que a falta de recursos de detecção precoce e tratamento são responsáveis pelo elevado número de mortes por cancro em Angola.¹¹⁸

As despesas de saúde per capita têm vindo a diminuir nos últimos anos. Em termos de percentagem do PIB, a despesa com a saúde caiu de um pico de 5,5% em 2001 para 2,9% em 2016¹¹⁹ – uma tendência preocupante tendo em conta os fracos resultados de Angola em termos de saúde. Na ausência de um aumento da despesa no sector da saúde, a melhoria do acesso dos angolanos a instalações e serviços de saúde adequados – particularmente nas zonas rurais – continuará a ser uma tarefa considerável.

Agricultura: uma oportunidade sustentável

Angola é o terceiro maior país da África Subsaariana e possui grandes extensões de terra arável. No entanto, o sector agrícola – outrora um dos mais produtivos do continente¹²⁰ – tem um desempenho muito abaixo do seu potencial e representa uma oportunidade substancial para o desenvolvimento sustentável.¹²¹ O governo estima que entre 60% e 75% da população dependa da agricultura familiar para obter rendimentos e os alimentos.¹²²

Por forma a aproveitar o seu potencial agrícola, Angola deve equipar os pequenos agricultores com os

instrumentos de que necessitam para melhorar de forma sustentável os rendimentos provenientes das culturas. Actualmente, 95% dos cerca de cinco milhões de hectares de terras agrícolas que cobrem 4% do país são utilizados pelas famílias para fins de agricultura de pequena escala e de subsistência,¹²³ enquanto que a agricultura empresarial cultiva culturas de longo prazo, como o milho e o café, nos restantes 5%.¹²⁴ Desta área de cultivo, apenas 2% está equipada para irrigação (88 793 hectares), enquanto 0,2% é realmente irrigada (11 600 hectares).

Em parte, devido à irrigação insuficiente e outras tecnologias, os rendimentos de Angola com respeito à produção de mandioca, milho, painço, sorgo e outras culturas, são significativamente inferiores aos de outros países africanos de rendimento médio-baixo (por exemplo, Quênia, Gana e Zâmbia), mas faltam dados. Em 2005, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estimou o rendimento médio de cereais em Angola (painço, sorgo, milho e arroz) em 1,6 toneladas métricas por hectare.¹²⁵ A última estimativa (2015) fiável da produção de culturas é de 17,8 milhões de toneladas métricas.¹²⁶

Desde cerca de 1980, Angola depende das importações de culturas para satisfazer entre 10% a 15% da procura alimentar interna. A dependência das importações de culturas é um elemento chave da insegurança alimentar; os países altamente dependentes das importações de produtos agrícolas – especialmente de culturas que podem ser cultivadas internamente – são vulneráveis aos choques internacionais dos preços dos produtos. A África de baixo e médio-baixo rendimento, em média, depende menos das importações de culturas do que Angola – uma dinâmica que deverá continuar ao longo do horizonte previsto. Na Trajectória Actual, a dependência de Angola das importações de culturas para satisfazer a procura interna de alimentos aumentará acentuadamente para mais de 30% até 2025, e para quase 60% até 2050, devido ao rápido crescimento da população e à fraca produção interna.¹²⁷

O desenvolvimento do sector agrícola enfrenta uma série de barreiras, entre elas: a falta de segurança na posse da terra entre os agricultores; a ameaça permanente das minas terrestres; as mudanças climáticas; e o desmatamento.¹²⁸ Sem segurança na posse das suas terras, os pequenos agricultores não

podem ter acesso ao crédito para investir em melhores sementes, utensílios e instalações que poderiam melhorar os seus rendimentos.

No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o governo estabeleceu a meta de, até 2022, aumentar a produção de cereais em 105%, em relação aos níveis de 2017.¹²⁹ Seguindo a Trajectória Actual, a produção agrícola, até 2022, aumentará apenas 10%, em relação aos níveis de 2017.

Entretanto, dezenas de milhares de angolanos são vítimas de minas e, embora o número de acidentes com engenhos explosivos que não explodiram tenha vindo a diminuir, foram comunicados 37 casos e nove fatalidades na primeira metade de 2019. Mais de 1 000 campos minados permanecem, mas o financiamento da desminagem diminuiu significativamente, tornando difícil cumprir o objectivo de libertar o país das minas até 2025.¹³⁰

Angola também precisa de gerir de forma sustentável as florestas que cobrem metade do país. A gestão sustentável das florestas e de outros ecossistemas será fundamental para ajudar o país a adaptar-se às alterações climáticas e a mitigá-las. Angola é o país mais densamente florestado da bacia do rio Zambeze¹³¹ e excepcionalmente diversificado: ‘ocupa apenas 4% da área terrestre do continente africano, mas possui a maior diversidade de biomas apenas ultrapassada pela África do Sul em termos do número de eco-regiões encontradas dentro das suas fronteiras’.¹³²

À medida que o clima continua a aquecer, os recursos hídricos e alimentares, as infraestruturas e os assentamentos humanos de Angola ver-se-ão cada vez mais ameaçados. As projecções das alterações climáticas variam em todo o país. A nível nacional, prevê-se que, até 2050, a precipitação anual diminua em cerca de 1% em relação aos níveis de 1990. Geralmente, as áreas do norte tornar-se-ão mais quentes e experimentarão uma ligeira diminuição das chuvas, enquanto as áreas do sul tornar-se-ão mais quentes mais rapidamente e sofrerão uma diminuição mais dramática das chuvas.

Por outro lado, espera-se que a região costeira central sofra um aumento lento da precipitação.¹³³ As cheias e

secas também continuarão a intensificar-se e a tornar-se mais frequentes, causando uma maior degradação do solo e pondo em perigo as comunidades vulneráveis.

Tal como o resto da África Austral e outros climas áridos, Angola está a sentir os efeitos das alterações climáticas, principalmente através da insegurança alimentar e hídrica. De facto, Angola é um dos sete países a nível global que inevitavelmente sofrerá uma diminuição da produção de culturas chave (mandioca, milho, sorgo, arroz, trigo e painço) até 2030, por causa das alterações climáticas.¹³⁴

Tendências a nível da governação

O Presidente João Lourenço herdou uma burocracia governamental que tem um desempenho negativo na maioria dos indicadores de governação, um partido geralmente desconfiado, se não hostil, às empresas e confortável com a sua dependência dos rendimentos do petróleo e uma economia fechada que dá pouca importância à agricultura ou mesmo aos pequenos negócios. O principal impulso da sua administração até agora é restaurar a credibilidade do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), após décadas de controlo central do Estado e de corrupção generalizada, sob o ex-presidente dos Santos, sua família e colaboradores mais próximos.

Esta avaliação está de acordo com os Indicadores de Governação Mundial publicados pelo Banco Mundial que considera que o Governo de Angola é ineficaz e não conseguiu criar um ambiente regulador conducente ao desenvolvimento do sector privado (Caixa 4). Na

verdade, Angola tem historicamente pontuado abaixo mesmo da média dos países de baixo rendimento em África, em ambos os índices. Na Trajectória Actual, a eficácia do Governo e a qualidade regulamentar continuarão a ser fracas.

No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o Governo estabeleceu o objectivo, com respeito ao ano de 2016, de melhorar a sua classificação no Índice Ibrahim de Governação Africana em 20 posições, até 2022.¹³⁵ Em 2018, o índice atribuiu a Angola uma pontuação global na esfera da governação de 38,3 – fora de uma pontuação potencial de 100 – e classificou o país em 45º lugar, entre os 55 países africanos. Em 2016, Angola tinha recebido uma pontuação de 37,9.¹³⁶

Como acontece tipicamente com os países dependentes de recursos, a riqueza petrolífera de Angola tem levado à procura de ‘rendimentos sem uma contraparte produtiva’ (‘rent-seeking’ em língua inglesa) e à corrupção. Os relatórios sobre o consumo conspícuo¹³⁷ abundam, assim como os relatos sobre o grau de apropriação da riqueza do país por uma pequena elite. De acordo com o índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional (TI), em 2018 Angola foi classificada como o 16º país mais corrupto do mundo, um ‘ranking’ inferior à média dos países africanos de baixo rendimento.¹³⁸ Além disso, o Grupo de Acção Financeira só retirou Angola da sua lista negra de branqueamento de capitais em 2016.¹³⁹

Um recente relatório da TI aplaudia a campanha anticorrupção do presidente João Lourenço.¹⁴⁰ No

Caixa 4: Indicadores de governação

A eficácia do Governo e a qualidade regulamentar são medidas que emanam do projecto de Indicadores de Governação Mundial do Banco Mundial. A eficácia do governo mede ‘a percepção da qualidade dos serviços públicos, a qualidade da função pública e o grau de independência da mesma das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo para com tais políticas’. Entretanto, a qualidade regulamentar capta a percepção da capacidade do governo de criar e implementar políticas e regulamentos que promovam o desenvolvimento do sector privado. Uma maior eficácia do governo e uma maior qualidade regulatória ligam a melhoria das tecnologias de informação e comunicação e o aumento do capital social.

A corrupção é captada através da Transparência Internacional, que classifica os países com base nas percepções de corrupção do sector público.

entanto, os desafios permanecem, entre acusações de corrupção contínua, processos irregulares e resistência da antiga primeira família e seus aliados.¹⁴¹ As instituições responsáveis por levar a julgamento os elementos corruptos em Angola continuam a ser ineficientes. Emergindo de um contexto claramente autocrático e autoritário, os assuntos governamentais e mesmo a supervisão parlamentar permanecem opacos.¹⁴²

As receitas governamentais (excluindo a ajuda) representam um quarto do PIB, e são significativamente mais elevadas do que noutros países africanos de rendimento médio-baixo (17%). Este elevado rácio sugere que Angola tem uma capacidade governamental significativa, embora grande parte disso se deva historicamente ao rendimento do petróleo. Nos países africanos de rendimento baixo, as receitas governamentais representam 10% do PIB; na África de rendimento médio-alto, 36%. A redução da dependência do petróleo, a diversificação da sua economia e a melhoria dos sistemas de gestão das finanças públicas ajudariam Angola a aumentar as suas receitas.¹⁴³

Dois outros índices fornecem mais informações na análise de algumas das características estruturais do tipo de regime em Angola. O primeiro é o índice composto do 'Polity' (organização política) IV do Centro para a Paz

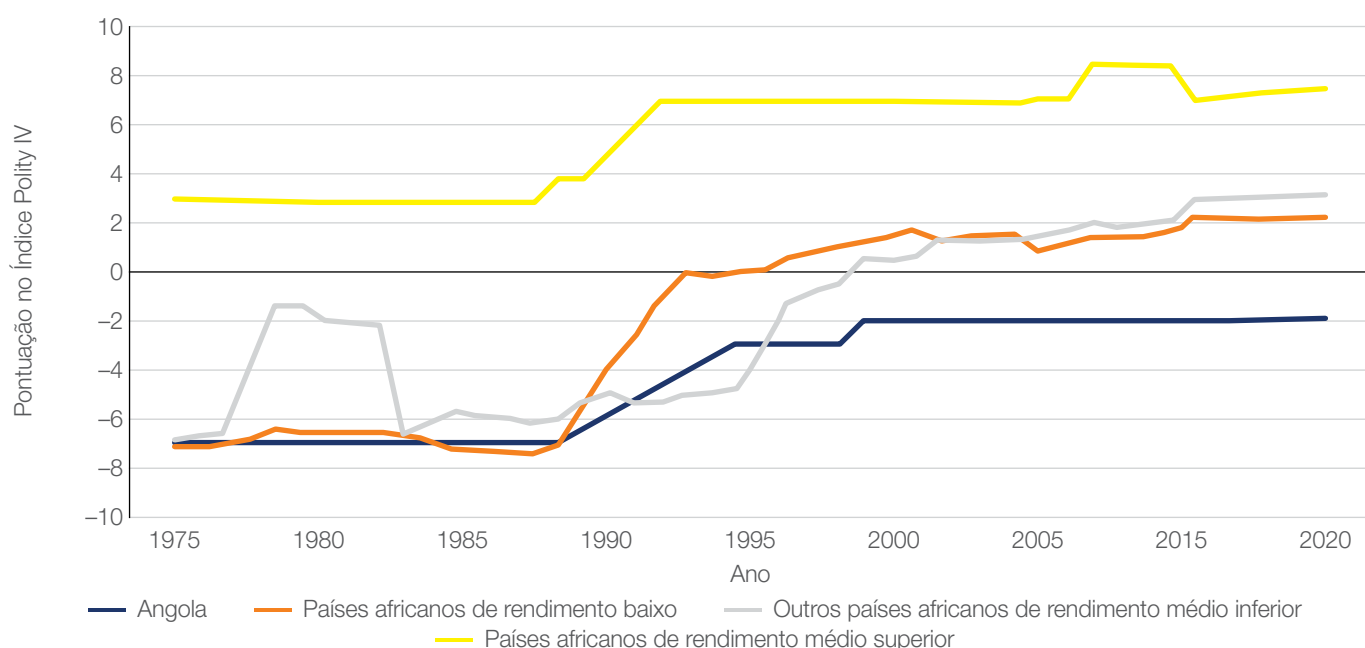
Sistémica, que categoriza os estados de acordo com as suas características de regime.¹⁴⁴

O índice classifica Angola como uma 'anocracia'¹⁴⁵ com uma pontuação de (-2) em 2017 e 2018, numa escala de -10 (monarquia hereditária) a +10 (democracia multipartidária consolidada). Os regimes anocráticos apresentam elementos de uma democracia (por exemplo, eleições regulares) que coexistem com comportamentos e instituições autocráticos (por exemplo, supervisão legislativa limitada).

Segundo Persson e Rothstein, 'os regimes híbridos são comparativamente mais clientelistas e corruptos do que as democracias de pleno direito e as ditaduras absolutas... e tendem não só a ter um desempenho pior do que as democracias consolidadas, mas também pior do que os regimes autoritários, numa grande variedade de indicadores de bens públicos, incluindo a saúde da população, educação, acesso a água limpa e saneamento, bem como a infraestruturas básicas, tais como estradas e electricidade'.¹⁴⁶

Angola é significativamente mais autoritária do que a média de outros países de rendimento médio baixo em África, o que implica que a pressão no sentido de o país se democratizar vai-se intensificar ao longo do tempo. E como Angola transita de um modelo

Figura 10: Pontuação do índice 'Polity' IV



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização feitas com base nos dados do índice IV 2017

de governação menos autoritário, para um mais democrático – o que se reflectiria numa pontuação de +5 ou superior no Índice de Politicidade – é provável que venha a experimentar um período inicial de maior instabilidade.

Outra forma de avaliar os níveis de democracia é o de distinguir entre democracia substantiva (liberal)¹⁴⁷ face a democracia eleitoral (nominal)¹⁴⁸. De acordo com o projecto 'Varieties of Democracy (V-Dem)¹⁴⁹, que mede a qualidade e o carácter das democracias em todo o mundo, a pontuação da democracia eleitoral angolana melhorou nas últimas décadas. Mas o fosso entre democracia eleitoral e democracia liberal em Angola aumentou ao longo do tempo, reflectindo até que ponto as eleições angolanas carecem de legitimidade e quantas das suas principais instituições políticas são independentes apenas em nome.

A democracia liberal de Angola melhorou modestamente desde 2008, e a transição suave para a administração de João Lourenço, e o sentimento de maior abertura, e a promessa de desenvolver controlos institucionais, poderão ajudar a manter o impulso positivo.¹⁵⁰

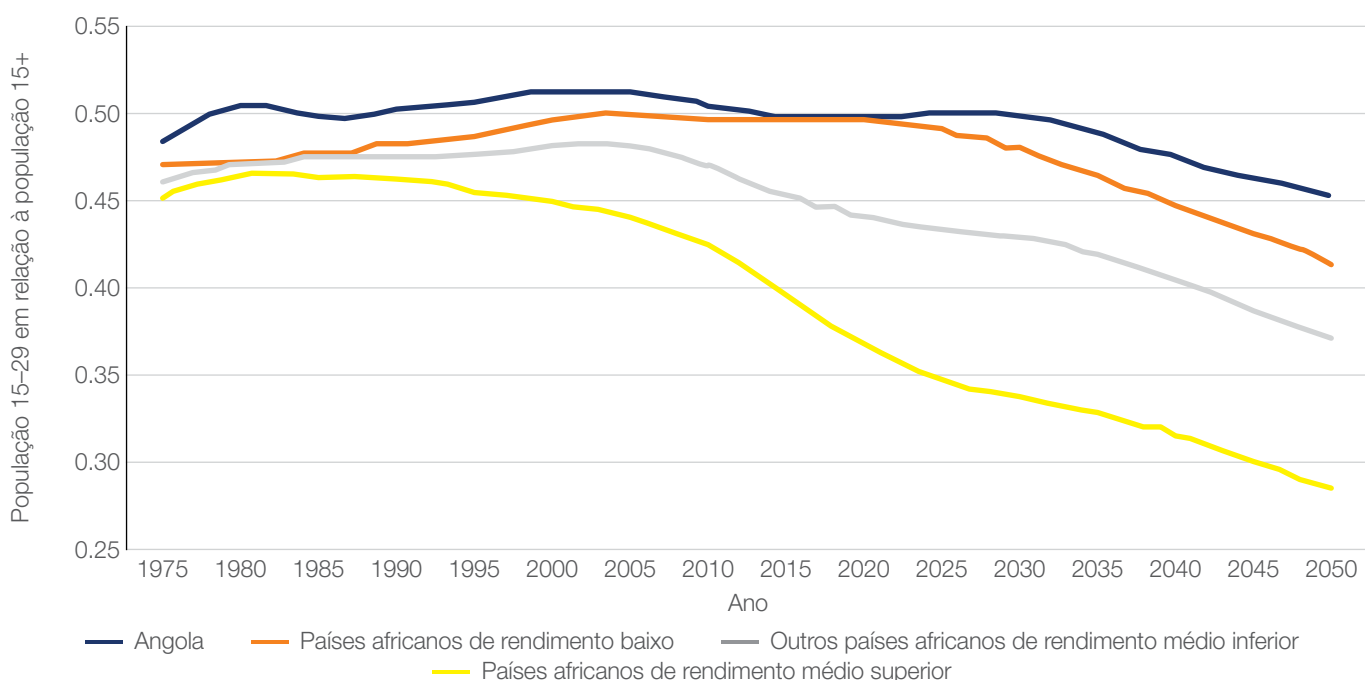
Estas considerações tornam ainda mais notável que Angola tenha feito progressos económicos e políticos

constantes, em vez de voltar a cair numa situação de conflito. Mas melhorar as condições de vida da juventude pobre, sem instrução e desempregada, será um desafio adicional para um país que luta com receitas decrescentes e altas taxas de inflação. A expansão juvenil em Angola – definida como a população com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade, em relação à população adulta total – é significativamente mais elevada do que no resto da África de rendimento médio-baixo (Figura 11). Na Trajectória Actual, o número de jovens angolanos permanecerá entre os mais elevados de África, até ao horizonte de previsão. Este elevado rácio implica geralmente um risco acrescido de elevados níveis de turbulência social.¹⁵¹

Prioridades da despesa

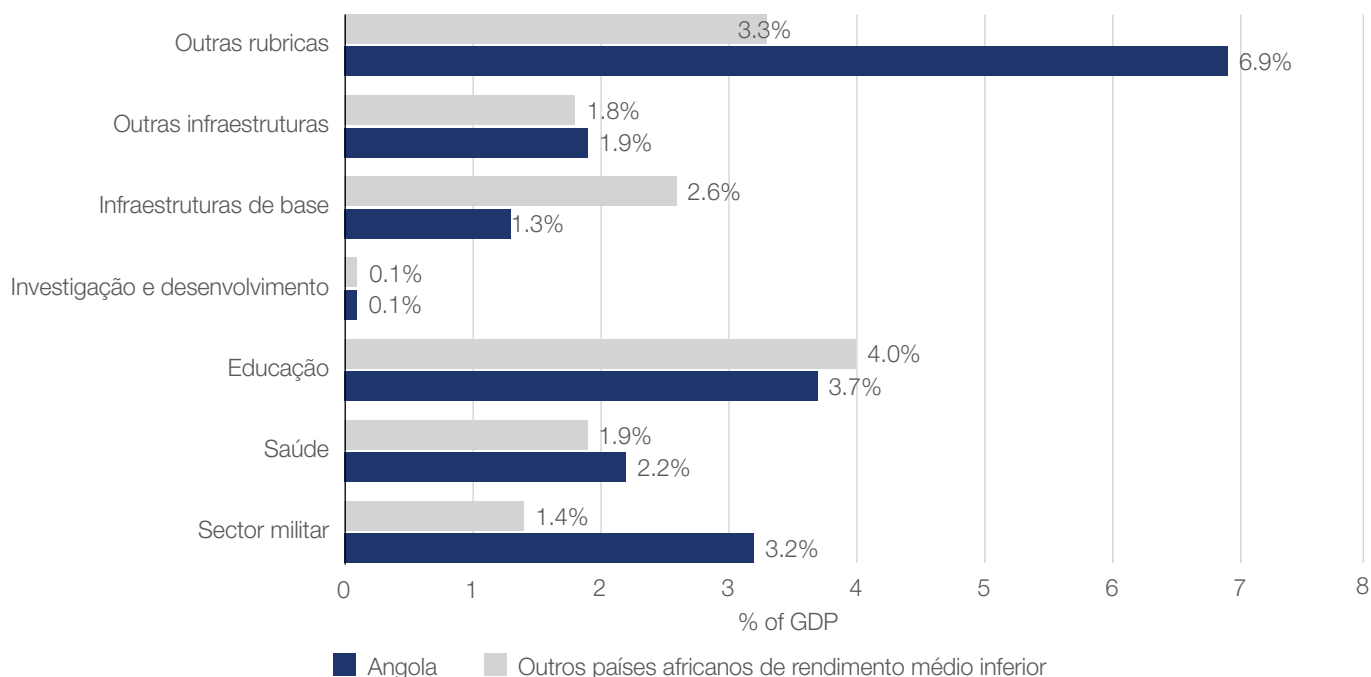
Em comparação com outros países de rendimento médio-baixo em África, Angola gasta mais de três vezes mais do seu PIB com os militares e uma parte significativamente menor em infraestruturas essenciais (por exemplo, estradas e saneamento)¹⁵² (Figura 12). Angola também dá prioridade à saúde em detrimento da educação. É evidente que o aperto económico desde 2014 forçou o Governo a reduzir, em geral, as

Figure 11: 'Explosão juvenil'



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização a partir dos dados da Divisão Populacional da ONU

Figura 12: Despesa pública, % do PIB, 2020



Fonte: Indicadores Mundiais de Desenvolvimento

despesas, a maior parte das quais são inevitavelmente em rubricas de despesas de capital e não em salários e despesas recorrentes. Além disso, o consumo público em Angola (em percentagem do PIB) é quase cinco pontos percentuais mais elevado do que o dos seus pares.

A análise indica que existe uma oportunidade considerável – se fosse politicamente possível fazê-lo – de redireccionar as despesas do sector militar, para as infraestruturas, nomeadamente, instalações de água e saneamento e outras infraestruturas básicas e de educação, que são urgentemente necessárias.

Cenários Futuros Alternativos

As secções que se seguem, baseiam-se nas análises anteriores, e têm como objectivo analisar os impactos e soluções de compromisso de cinco cenários sectoriais sobre o desenvolvimento angolano até 2050. Cada cenário representa um conjunto de intervenções políticas que lidam com os principais desafios e oportunidades de Angola em matéria de desenvolvimento. Em vez de apresentarem opções políticas dolorosas, os cenários oferecem uma gama de intervenções que podem ser combinadas na prossecução das prioridades nacionais de desenvolvimento.

Energias Renováveis e Reforma dos Subsídios

Angola está a trabalhar com o FMI e o Banco Mundial para cortar os subsídios aos combustíveis fósseis, que o presidente da Administração Geral Tributária (AGT) descreveu publicamente como ‘despesas repetidas insustentáveis’.¹⁵³ Na verdade, Angola estava entre apenas oito países da África Subsaariana que gastaram mais de mil milhões de dólares (em dólares correntes de 2015) em subsídios aos combustíveis fósseis em 2015.¹⁵⁴ A ser implementado pelo Banco Mundial e pelo FMI entre 2019-2021, o programa visa aumentar o preço dos combustíveis para motores a jacto e as tarifas de electricidade e transporte.¹⁵⁵ Prevê também o aumento das transferências de dinheiro para as comunidades pobres para as proteger dos impactos da reforma dos subsídios e visa atingir um milhão de famílias pobres até meados de 2020.¹⁵⁶

Este programa está alinhado com o esforço global de transição para a energia limpa. Para além de constituir uma carga financeira pública significativa, a sub-apreciação ‘generalizada e substancial dos preços dos combustíveis fósseis a nível mundial está a diminuir os esforços para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa’.¹⁵⁷

O cenário das Energias Renováveis e Reforma dos Subsídios analisa o tipo de desenvolvimento que Angola poderia esperar se este programa fosse bem-sucedido, através da modelação de subsídios reduzidos aos combustíveis fósseis, aumento das transferências de dinheiro para os pobres e uma transição acelerada para fontes de energia renováveis.

Neste cenário, as transferências anuais de numerário para as comunidades pobres são aumentadas para 9,6% do PIB (US\$14,3 mil milhões) até 2022, e para 10% (mais de US\$100mil milhões) até meados do século. Alguns destes fundos vão para os cerca de 159 000 veteranos de guerra de Angola, 'apenas que actualmente recebem uma pensão de 23 000 kwanzas (60 euros, 67 dólares) por mês'.¹⁵⁸ Isto traduz-se em 4,2 mil milhões de dólares adicionais por ano, em média, para as populações mais vulneráveis de Angola ao longo da próxima década; 6,4 mil milhões de dólares adicionais de 2030 a 2040; e 8,3 mil milhões de dólares adicionais, de 2040 a 2050. Em termos cumulativos, isto equivale a um acréscimo de 160,2 mil milhões de dólares para as mãos das camadas populacionais economicamente mais vulneráveis, até meados do século.

Angola já parece estar no caminho de uma governação mais transparente, aberta e inclusiva

Se as transferências monetárias modeladas no cenário das Renováveis e Reforma dos Subsídios fossem distribuídas igualmente entre aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza de renda média baixa, cada pessoa receberia, em média, um pagamento anual de US\$790 durante a próxima década; US\$1 830, de 2030 a 2040; e US\$6 450, de 2040 a 2050.

O cenário da Reforma de Renováveis e Subsídios também aumenta a produção hidroeléctrica em cerca do dobro da taxa projectada na Trajectória Actual nas próximas três décadas, traduzindo-se num aumento da estimativa actual de cinco MBOE, para 25 MBOE até 2040, e para 68 MBOE, pouco antes de meados do século. Este é um objectivo ambicioso, mas razoável: entre 2005 e 2015, Angola triplicou a sua produção de energia hidroeléctrica. A produção de

energia a partir de outras fontes renováveis de Angola, incluindo biogás, eólica e potencialmente solar, também aumenta aproximadamente duas vezes mais rapidamente do que na Trajectória Actual, passando de um MBOE, estimado hoje, para nove MBOE, até 2035, e depois arranca rapidamente para exceder 800 MBOE até 2050. Até 2050, metade de toda a produção de energia – em vez de apenas um terço, como projectado na Trajectória Actual – é proveniente de energias renováveis.

Governação Melhorada

Angola já parece estar no caminho de uma governação mais transparente, aberta e inclusiva. Mas a corrupção e a má governação continuam a ser entre um dos seus desafios mais duradouros. Sem uma responsabilização democrática, substantiva e contínua, a grande e crescente expansão da juventude angolana pode transformar-se numa força desestabilizadora que venha a comprometer a estabilidade relativa de que o país agora goza.

Mais concretamente, a Governação Melhorada emula uma maior eficácia governamental e uma melhor qualidade regulamentar, tal como avaliadas pelas medidas de governação utilizadas nos IFs (Caixa 3). Até meados dos anos 2040, Angola apresentará melhores resultados, em ambos os indicadores, do que a média do resto da África com rendimentos médios mais baixos. Em meados do século XXI, a pontuação de Angola nestas medidas quase que alcançará a média da África de rendimento médio-alto.

As percepções de corrupção também são melhoradas no âmbito da Governação Melhorada. No Índice TI, a Governação Melhorada aumenta a pontuação de Angola de 1,9 em 2019 (de um possível valor máximo de 10), para 3,8 a meados do século – a par da pontuação projectada para a África de rendimento médio-alto nesse tempo, e meio ponto acima da pontuação projectada para Angola na Trajectória Actual.

Finalmente, o cenário emula uma democratização mais rápida do que a esperada na Trajectória Actual, melhorando a pontuação de Angola no Índice Polity IV para acima de 0 (o índice vai de -10 a +10) – o limiar entre um regime mais autocrático e um regime mais democrático – até meados da década

de 2030. Seguindo a Trajectória Actual, Angola só deverá passar este limiar a partir de meados do século. No entanto, mesmo com este aumento significativo, Angola permanece no intervalo de -5 e +5, ou seja, uma pontuação entre a qual os regimes são considerados como 'anocráticos' e propensos à instabilidade.

Educação e Planeamento Familiar

Uma sociedade não progredirá a menos que todos – especialmente as mulheres e raparigas – possam ter acesso à educação, aos cuidados de saúde e ao planeamento familiar. Em Angola, as mulheres têm muito menos oportunidades educacionais do que os homens, e muitas vezes enfrentam inúmeras barreiras ao acesso a serviços e recursos de planeamento familiar.

Muitos factores políticos, económicos e sociais condicionam a capacidade do sistema educativo angolano de proporcionar um ensino de alta qualidade, o que reduz a qualidade de vida dos angolanos e reduz, ainda, as oportunidades de aceder a um emprego significativo. Como anteriormente analisado no relatório,

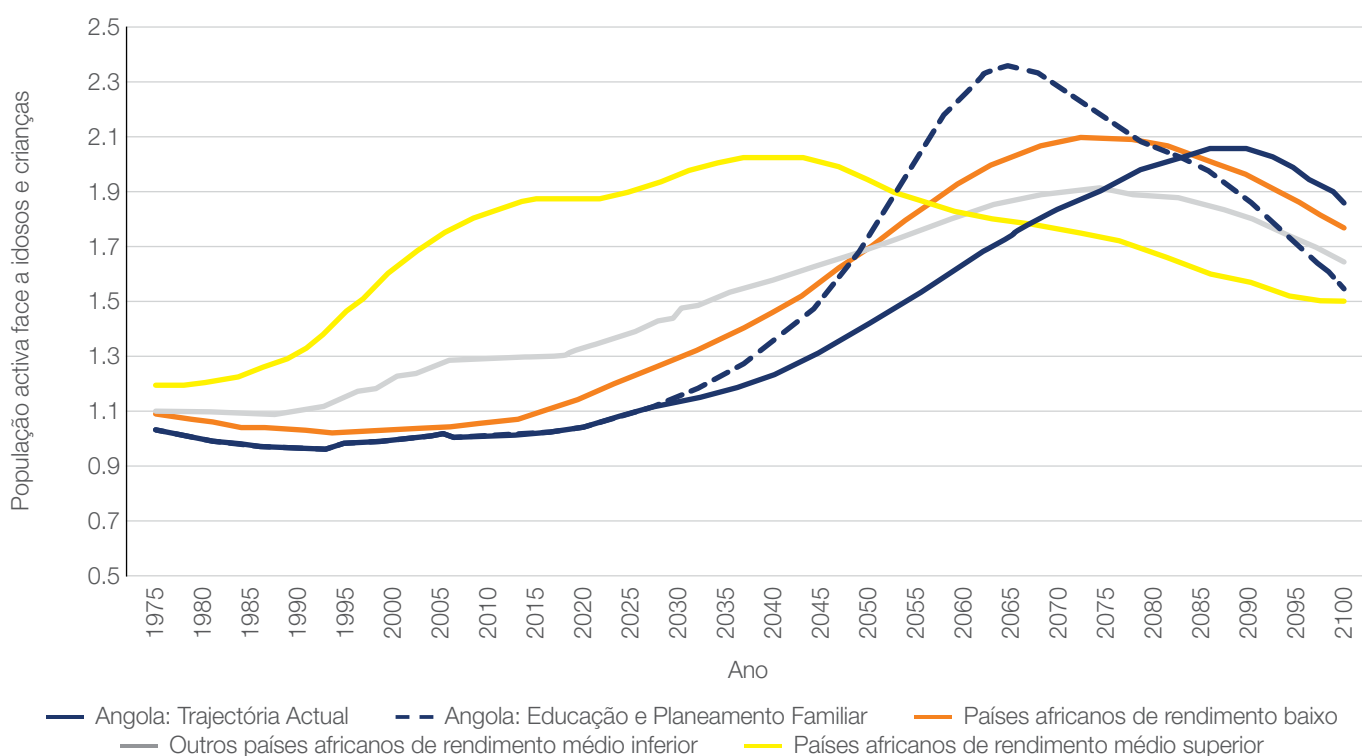
as privações em termos de educação representam a mais poderosa causa de pobreza em Angola.

No âmbito do cenário da Educação e Planeamento Familiar, Angola implementa um esforço político coordenado para melhorar os resultados educacionais, com um enfoque específico na redução das barreiras que as mulheres enfrentam para melhorar os seus meios de subsistência. Isto inclui a melhoria da paridade de género em todos os níveis de educação, e o aumento da disponibilidade e uso de contraceptivos modernos.

Os modelos do cenário da Educação e Planeamento Familiar melhoram a entrada, progressão e sucesso ao longo dos anos de escola primária, secundária e terciária, entre 2020 e 2030, com especial atenção para a participação educacional das mulheres e raparigas. Este cenário também melhora a qualidade do ensino primário e secundário, para melhor preparar e equipar os alunos para o ensino superior, e aumenta a percentagem de alunos do ensino secundário que frequentam os estabelecimentos de ensino profissional e superior.

Finalmente, o cenário aumenta a parcela de mulheres que usam contraceptivos: até 2040, metade de

Figura 13: Dividendo demográfico



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização a partir da Divisão Populacional da ONU

todas as mulheres em idade fértil usa contraceptivos, em comparação com apenas uma em cada três mulheres na Trajectória Actual. Este aumento vem satisfazer a necessidade – não satisfeita – de acesso a contraceptivos, a qual foi analisada anteriormente no relatório, e indicava que 38% das mulheres angolanas casadas com idades compreendidas entre os 25 e 49 anos de idade querem usar contraceptivos, mas não o fazem.¹⁵⁹ Até 2050, mais de 70% das mulheres usam contraceptivos nos termos deste cenário.

A taxa de fertilidade total de Angola cai conseqüentemente para 2,3 filhos por mulher em meados do século – cerca de 20 anos antes do que na Trajectória Actual. Em 2050, a população total de Angola atinge os 72 milhões, em vez dos 80 milhões projectados na Trajectória Actual. Além do mais, por volta de meados da década de 2060, os dividendos demográficos do país atingem picos de aproximadamente 2,4 pessoas em idade activa, face a cada pessoa dependente – que são mais altos do que o pico projectado para a África de rendimento médio-alto em 2040, que é de dois trabalhadores, face a cada pessoa dependente (Figura 13).

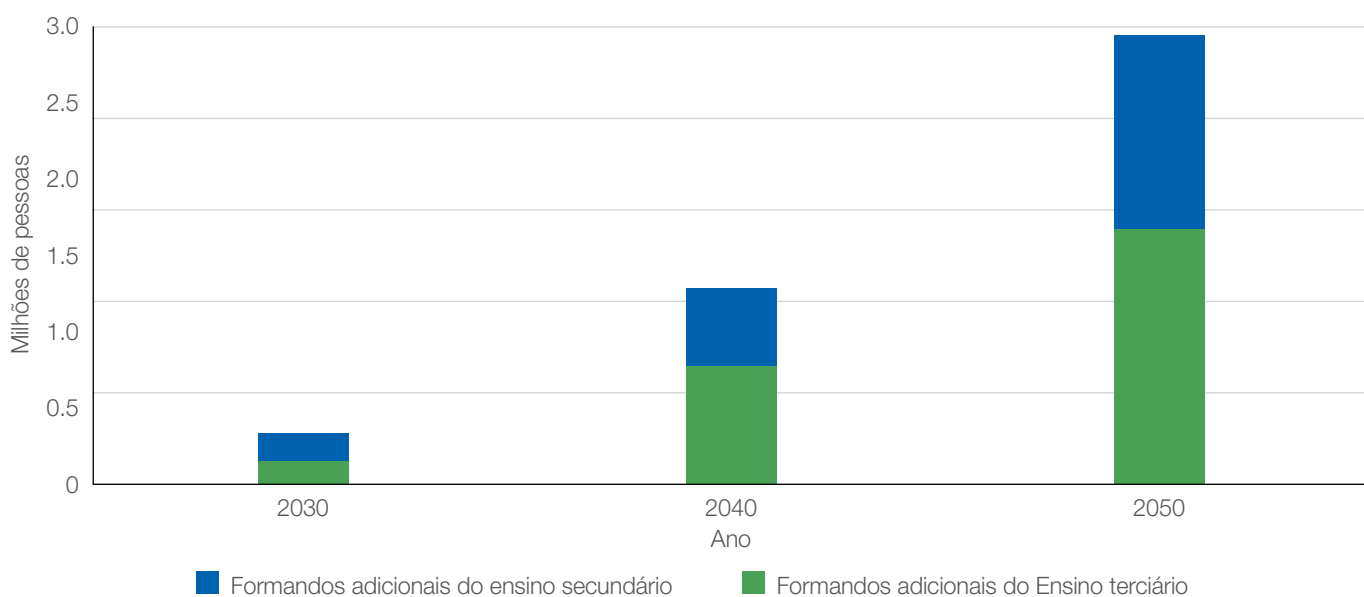
Conseqüentemente, a paridade de gênero é alcançada com respeito à matrícula na escola primária até 2040 – 20 anos antes do que é previsto na Trajectória Actual. A

paridade de gênero nas matrículas do primeiro ciclo do ensino secundário e o segundo ciclo é atingida até 2028 e 2035, respectivamente. Seguindo a Trajetória Actual, Angola não atinge a paridade de gênero em nenhum destes indicadores até depois de 2040.

Até 2030, cerca de 130 000 adultos terão completado o ensino secundário, em relação à Trajectória Actual; até 2050, mais 1,4 milhões terão completado o ensino secundário. A conclusão do ensino superior também melhora: até 2030, mais 150 000 adultos terão concluído o ensino superior, e até 2050, mais um milhão (Figura 14). Até 2050, haverá acima de um milhão de angolanos a menos que não tenham recebido qualquer educação. Entretanto, até meados da década de 2040, a média de adultos com idades compreendidas entre os 20 e 29 anos de idade terá atingido um ano extra de instrução, face ao previsto na Trajectória Actual.

Angola poderia alcançar os resultados em matéria de desenvolvimento deste cenário ao dar prioridade à educação e ao empoderamento das mulheres na agenda de desenvolvimento nacional. Esta é uma tarefa desafiadora. As normas culturais que moldam a atitude de uma sociedade, face aos direitos fundamentais das raparigas e das mulheres à educação e aos cuidados de saúde reprodutiva, são frequentemente lentas e profundamente enraizadas.

Figura 14: Formandos adicionais do ensino secundário e terciário, no âmbito do cenário da Educação e Planeamento Familiar



Fonte: Modelo de IFs, versão 7.45; dados de Barro-Lee

Que tantas mulheres angolanas casadas querem usar contraceptivos, mas não o fazem, sugere que não podem pagá-los ou que estão a ser impedidas de os usar pelos seus pares e pela pressão social.

Água, Saneamento e Higiene

A deficiente infraestrutura em matéria de água, saneamento e higiene (WASH, na sigla inglesa) em Angola restringe o desenvolvimento e torna difícil, se não impossível, para a maioria dos angolanos viverem vidas saudáveis e prósperas. Embora também faltem outros tipos de infraestruturas, tais como estradas e electricidade, este cenário dá prioridade à WASH, dada a sua importância para o desenvolvimento humano e porque a água e o saneamento são direitos humanos básicos.

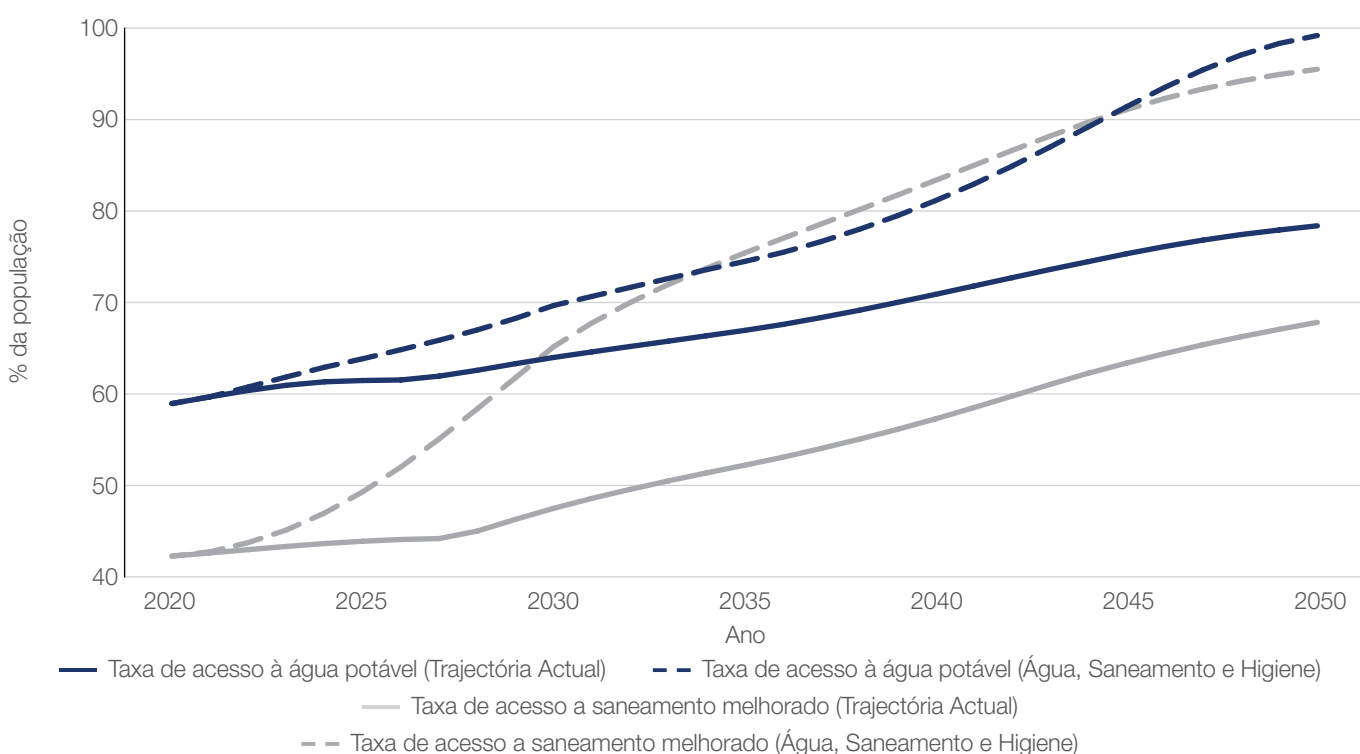
Neste cenário, a taxa de acesso à água potável em Angola aumenta, da estimativa actual de 56% da população, para 72% em 2035, e para 100% em 2050. Na Trajectória Actual, esta taxa melhora muito mais lentamente, para apenas 78% até meados do século. Esta melhoria significa que, até 2035, três milhões de pessoas a menos do que o previsto actualmente, não terão acesso a uma fonte de água segura. Em meados do século, menos de 800 000

personas não têm acesso a água limpa neste cenário, em comparação com mais de 17 milhões de pessoas (18% da população) na Trajectória Actual, que não o têm.

A proporção da população com acesso a saneamento melhorado melhora de uma estimativa de 42% em 2020, para 75% em 2035, e quase 100% em 2050 – 27 pontos percentuais acima do que está projectado na Trajectória Actual para esse ano. Isto traduz-se em menos 12,4 milhões de pessoas vivendo sem acesso a um saneamento melhorado, até 2035, do que o projectado para esse ano; em 2050, menos 22 milhões de pessoas.

Numa secção anterior deste relatório foi observado que Angola, em média, gasta uma parte significativamente maior do PIB com as suas forças armadas do que outros países africanos de rendimento médio baixo, e que o sector principal que sofre de subinvestimento é o das infraestruturas básicas, ou seja, água, saneamento e higiene. Para ter em conta os custos das melhorias, este cenário inclui uma diminuição gradual na despesa militar, de uma estimativa de 3,2% do PIB em 2020, para 2,6% do PIB em 2025 (em vez de 3,1%), permanecendo relativamente estável depois disso.

Figura 15: Taxas de acesso a água potável e saneamento melhorado



Modelo de IFs, versão 7.45; inicialização a partir dos dados do Programa de Monitorização Conjunta da Organização Mundial da Saúde/UNICEF

Cultivando Angola

Angola já foi auto-suficiente em todas as culturas excepto o trigo, e foi também, em tempos idos, o quarto maior exportador de café do mundo. Mas o sector agrícola do país tem agora um desempenho muito abaixo do seu potencial, e a insegurança alimentar está entre os problemas mais prementes do país. A agricultura é vital para a economia e a maioria dos angolanos depende da agricultura para obter alimentos ou rendimentos.

Neste cenário, Angola tem mais do que cinco milhões de hectares das suas terras de cultivo sob irrigação. Mais concretamente, a área de terra equipada para irrigação é reforçada, da actual estimativa de 88 800 hectares (apenas 0,15% de toda a terra agrícola), para 240 000 hectares até 2035, e 450 000 hectares até meados do século. (Um lembrete: actualmente, apenas 11 600 hectares são efectivamente irrigados).

De modo a contabilizar os custos, o investimento na agricultura é incrementado, passando da estimativa actual de US\$ 834 milhões, para US\$ 1,4 mil milhões até 2035, e para US\$ 2,2 mil milhões até 2050, face à previsão da Trajectória Actual, de US\$ 1,9 mil milhão para 2050.

A produção de culturas aumenta uma estimativa de 18 milhões de toneladas métricas em 2019 para

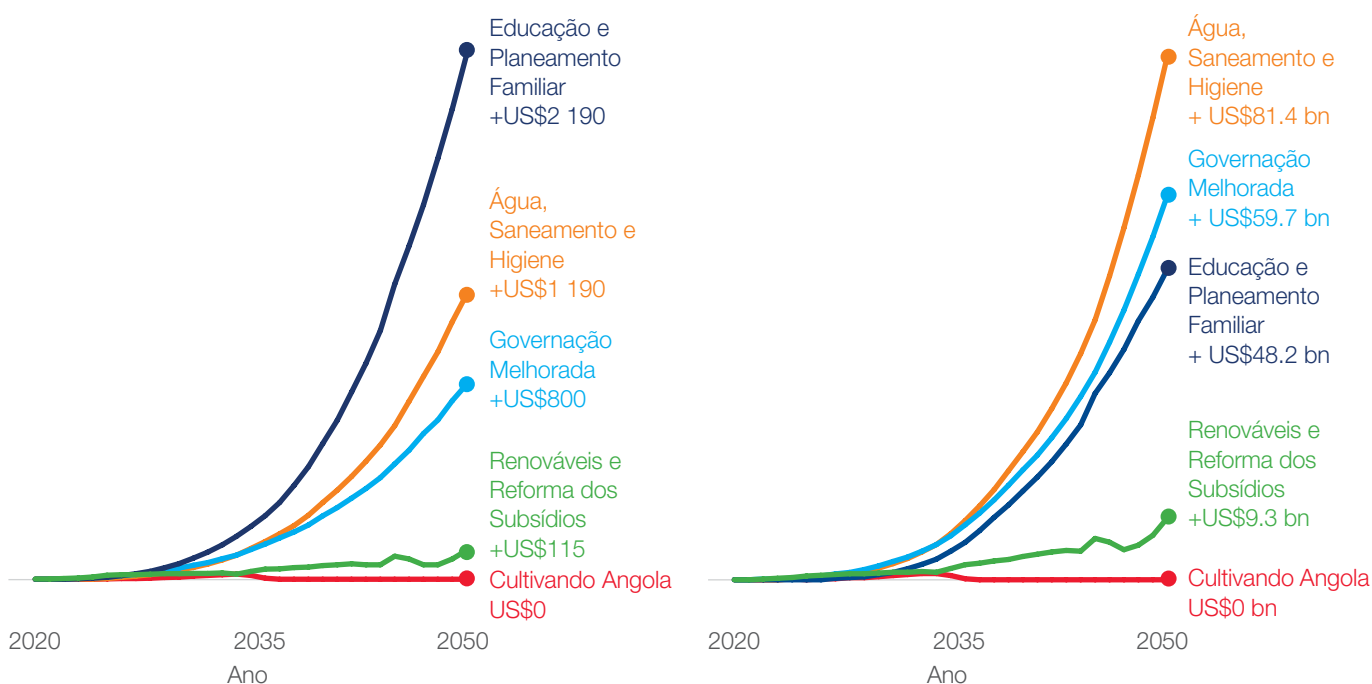
aproximadamente 23 milhões de toneladas métricas até 2035, e para 33 milhões de toneladas métricas até meados do século – 3 milhões de toneladas métricas acima da previsão da Trajectória Actual para 2050. Este cenário inclui um aumento das calorias disponíveis para a população, dando assim prioridade às necessidades alimentares nacionais em detrimento das exportações.

Comparação dos impactos dos cenários

De entre todos os cenários, o da Educação e Planeamento Familiar tem o impacto mais dramático no PIB per capita a curto e longo prazos, em parte devido ao crescimento mais lento da dimensão da população angolana neste cenário. A Figura 16 mostra que no âmbito do cenário da Educação e Planeamento Familiar, o PIB per capita é superior em 220 dólares até 2035 e, até 2050, é superior em 2 190 dólares face projectado na Trajectória Actual.

No entanto, a economia angolana recebe o maior impulso empregando o cenário da Água, Saneamento e Higiene. Neste cenário, até 2050, o PIB é superior em 81,4 mil milhões de dólares, face à projecção da Trajectória Actual. Os cenários da Melhor Governação e da Educação e Planeamento Familiar também aumentam o PIB, mas em grau menor.

Figura 16: PIB per capita adicional (à esquerda) e PIB adicional (à direita)



O cenário das Energias Renováveis e Reforma dos Subsídios e o cenário designado por Cultivando Angola, por sua vez, têm um impacto insignificante. (Figura 16).

O número de angolanos que são extremamente pobres cresce em todos os cinco cenários, tal como reflectido no aumento inicial de 13,6 milhões de pessoas extremamente pobres em 2020, para um pico de 17,8 milhões em 2028. Mesmo com o crescimento económico imediato e os subsídios às populações vulneráveis, a dinâmica por detrás do rápido crescimento populacional de Angola continuará a aumentar a pobreza absoluta.

A curto prazo, o cenário da Reforma de Renováveis e Subsídios tem o efeito mais dramático sobre o número de angolanos que são extremamente pobres. Até 2030, 1,3 milhões de pessoas a menos do que o previsto actualmente serão extremamente pobres devido às transferências de dinheiro adicionais modeladas neste cenário – um resultado que está de acordo com a crescente literatura sobre o sucesso dos programas de transferência de dinheiro para combater a pobreza. O cenário de Renováveis e Reforma dos Subsídios é também o único cenário que reduz a desigualdade, ainda que esta melhoria seja modesta.

A situação é diferente a longo prazo. Nos próximos 30 anos, o cenário da Educação e Planeamento Familiar reduz o número de angolanos que vivem em extrema pobreza mais do que qualquer outro cenário. Em

meados do século, 3,1 milhões de angolanos serão extremamente pobres – 2,8 milhões a menos do que o previsto na Trajectória Actual (Figura 17). Mas a taxa de pobreza não muda substancialmente neste cenário. Pelo contrário, esta redução deve-se ao facto de a população de Angola ser menor no âmbito do cenário da Educação e Planeamento Familiar.

Os cenários da Educação e Planeamento Familiar e das Renováveis e Reforma dos Subsídios também reduzem o número de angolanos subnutridos – mas não tanto como no cenário designado por Cultivando Angola. A melhoria dramática na produção e distribuição de culturas modeladas no cenário designado por Cultivando Angola melhora imediatamente o estado nutricional dos angolanos.

No cenário designado por Cultivando Angola, o número de pessoas que sofrem de fome cai para pouco mais de cinco milhões em 15 anos, enquanto na Trajectória Actual, mais de sete milhões de pessoas ainda estariam subnutridas. Até 2050, 3,23 milhões angolanos estarão subnutridos em termos do cenário Cultivando Angola, face a 5,75 milhões nos termos da Trajectória Actual. Uma razão importante para esta grande diferença é que grande parte da produção agrícola adicional está orientada para o consumo interno e não para a exportação.

No entanto, a desnutrição entre crianças menores de cinco anos é mais directamente influenciada pela falta de acesso à água potável e ao saneamento,

Figura 17: Consideração da pobreza extrema (US\$1.90 por dia) em cada cenário

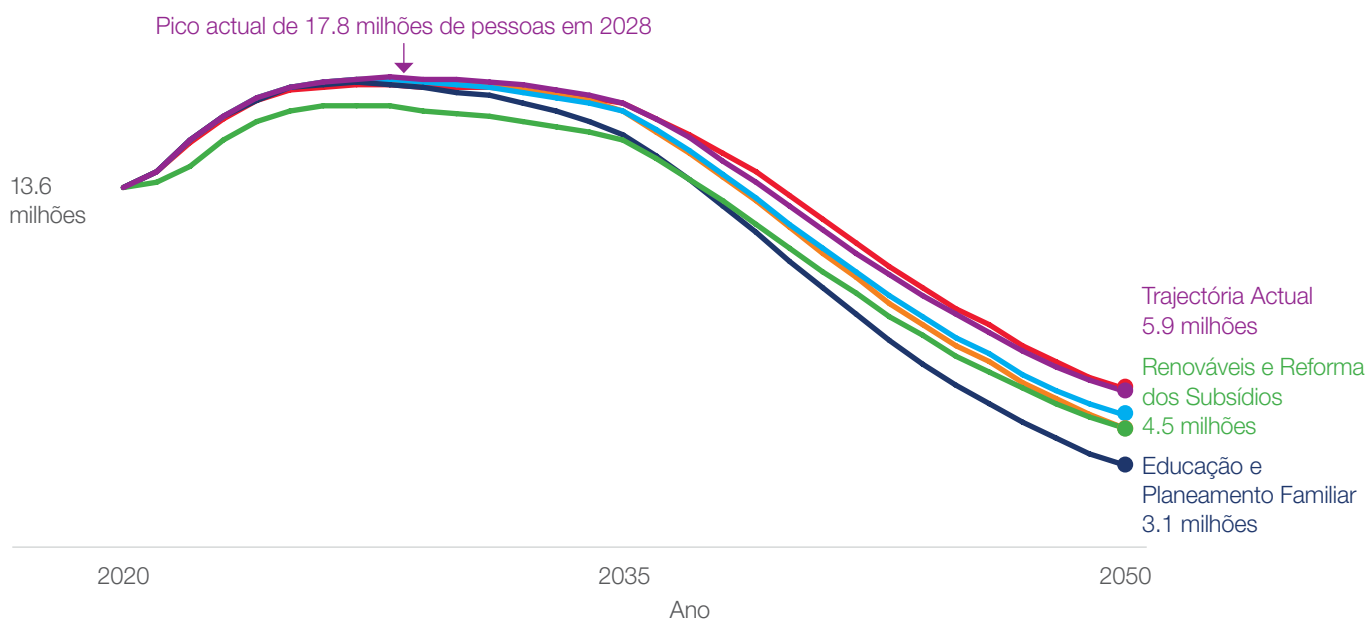
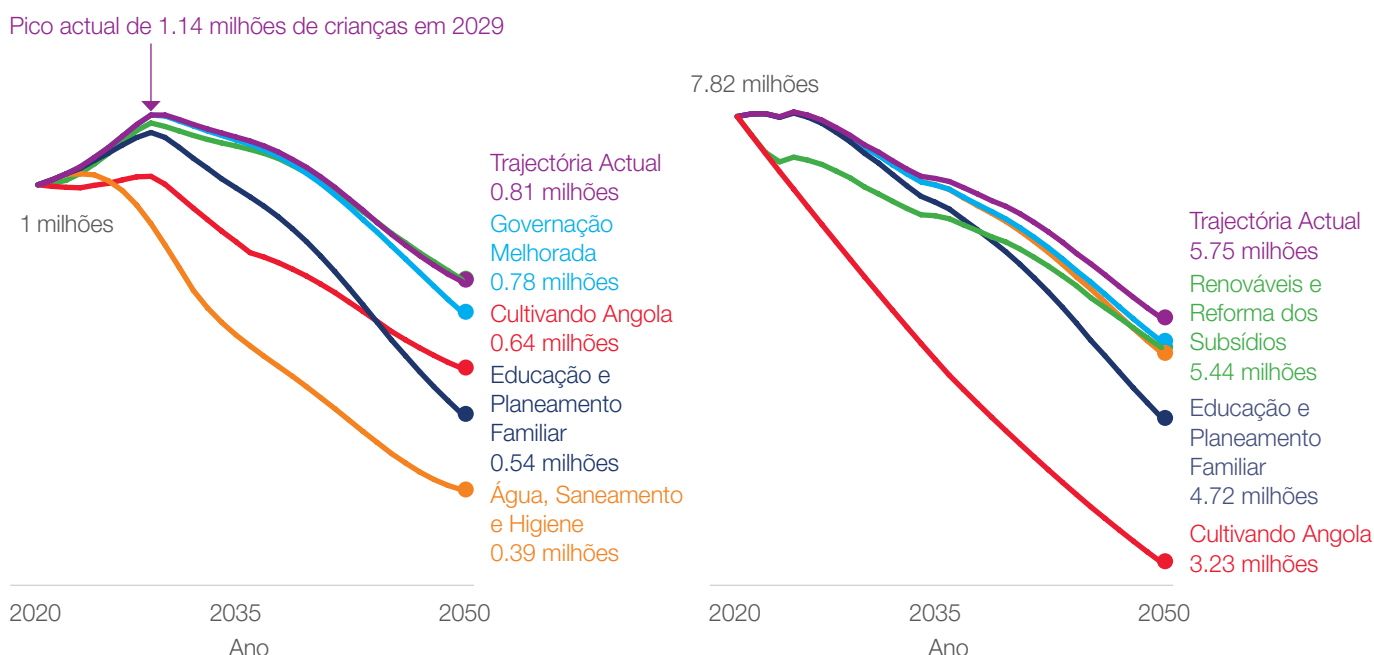


Figura 18: Diferenças entre a malnutrição infantil (à esquerda) e a subnutrição da população no seu todo (à direita)



características comuns entre as comunidades pobres. Esta relação é confirmada pelo cenário da Água, Saneamento e Higiene, no qual a desnutrição infantil é quase eliminada até meados do século (a taxa, ou a percentagem da população infantil afectada pela desnutrição, cai de uma estimativa de 17% em 2020, para 4% em 2050 (Figura 18)). O número de crianças que sofrem de desnutrição diminui para metade, dentro de 30 anos. Este resultado impressionante realça a importância das infraestruturas de água, saneamento e higiene, dedicadas à saúde e ao bem-estar, especialmente entre as crianças.

As transferências em numerário para as comunidades pobres, modeladas no âmbito do cenário das Renováveis e Reforma dos Subsídios reduzem imediatamente o número de crianças subnutridas, salientando que a pobreza, a falta de infraestruturas do tipo WASH e a desnutrição infantil estão intimamente interrelacionadas em Angola.

No cenário da Educação e Planeamento Familiar também se reduz drasticamente a população infantil subnutrida – um resultado devido a uma diminuição do número total de crianças, uma vez que este cenário não reduz a taxa de desnutrição infantil.

O cenário Cultivando Angola, entretanto, exhibe o segundo efeito mais significativo na taxa de desnutrição

infantil, depois do cenário da Água, Saneamento e Higiene. Neste cenário, reduz-se a taxa para 10% até 2035, e para 6% até 2050, o que se traduz em 640 000 crianças até ao ano de 2050 (Figura 18).

O cenário da Educação e Planeamento Familiar é o único que reduz a elevada taxa de mortalidade materna em Angola. Em 15 anos, cai para 254 mortes por 1 000 nados-vivos, em comparação com as 287 mortes na Trajectória Actual. Em 2050, cai para 10 mortes por 1 000 nados-vivos no cenário da Educação e Planeamento Familiar – apenas um duodécimo (aproximadamente) do rácio de 118 mortes projectado na Trajectória Actual, e que se aproxima do nível dos actuais rácios de países tais como Singapura, Lituânia e Portugal.

Recomendações

Este relatório veio esclarecer algumas das estratégias que o Governo de Angola pode seguir para melhorar o desenvolvimento humano. A Trajectória Actual mostra que a pobreza extrema, a insegurança alimentar, o rápido crescimento populacional, os baixos níveis de infraestruturas – particularmente água e saneamento – e os fracos resultados, em termos de saúde, continuarão a desafiar Angola no seu esforço rumo a um crescimento inclusivo e sustentável. Na consecução deste objectivo, as exportações de petróleo bruto,

por um lado, têm propiciado uma base económica instável, e por outro, os legados da guerra continuam a subverter o desenvolvimento nacional.

A constatação global deste estudo é que investir em infraestruturas básicas de água, saneamento e higiene é a maneira mais eficaz de melhorar a trajectória de desenvolvimento do país a curto e longo prazos. O cenário da Água, Saneamento e Higiene indica que um aumento razoável da despesa pública nas infraestruturas básicas de água, saneamento e higiene, traz benefícios económicos generalizados e para a saúde. Até meados do século, a má nutrição infantil seria virtualmente eliminada e a economia geraria mais 573,7 mil milhões de dólares acumulados do que o projectado actualmente – uma soma muito mais significativa do que em qualquer outro cenário.

Entretanto, uma agenda de desenvolvimento que dê prioridade ao acesso das raparigas e das mulheres à educação e aos cuidados de saúde – particularmente aos cuidados de saúde reprodutiva – oferece a forma mais rápida de aumentar os rendimentos, reduzir a elevada taxa de mortalidade materna em Angola, e diminuir o número de pessoas que vivem na pobreza e/ou que estão subnutridas. O cenário da Educação e Planeamento Familiar também requer uma mudança cultural mais ampla, no sentido de empoderar as raparigas e as mulheres, dando-lhes controlo sobre a sua saúde reprodutiva e acesso igualitário à educação.

Atingir o cenário da Educação e Planeamento Familiar requer que o governo se concentre na melhoria das taxas de participação no primeiro ciclo do ensino secundário, a que se deve seguir, uma melhoria nas taxas de participação no segundo ciclo do ensino secundário. Uma vez superados os estrangulamentos

a estes níveis, os níveis médios de educação irão melhorar e o Governo poderá, eventualmente, mudar a suas atenções para o ensino superior.

A implementação de subsídios em dinheiro aos pobres é a forma mais rápida de aliviar a pobreza extrema e de reduzir a desigualdade. O cenário das Renováveis e Subsídios requer que o Governo siga em frente com seu plano de cortar os subsídios para combustível de aviação, diesel e outros bens. Esta via política daria um impulso à mudança nacional rumo às energias renováveis – uma mudança que ajudaria a diversificar a economia, afastando-a da dependência do petróleo e alinhando-a com o esforço global para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e amenizar o impacto das alterações climáticas. As perspectivas para o sector das energias renováveis parecem ser promissoras, com vários sistemas hidroeléctricos em desenvolvimento e a indústria solar a progredir de uma forma crescente.¹⁶⁰

A irrigação de mais terras agrícolas angolanas oferece a melhor forma de reduzir drasticamente a subnutrição infantil e melhorar a segurança alimentar a nível nacional. Como a população continua a crescer, também a dependência de Angola dos alimentos importados irá aumentar.

Para que possam usufruir de vidas prósperas e saudáveis, e de modo, ainda, a que o país alcance os seus objectivos ambiciosos, todos os angolanos devem ter o direito à igualdade de oportunidades. Os ganhos económicos do início dos anos 2000 não se traduziram em melhores meios de subsistência para a maioria dos angolanos. Garantir que a riqueza futura seja inclusiva e equitativa exigirá que a governação se torne mais democrática, transparente e responsável.

Agradecimentos

Agradecemos aos seguintes colegas pelas suas contribuições para este relatório: Professor Alves da Rocha (Universidade Católica de Angola), Gen. Brig. (Reserva) Manuel Correia Barros, Sérgio Calundungo, Celso Dala (Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas), Eric Klisman (Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas), Francisco Miguel Paulo (Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola) e Carlos Vaz (Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola).

Anexo

Ajustamento à Trajectória Actual

Este relatório usa a versão 7.45 do modelo de Futuros Internacionais (IFs), sendo que uma série actualizada do PIB2011 foi extraída a partir da versão 7.46 do modelo IFs.

Tabela A1: Ajustamento à Trajectória Actual

Parâmetro	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Rendimentos das colheitas (Ylm)	Fixar em 0,6 em 2015; aumentar para 0,7 até 2050.	Corrige qualquer problema de inicialização.

Ficheiro de dados do projecto

O modelo de IFs mantém séries de dados históricos num ficheiro de banco de dados mestre. Os dados neste ficheiro são extraídos de fontes padrão de vários países, tais como os Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial e a base de dados FAOSTAT da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Para este projecto, criámos um ficheiro de dados, que se sobrepõe aos dados seleccionados no IFsHistSeries.mdb, tal como indicado na tabela abaixo.

Tabela A2: Dados do projecto

Série	Definição	Alternativa/fonte actualizada/raciocínio
AGCropProductionFAO	Produção total das culturas	Substitui os dados incorrectos da FAO por uma estimativa da Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.
EdPriCompletionFemale%/Male%/Total%	Taxa de conclusão no Ensino Primário	Actualiza as séries do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) – modeladas no modelo IFs – com dados do UIS.
EdPriEnrollGrossMalePcnt/FemalePcnt/TotalPcnt	Taxa bruta de matrículas do Ensino Primário	Ver supra.
EdSecLowerEnrollGross%Female/Male/Total	Taxa bruta de matrículas do primeiro ciclo do Ensino Secundário	Ver supra.
EdSecUpperEnrollGross%Female/Male/Total	Taxa bruta de matrículas do segundo ciclo do Ensino Secundário	Ver supra.
EdSecUpperGradRateAllFem/Mal/Tot	Taxa de sucesso escolar do segundo ciclo do Ensino Secundário	Ver supra.

Série	Definição	Alternativa/fonte actualizada/raciocínio
EdYearsAge25	Taxa de sucesso escolar do segundo ciclo do Ensino Secundário	Ver supra.
EnReserGasBP	Reservas provadas de gás natural	Actualiza o modelo de IFs com os últimos dados do Oil & Gas Journal.
EnReserOilBP	Reservas provadas de petróleo	Actualiza o Modelo de IFs com os últimos dados da Statistical Review of World Energia da BP.
RoadsPaved%	Estradas asfaltadas como percentagem de todas as estradas (%)	Actualiza o modelo de IFs com estimativas de múltiplas fontes, incluindo a FAO, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Governo de Angola.
RoadsTotalNetwork	Rede rodoviária total (km)	Ver supra.
Vaddag% (WDI code: nv.agr.totl.zs)	Agricultura, valor acrescentado, % do PIB	Os dados IFs-pós 2001 estavam em falta no caso de Angola. Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial têm dados para Angola (2001-2017), os quais correspondem aos dados constantes das Contas Nacionais do INE, retirados do site do BNA.
VaddMan% (WDI code: nv.ind.manf.zs)	Indústria fabril, valor acrescentado, % do PIB	Ver supra.
VaddInd% (WDI code: nv.ind.totl.zs)	Indústria, valor acrescentado, % do PIB	Ver supra.
VaddSer%	Serviços, valor acrescentado, % do PIB	Ver supra.
EnElecTotalCapacityEIA	Total da capacidade eléctrica instalada	Os dados dos IFs sobre a capacidade total de produção de electricidade não tiveram em conta os desenvolvimentos recentes. O US Commercial Service estimou a capacidade instalada de Angola em 5,01 GW em 2016.

Intervenções dos cenários

Salvo indicação em contrário, todos os ajustamentos são efectuados a partir de 2020.

Tabela A3: Intervenções do Cenário da Educação e Planeamento Familiar

Parâmetros	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Taxa de uso de contraceptivos (contrusm)	Aumentar para 1.5 até 2030; aumentar para 1.8 até 2050.	<p>A taxa de uso de contraceptivos em Angola mais do que triplicou entre 1996 e 2015.</p> <p>Em 2016, 38% (2,5m) das mulheres angolanas casadas ou em uniões de facto, com idades compreendidas entre os 25 e 49 anos, queriam usar contraceptivos, mas não o podiam fazer.¹⁶¹</p> <p>Na Trajectória Actual, a taxa de contracepção sobe de 11% em 2020 para 28% em 2040, e para 38% em 2050. Neste cenário, ela aumenta duas vezes mais rapidamente, para 48% em 2040, e para 74% em 2050. A taxa de fertilidade total (TFR, na sigla inglesa), conseqüentemente, cai para 3,6 em 2040 e para 2,3 em 2050, em comparação com 4,3 e 3,6 na Trajectória Actual.</p> <p>Em 1995, a taxa de fertilidade total da Etiópia e de Angola era cerca de 7. Em 2015, a Etiópia já tinha reduzido esta taxa em 38% para 4.3, enquanto a de Angola situava-se nos 5.8.</p> <p>Na Etiópia, a taxa de uso de contraceptivos mais do que duplicou de 1990 a 2000, e novamente duplicou de 2000 a 2005. De 1985 a 2015, a Etiópia reduziu a sua taxa de fertilidade total de 7,4 para 4,3 – um decréscimo de 42%. De 1980 a 2015, o Botswana reduziu a sua TFR em 54% (6,2 para 2,9). O Zimbabué conseguiu um decréscimo de 46% entre 1970 e 2000.</p>
Sobrevivência primária (edprisurm) (sexo feminino)	Aumentar para 1.2 até ao o ano de 2030, e depois manter a esse nível.	Na Trajectória Actual, a taxa de sobrevivência primária de Angola atinge 90% até 2050 – situando-se assim entre as taxas médias projectadas para a África de baixo rendimento e outras regiões da África de rendimento médio-baixo. Esta intervenção eleva a taxa de sobrevivência primária de Angola para 100% até 2050, a par da África de rendimento médio-alto.
Sobrevivência primária (edprisurm) (sexo masculino)	Aumentar para 1.15 até 2030, e depois manter a esse nível.	Ver supra.
Transição para o primeiro ciclo do ensino secundário (edseclwrstranm) (sexo feminino)	Aumentar para 1.2 até 2030, e depois manter a esse nível.	Na Trajectória Actual, a taxa de transição das mulheres, do ensino primário para o primeiro ciclo do ensino secundário sobe de 88%, em 2020, para 93%, em 2050. Esta intervenção faz subir esta taxa de transição para 100% em 2026.
Transição para o primeiro ciclo do ensino secundário (edseclwrstranm) (sexo masculino)	Aumentar para 1.15 até 2030, e depois manter a esse nível.	Ver supra.

Parâmetros	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Taxa de sucesso escolar do primeiro ciclo do ensino secundário (edseclowrgram) (sexo feminino)	Aumentar para 1.2 até 2030, e depois manter a esse nível	Na Trajectória Actual, a taxa de sucesso escolar no primeiro ciclo do ensino secundário atinge 73% em 2050, no caso do sexo feminino – um pouco abaixo da taxa média projectada para os outros países africanos de rendimento médio. Esta intervenção eleva a taxa de sucesso escolar no ensino secundário no caso do sexo feminino, para 92% até 2050, o que é um pouco acima da taxa de sucesso escolar correspondente na África de rendimento médio-alto.
Taxa de sucesso escolar no primeiro ciclo do ensino secundário (edseclowrgram) (sexo masculino)	Aumentar para 1.15 até 2030, e depois manter a esse nível.	Na Trajectória Actual, a taxa de sucesso escolar no primeiro ciclo do ensino secundário atinge 72% em 2050, no caso do sexo masculino – um pouco abaixo da taxa média projectada para os outros países africanos de rendimento médio baixo. Esta intervenção eleva a taxa de sucesso escolar no primeiro ciclo do ensino secundário, no caso do sexo masculino, para 86% até 2050, o que é uns quatro pontos percentuais acima da taxa de sucesso escolar projectada na África de rendimento médio-alto.
Transição para o segundo ciclo do ensino secundário (edsecupprtram) (sexo feminino)	Aumentar para 1.2 até 2030, e depois manter a esse nível.	Com base na Trajectória Actual, a taxa de transição para o ensino secundário superior, no caso do sexo feminino, apenas melhora em três pontos percentuais até 2050, e permanece a par da África de baixo rendimento. Esta intervenção vem melhorar esta taxa para 100% até 2028, o que é ligeiramente acima da taxa projectada para a África de rendimento médio alto.
Transição para o segundo ciclo do ensino secundário (edsecupprtram) (sexo masculino)	Aumentar para 1.15 até 2030, e depois manter a esse nível.	Ver supra.
Sucesso escolar no segundo ciclo do ensino secundário (edsecupprgram) (sexo feminino)	Aumentar para 1.2 até 2030, e depois manter a esse nível.	Na Trajectória Actual, a estimativa actual da taxa de sucesso no segundo ciclo do ensino secundário, no caso do sexo feminino, sobe de 21% para 62% até 2050, um pouco abaixo da taxa média projectada dos outros países africanos de renda média baixa. Esta intervenção reforça esta taxa de sucesso escolar para 80% em 2050, o que está em linha com a taxa projectada da África de rendimento médio alto.
Sucesso escolar no segundo ciclo do ensino secundário (edsecupprgram) (sexo masculino)	Aumentar para 1.15 até 2030, e depois manter a esse nível.	Na Trajectória Actual, a estimativa actual da taxa de sucesso no segundo ciclo do ensino secundário em Angola, no caso do sexo masculino, sobe de 24% para 59% até 2050. Esta intervenção melhora a previsão para 71% a meados do século, situando-se assim a par da média projectada para a África de renda média alta.
Sucesso no Ensino terciário (edtergradm)	Aumentar para 1.2 em 2030, e depois manter a esse nível.	Na Trajectória Actual, a estimativa actual da taxa de sucesso no ensino terciário em Angola, sobe de 4% para 10% até 2050, de acordo com outros países africanos de rendimento médio baixo. Esta intervenção melhora a previsão para 12.4% até 2050, situando-se assim ligeiramente acima da África de rendimento médio alto.

Parâmetros	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Qualidade do ensino primário (edpriallqualm)	Aumentar para 1.1 até 2030, e depois manter a esse nível.	Esta intervenção melhora a qualidade do ensino primário em Angola, levando-o a atingir, até 2050, o nível de outros países africanos de renda média baixa. Seguindo a Trajectória Actual, Angola permanece ao nível dos países africanos de rendimento baixo.
Qualidade do ensino secundário (edsecallqualm)	Aumentar para 1.1 em 2030, e depois manter a esse nível.	Ao longo do horizonte previsto, esta intervenção melhora a qualidade do ensino secundário em Angola para o nível médio da África de rendimento médio-alto até 2050, enquanto na Trajectória Actual, Angola permanece ao nível de outros países da África de rendimento médio-baixo.
Segundo Ciclo do Ensino secundário, partilhado com o ensino profissional superior	Aumentar para 1 até 2040, e depois manter a esse nível.	Esta intervenção, neste cenário, não pode ser tomada como referência.

Tabela A4: Intervenções do cenário da Água, Saneamento e Higiene

Parâmetros	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Taxa de acesso à água potável (watsafem) (Não melhorada)	Diminuir para 0.8 até 2030, e depois manter a esse nível.	A taxa de acesso à água potável aumenta de 59% em 2020 para 99% em 2050, assinalando um aumento de 75% ao longo de 30 anos. Na Trajectória Actual, atinge apenas 78% em 2050. De 2000 a 2009, o Quênia melhorou a sua taxa de acesso à água potável de 53% para 70% (um aumento de 32%). A Nigéria registou um aumento de 52% para 79% no mesmo período (aumento de 52%), enquanto a Tanzânia melhorou de 40% para 67% (aumento de 68%).
Taxa melhorada de acesso ao saneamento (sanitationm) (melhorada)	Aumentar para 1.5 até 2025, e depois manter a esse nível.	Angola aumentou a sua taxa de acesso melhorado ao saneamento em quase 60% entre 2000 e 2010 (de 21% para 33%). Neste cenário, aumenta de 42% em 2020, para 95% em 2050 (denotando um aumento de 74% entre 2020 e 2035 e outros 30% ao longo dos próximos 15 anos). Na Trajectória Actual, a taxa só aumenta para 67% a meados do século. De 2000 a 2015, o Camboja aumentou a sua taxa de acesso de 12% para 50% (mais de uma triplicação). O Burkina Faso duplicou a sua taxa de acesso durante o mesmo período. Entretanto, o Ruanda melhorou a sua taxa de acesso de 44% para 62% (um aumento de 41%).
Redução da despesa militar (GDSM, military)	Diminuir para 0.8 até 2030, e para 0.7 até 2050.	Esta intervenção reduz os gastos governamentais com as forças armadas de uma estimativa de 3,2% do PIB em 2020, para 2,6% do PIB em 2025 (em vez de 3,1%) e permanece relativamente estável depois disso.

Tabela A5: Intervenções do cenário designado por Cultivando Angola

Parâmetro	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Procura calórica per capita	Aumentar para 1.15 até 2035, e depois manter a esse nível.	<p>Esta intervenção melhora as calorias disponíveis per capita, da estimativa actual de 2 580 calorias, para cerca de 3 100 até 2035, e 3 350 até 2050 – situando-se assim entre o número projectado de calorias disponíveis para a África de rendimento médio-alto e os países da OCDE. Na Trajectória Actual, e até 2050, as calorias disponíveis per capita apenas aumentam para cerca de 3 000.</p> <p>De 2005 a 2015, Angola aumentou as calorias disponíveis per capita em 21% (de 1 901 para 2 298). A Argélia aumentou as calorias disponíveis per capita em 12,5% entre 1984 e 1985 (de 2 195 para 2 469); o Burkina Faso, em 14% entre 2005 e 2015 (de 2 296 para 2 623).</p>
Terras equipadas para irrigação (landirareaequip)	Aumentar para 1.25 até 2030, manter a este nível até 2032; diminuir para 1.1 até 2050.	<p>As terras equipadas para irrigação dobram no início de 2030 para 176 000 hectares; dobram novamente até 2040 e atingem 450 000 hectares até meados do século, ou seja, 12% de todas as terras irrigáveis.</p> <p>As terras realmente irrigadas aumentam de 11 700 hectares para 18 600 hectares até 2030, para 48 000 hectares até 2040 e para 60 000 hectares até 2050.</p> <p>Actualmente, Angola possui cinco milhões de hectares de terras de cultivo.</p> <p>De 2006 a 2010, a Etiópia, arrancando de uma base igualmente baixa, aumentou a sua área equipada de 197 000 hectares para 687 000 hectares – um aumento de 250% em 4 anos. O Quénia conseguiu um aumento de 50% na área equipada entre 1992 e 2003. A Austrália duplicou a sua área equipada entre 1982 e 1992.</p>
Investimentos feitos na agricultura (aginvm)	Aumentar para 1.2, e depois manter a esse nível.	<p>Esta intervenção aumenta o investimento em tecnologias agrícolas (OGM, etc.), da estimativa actual de US\$732 milhões (em dólares de 2011), para US\$2 mil milhões (em dólares de 2011, até 2050, face a US\$1,6 mil milhões na Trajectória Actual (em dólares de 2011).</p>

Tabela A6: Intervenções do cenário das Renováveis e Reforma dos Subsídios

Parâmetro	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Produção de energia a partir de recursos hídricos (enpm, hydro)	Aumentar para 2 até 2050.	<p>O potencial hidroeléctrico de Angola está 'entre os mais elevados de África'.¹⁶² A produção de energia hídrica já aumenta drasticamente na Trajectória Actual, aumentando sete vezes entre 2020 e 2050. Neste cenário, aumenta de 5,6 MBOE em 2020, para 75 MBOE em 2050.</p> <p>Angola quase que triplicou a sua produção hidroeléctrica durante o período de 2005-2015 (de 1.4 MBOE para 3.2 MBOE).</p> <p>De 1971 a 2001, a China aumentou a sua produção hidroeléctrica de 14 MBOE para 175 MBOE (um aumento de 1 150%). (Se bem que a China seja um dos maiores produtores de hidroeletricidade do mundo.)</p>
Produção de energia a partir de outros recursos renováveis (enpm, OtherRenew)	Aumentar para 2 até 2050.	<p>Angola tem um potencial eólico, solar e geotérmico significativo. Na Trajectória Actual, a energia proveniente de 'outras energias renováveis' aumenta de 1.1 MBOE em 2020 para 463 MBOE em 2050. Neste cenário, sobe para 810 MBOE até 2050 – o que equivale aproximadamente à estimativa feita pelo modelo de IFs da outra capacidade renovável da China em 2019.</p> <p>Neste cenário, Angola seria o 12º maior produtor de 'outras energias renováveis' do mundo em 2050; na Trajectória Actual, Angola é o 19º maior produtor até 2050.</p> <p>De 1992 a 2014, a China aumentou a sua produção de 'outras energias renováveis' de 1 MBOE para 358 MBOE.</p>
Taxa de avanço técnico em matéria de renováveis (etechadv)	Manter estavelmente a um nível de 0.01. ('alto')	Esta intervenção, neste cenário, não pode ser tomada como referência.
Transferências feitas para a população qualificada (govhtranm, skilled)	Diminuir de 0.5 até 2025 e depois manter a esse nível.	Esta intervenção diminui os subsídios aos produtos de base tipicamente destinados à classe média e rica (por exemplo, combustível e combustível de avião). Estes itens são fortemente subsidiados em Angola, e o governo anunciou planos para reduzir ou remover tais subsídios.
Transferências feitas para a população não qualificada (govhtranm, unskilled)	Aumentar para 1.2 até 2023, e manter a esse nível até 2030; diminuir para 1.1 até 2050	Aumenta as transferências em dinheiro para os pobres (ou seja, as transferências sociais) da estimativa actual de 7,9% do PIB, para 9,6% até 2022, e lentamente para 10% até 2050. Na Trajectória Actual, as transferências sociais diminuem até meados dos anos 2020, antes de subirem para 9,3% em 2050.

Tabela A7: Intervenções do cenário da Governança Melhorada

Parâmetro	Ajustamento	Anotações/Ponto de referência
Qualidade regulamentar da governação (govregqualm)	Aumentar para 1.1 até 2030, e depois manter a esse nível.	Todas as intervenções de governação para este cenário colocam Angola acima da média prevista para outros países da África de rendimento médio-baixo até 2050.
Eficácia da governação (goveffectm)	Aumentar para 1.1 até 2030.	Ver supra.
Corrupção (corruptm)	Aumentar para 1.1 até 2030, e depois manter a esse nível.	Ver supra.
Democracia (democm)	Aumentar para 1.2 até 2030, e depois manter a esse nível.	Ver supra.

Notas

- 1 'O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida sumária para avaliar o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente.' Para mais informações sobre o ranking de Angola, veja http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/AGO.pdf.
- 2 'O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida sumária para avaliar o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente.' Para mais informações sobre o ranking de Angola, veja http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/AGO.pdf.
- 3 Plano de Desenvolvimento Nacional, Abril de 2019, 15, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 4 Global Multidimensional Poverty Index (MPI) Country Briefing 2019: Angola (Sub-Saharan Africa), Oxford Poverty and Human Development Index, 1. https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_AGO_2019.pdf.
- 5 Global Multidimensional Poverty Index (MPI) Country Briefing 2019: Angola (Sub-Saharan Africa), Oxford Poverty and Human Development Index, 1. https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_AGO_2019.pdf.
- 6 A conversão de US\$ de 2011 (constantes), que o model IFs usa, para US\$ de 2019, foi realizada usando o cálculo da inflação de acordo com o IPC do US Bureau of Labor Statistics. Disponível em: <https://data.bls.gov/cgi-bin/cpicalc.pl?cost1=100.00&year1=201112&year2=201912>.
- 7 Segundo o Ministério das Finanças, o PIB registou um crescimento de -2,6%, -0,1% e -1,1% para 2016, 2017 e 2018, respectivamente.
- 8 Segundo o Ministério das Finanças, o PIB registou um crescimento de -2,6%, -0,1% e -1,1% para 2016, 2017 e 2018, respectivamente.
- 9 Equipa de redacção, Angola deverá ter mais dois anos de recessão económica em 2019 e 2020, Macauhub, 23 do Agosto de 2019, <https://macauhub.com.mo/2019/08/23/pt-angola-tem-mais-dois-anos-de-recessao-economica-em-2019-e-2020/>. O Ministério das Finanças de Angola oferece uma previsão significativamente mais optimista do crescimento do PIB para os próximos anos. Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021), Ministério das Finanças, 10, www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdyy/~disp/minfin062564.pdf.
- 10 <https://data.imf.org/?sk=5778F645-51FB-4F37-A775-B8FECD6BC69B>. Dados do FMI, Regional Outlook for Sub-Saharan Africa. IMF data, Regional Outlook for Sub-Saharan Africa. Não há projecções para os anos 2021, 2022 ou 2023.
- 11 <https://data.imf.org/?sk=5778F645-51FB-4F37-A775-B8FECD6BC69B>. Não há projecções para os anos de 2021, 2022 ou 2023.
- 12 Banco Nacional de Angola, Principais Indicadores Externos, https://bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15428&idl=1 and Exportações por Categoria de Produtos, https://bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15422&idl=1. Para além do desenvolvimento de novos campos de diamantes, Angola tem vários outros minerais, nomeadamente o fosfato e o minério de ferro. Ver os documentos divulgados antes do encontro sobre o concurso público para a concessão de direitos minerais a 30 de Setembro de 2019 no Mandarin Oriental Hotel, Nova Iorque – EUA.
- 13 Angola, Executive Summary, US Energia Information Agency, Governo dos EUA, 6, www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Angola/angola_CAXS.pdf. Também o Observatory of Economic Complexity, <https://oec.world/en/profile/country/ago/>.
- 14 Banco Nacional de Angola, Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais, https://bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15907&idsc=15909&idl=1.
- 15 Ministério das Finanças.
- 16 Patrick Edmond, Kristof Titeca & Eric Kennes, Angola's oil could actually be the DR Congo's. Here's why it isn't, *African Arguments*, 3 October 2019, <https://africanarguments.org/2019/10/03/angola-drc-oil/>.
- 17 British Petroleum Statistical Review of World Energia 2019, 14, www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf.
- 18 Angola – Oil and Gas, www.export.gov/article?id=Angola-Oil-and-Gas.
- 19 Angola – Oil and Gas, www.export.gov/article?id=Angola-Oil-and-Gas.
- 20 Angola – Oil and Gas, www.export.gov/article?id=Angola-Oil-and-Gas.
- 21 Angola – Oil and Gas, www.export.gov/article?id=Angola-Oil-and-Gas.
- 22 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 173, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 23 Em Fevereiro de 2018, o Campo Sudeste de Cabaça (Bloco 15/06) entrou em operação, adicionando 54 000 b/d. Em Março de 2018, o Campo de Ochifugu (Bloco 15/06) entrou em funcionamento, adicionando 25 000 b/d. Finalmente, em Julho de 2018, entrou em operação a primeira fase do projeto de águas profundas do Kaombo (Bloco 32), adicionando 115 000 b/d. Em 2019, os campos de Vandumbu e Cabaça Norte (Bloco 15/06) e a segunda fase do projecto de águas profundas do Kaombo deverão entrar em funcionamento, adicionando mais de 15 000 b/d à produção de pico. O projecto de águas profundas de Zinia 2 (Bloco 17) deverá acrescentar cerca de 40 000 b/d. Angola, Resumo Executivo, US Energia Information Agency, Governo dos EUA, 4, www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Angola/angola_CAXS.pdf.
- 24 Em Fevereiro de 2018, o Campo Sudeste da Cabaça (Bloco 15/06) entrou em operação, adicionando 54 000 b/d. Em Março de 2018, o Campo de Ochifugu (Bloco 15/06) entrou em funcionamento, adicionando 25 000 b/d. Finalmente, em Julho de 2018, entrou em operação a primeira fase do projeto de águas profundas do Kaombo (Bloco 32), adicionando 115 000 b/d. Em 2019, os campos de Vandumbu e Cabaça Norte (Bloco 15/06) e a segunda fase do projecto de águas profundas do Kaombo deverão entrar em funcionamento, adicionando mais de 15 000 b/d à produção de pico. O projecto de águas profundas de Zinia 2 (Bloco 17) deverá acrescentar cerca de 40 000 b/d. Angola, Resumo Executivo, US Energia Information Agency, US Government, 4, www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Angola/angola_CAXS.pdf.
- 25 Em 2018, Angola tinha quatro refinarias: em Luanda, Lobito, Zaire ('Soyo') e Cabinda ('Malongo'), estando as últimas três ainda em construção. O combustível fornecido por estas refinarias seria utilizado para fins de geração de electricidade e transporte. A refinaria do Lobito, quando concluída, produziria combustível suficiente para uso interno em Angola e talvez para exportação. Angola, Resumo Executivo, US Energia Information Agency, Governo dos EUA, 4- 5, www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Angola/angola_CAXS.pdf.
- 26 Desta produção de petróleo em 2016, 60% foi ventilada e queimada, 20% foi reinjectada nos campos petrolíferos para melhorar a recuperação, e 15% foi comercializada. Cedigaz Statistical Database, US Energia Information Agency, US, www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=AGO.
- 27 Worldwide Look at Reserves and Production, *Oil & Gas Journal*, Worldwide Report [Tabela], 4 de Dezembro de 2017, US Energia Information Agency, 21, www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=AGO. Ver também: *Oil Review Africa*. Angola vai estar representada na Semana do Petróleo de África. 13 de Setembro de 2019. www.oilreviewafrica.com/events/event-news/angola-to-be-represented-at-africa-oil-week.
- 28 British Petroleum Statistical Review of World Energia 2019 – todos os dados, 1965-2018 [conjunto de dados]. www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html.
- 29 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 173, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.

- 30 British Petroleum Statistical Review of World Energy 2019 – todos os dados, 1965-2018 [conjunto de dados]. www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.htm.
- 31 Ibid.
- 32 Angola, Executive Summary, US Energy Information Agency, US Government, 7-8, www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Angola/angola_CAXS.pdf.
- 33 Outros esforços para a monetização do gás incluem as perspectivas de fábricas de fertilizantes. Wendell Roelf, Angola procura reduzir a queima de gás para captar receitas, *Reuters*, 9 de Outubro de 2019, <https://uk.reuters.com/article/africa-oil-angola/angola-seeks-to-reduce-gas-flaring-to-capture-revenue-idUKL5N26U1MZ>.
- 34 O Presidente Lourenço de Angola deverá participar no Fórum dos Países Exportadores de Gás (GECF) 2019 em Malabo para promover parcerias sobre a monetização do gás em Angola, EIN News Desk, www.einnews.com/pr_news/494025081/president-louren-o-of-angola-to-attend-gas-exporting-countries-forum-gecf-2019-in-malabo-to-push-for-partnerships-on-angola-s-gas-monetization.
- 35 Equipa de redacção, ANPG launches tender for oil exploration in Namibe, Benguela, *Angop*, 1 de Outubro de 2019, www.angop.ao/angola/en_us/noticias/economia/2019/9/40/ANPG-launches-tender-for-oil-exploration-Namibe-Benguela,16f3e414-5ec8-4711-b5b9-e3201178da3d.html.
- 36 Equipa de redacção, Ministro defende investimento para aumentar a diversificação do turismo, *Angop*, 26 de Setembro de 2019, https://m.portalangop.co.ao/angola/en_us/noticias/economia/2019/8/39/Minister-defends-investment-increase-tourism-diversification,62c54e91-445a-471c-afa6-63d9c36e6a3a.html.
- 37 Instituto Nacional de Estatística; Contas Nacionais. Os Futuros Internacionais oferecem uma estimativa mais alta de 10%.
- 38 O Programa de Privatizações (Propriv) pode afectar até 195 empresas em sete sectores – desde as minas e petróleo a bancos, hotéis e turismo. A primeira venda incluirá algumas das principais empresas angolanas, incluindo a companhia aérea TAAG, a Sonangol e a Empresa Nacional de Diamantes.
- 39 Banco Mundial, *Doing Business 2020*, Washington, DC. DOI:10.1596/978-1-4648-1440-2, Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO, 4. www.doingbusiness.org/en/reports/global-reports/doing-business-2020.
- 40 Ver também: Grupo Banco Mundial, Perfil da Economia de Angola: *Doing Business 2020*, www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/a/angola/AGO.pdf.
- 41 Banco Mundial, *Doing Business 2020*, Washington, DC. DOI:10.1596/978-1-4648-1440-2, Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO, 5. www.doingbusiness.org/en/reports/global-reports/doing-business-2019.
- 42 Instituto Nacional de Estatística, Publicação de Indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019, Abril 2019, 12.
- 43 Instituto Nacional de Estatística, Publicação de Indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019, Abril 2019, 12.
- 44 Anon, The Informal Sector Activities in Angola, Quantum Global, n.d., http://quantumglobalgroup.com/commodities_cat/the-informal-sector-activities-in-angola/. Ver também Workshop sobre Desenvolvimento, www.dw.angonet.org/content/informal-economy.
- 45 A Cain, Informal water markets and community management in peri-urban Luanda, Angola, *Water International*, 2018, 1, <https://doi.org/10.1080/02508060.2018.1434958>.
- 46 Informação prestada pelo Professor Sergio Rocha da Alves, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.
- 47 Organização Internacional do Trabalho, Decent work, 2019, www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm.
- 48 Workshop sobre Desenvolvimento, Roque Santeiro Informal Market. Informal Market World Atlas 2015, www.dw.angonet.org/forumitem/roque-santeiro-informal-market-informal-market-world-atlas-2015.
- 49 Governo tenciona integrar a economia informal na economia formal, *Angop*, 24 de Julho de 2018, www.angop.ao/angola/en_us/noticias/economia/2018/6/30/Government-intends-integrate-informal-economy-into-formal,506b3a74-2fdb-4c88-96cb-e42018057b02.html.
- 50 Níger, Mali, Somália e Uganda ocupam os primeiros quatro lugares.
- 51 O Instituto Nacional de Estatística de Angola estima um TFR de 5,5 para todos os anos 2015-2018. Ver Instituto Nacional de Estatística, *Projeção da População, 2014-2050*, Edição 2016, 72, www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Projeccao_Nacional_2014_2050_FINAL.pdf.
- 52 ICF International, Ministério da Saúde (Angola), Instituto Nacional de Estatística (Angola), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Inquérito Demográfico e de Saúde de Angola 2015-2016. Fairfax, ICF International, United States: ICF International, 2017. <https://dhsprogram.com/publications/publication-SR238-Summary-Reports-Key-Findings.cfm>.
- 53 Ibid, 6.
- 54 Ibid, 3-4.
- 55 Curiosamente, os homens casados com idades compreendidas entre os 25 e 49 anos de idade têm uma probabilidade significativamente maior de conhecer métodos contraceptivos do que as mulheres (94% dos homens face a 73% das mulheres). ICF International, Ministério da Saúde (Angola), Instituto Nacional de Estatística (Angola), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Inquérito Demográfico e de Saúde de Angola 2015-2016. Fairfax, ICF International, United States: ICF International, 2017, 4, 6. <https://dhsprogram.com/publications/publication-SR238-Summary-Reports-Key-Findings.cfm>.
- 56 O INE projecta que a taxa de fertilidade total deverá baixar mais rapidamente para 4.5 até 2030, e para 3.3 até 2050. Ver Instituto Nacional de Estatística, *Projeção da População, 2014-2050*, Edição 2016, 72, www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Projeccao_Nacional_2014_2050_FINAL.pdf.
- 57 Devido a diferenças metodológicas, o Instituto Nacional de Estatística projecta uma taxa de crescimento populacional ligeiramente inferior e uma população de 67,93 milhões de habitantes em 2050.
- 58 J Cilliers, Getting to Africa's demographic dividend, 31 August 2018, ISS paper, <https://issafrica.org/research/africa-report/getting-to-african-demographic-dividend>.
- 59 Dados disponíveis aqui: <https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/mpi-resources/>. Ver também: Oxford Poverty & Human Development Initiative, New data show 48% of people in Angola are poor, 2019, https://ophi.org.uk/ophi_stories/new-numbers-show-48-of-people-in-angola-are-poor-2/. Para definições de pobreza e pobreza extrema, ver <https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/mpi-faqs/#vul>.
- 60 Global MPI Country Briefing 2019: Angola (Sub-Saharan Africa), Oxford Poverty and Human Development Index, 1, https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_AGO_2019.pdf.
- 61 The World Bank: Agricultural Productivity Program for Southern Africa – Angola & Lesotho (P164486), 3, <http://documents.worldbank.org/curated/pt/653781535655492917/text/Project-Information-Documents-Integrated-Safeguards-Data-Sheet-Agricultural-Productivity-Program-for-Southern-Africa-Angola-Lesotho-P164486.txt>.
- 62 Global MPI Country Briefing 2019: Angola (Sub-Saharan Africa), Oxford Poverty and Human Development Index, 1, https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_AGO_2019.pdf.
- 63 Para além da linha de pobreza extrema de 1,90 dólares, que mede os progressos no sentido da eliminação da pobreza extrema até 2030, tal como estabelecido nos ODS, o Banco Mundial introduziu duas linhas adicionais de pobreza extrema para os países do meio inferior e do meio superior: 3,20 e 5,50 dólares, respectivamente.
- 64 Instituto Nacional de Estatística, Publicação da Pobreza Monetária IDR 2019, November 2019, <https://ine.gov.ao/biblioteca-e-media/destaques/756-lancamento-do-relatorio-final-do-inquerito-de-despesas-receitas-e-emprego-em-angola>.

- 65 Instituto Nacional de Estatística, Folha de Informação Rápida, Pobreza e Desigualdade, 18, www.ine.gov.ao/images/FIR_DESIGUALDADE_E_POBREZA_idr_idrea_2018_2019_05122019_REv_DG.pdf. Ver também: UNDP, Income Gini Coefficient, <http://hdr.undp.org/en/content/income-gini-coefficient>.
- 66 Ver relatórios recentes sobre a dimensão e natureza da desigualdade económica em Angola em: Chr. Michelsen Institute, Inequality in Angola, 2017, www.cmi.no/projects/1907-inequality-in-angola.
- 67 Norimitsu Onishi, Angola's Corrupt Building Boom: 'Like Opening a Window and Throwing Out Money', *New York Times*, 24 June 2017, www.nytimes.com/2017/06/24/world/africa/angola-luanda-jose-eduardo-dos-santos.html.
- 68 World economic outlook 2019, International Monetary Fund, 162, April 2019. Os dados das Contas Nacionais apresentadas pelo Banco Nacional de Angola prevêem uma taxa de crescimento mais baixa ao longo deste período.
- 69 Global MPI Country Briefing 2019: Angola (Sub-Saharan Africa), Oxford Poverty and Human Development Index, 1, https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_AGO_2019.pdf.
- 70 O governo de Angola prevê uma estimativa mais alta de 75%. Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 12, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022. The last data point from UIS is 66% in 2014. See <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS?locations=AO>.
- 71 UNICEF, Acesso à Educação. www.unicef.org/angola/acesso-a-educacao
- 72 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 95, 99, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022 Notar que esta lista apenas inclui os objetivos que se referem directamente aos variáveis do modelo de IFs.
- 73 UIS Stat, Share of population by educational attainment, population 25 years and older, September 2019 Release. <http://data.uis.unesco.org/#>. (Seleccionar 'Share of population by educational attainment' à esquerda, sob 'educational attainment').
- 74 UIS Stat, Share of population by educational attainment, population 25 years and older, September 2019 Release. <http://data.uis.unesco.org/#>. (Select 'Share of population by educational attainment' on the left, under 'educational attainment').
- 75 UNESCO UIS Glossary, <http://uis.unesco.org/en/glossary>.
- 76 C Oya and F Wanda, Working conditions in Angola. Infrastructure construction and building materials factories, Development Workshop, 1 July 2019, www.dw.angonet.org/sites/default/files/online_lib_files/soas_2019_employment_in_infrastructure_construction_-_brief.pdf.
- 77 Amparo Castelló-Climent and Ana Hidalgo, Quality and Quantity of Education in the Process of Development, 2009, <https://pdfs.semanticscholar.org/c0a3/f63a31d47f2d018e259b0390cdd6becd04cf.pdf>. See also Boston College's TIMSS and PIRLS International Study Center on student achievement in mathematics, science and reading for 60 countries worldwide: <https://timssandpirls.bc.edu/>.
- 78 International Trade Administration, Angola – Education and Training, 15 March 2019, www.export.gov/article?id=Angola-Education-and-Training.
- 79 International Trade Administration, Angola – Education and Training, 15 March 2019, www.export.gov/article?id=Angola-Education-and-Training.
- 80 No modelo de IFs, as previsões de infra-estruturas baseiam-se não só na procura, mas também na disponibilidade de financiamento para satisfazer essa procura e nos efeitos socioeconómicos e ambientais do próprio desenvolvimento de infra-estruturas. Ver: Dale S Rothman and Mohammad T Irfan, 2013, IFs Infrastructure Model Documentation, Working paper 2013.07.22. Pardee Center for International Futures, Josef Korbel School of International Studies, University of Denver, Denver, CO, 2, <https://pardee.du.edu/sites/default/files/Infrastructure%20Documentation%20v12%20-%20clean.pdf>.
- 81 No modelo de IFs, as previsões de infra-estruturas baseiam-se não só na procura, mas também na disponibilidade de financiamento para satisfazer essa procura e nos efeitos socioeconómicos e ambientais do próprio desenvolvimento de infra-estruturas. Ver: Dale S Rothman and Mohammad T Irfan, 2013, IFs Infrastructure Model Documentation, Working paper 2013.07.22. Pardee Center for International Futures, Josef Korbel School of International Studies, University of Denver, Denver, CO, 2, <https://pardee.du.edu/sites/default/files/Infrastructure%20Documentation%20v12%20-%20clean.pdf>.
- 82 O censo de 2014 em Angola revelou que 62,6% dos angolanos viviam em áreas urbanas. Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 11, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 83 G Duranton and D Puga, Micro-foundations of urban agglomeration economies, Working Draft, 2003, www.econ.brown.edu/Faculty/henderson/urbanagg.pdf.
- 84 G Duranton and D Puga, Micro-foundations of urban agglomeration economies, Working Draft, 2003, www.econ.brown.edu/Faculty/henderson/urbanagg.pdf.
- 85 World Population Review, <http://worldpopulationreview.com/countries/angola-population/>.
- 86 Allan Cain, Informal water markets and community management in peri-urban Luanda, Angola, Water International, 2018, <https://doi.org/10.1080/02508060.2018.1434958>.
- 87 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 211, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 88 Para mais informações, ver <https://washdata.org/monitoring/drinking-water>.
- 89 Para mais informações, ver <https://washdata.org/monitoring/drinking-water>.
- 90 Angola estima a sua taxa total de acesso à electricidade em cerca de 27%, Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 91 Angola Fact Sheet, Power Africa, USAID, www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1860/Angola_-_November_2018_Country_Fact_Sheet.pdf.
- 92 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 206, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022. See also: U.S. Commercial Service, Angola – Energia, 22 August 2019, www.export.gov/apex/article?id=Angola-Electric-Power-Generation.
- 93 Ibid, 208.
- 94 US Commercial Service, Angola – Energia, 22 August 2019, www.export.gov/article?id=Angola-Electric-Power-Generation.
- 95 Ibid. Para além da central hidroeléctrica de Laúca, a central de Cambambe 2 no rio Kwanza é o outro grande projecto hidroeléctrico de Angola, cuja segunda fase foi concluída em Junho de 2017 e acrescentou 700 MW de capacidade instalada. Finalmente, a central hidroeléctrica de Caculo Cabaça, também no rio Kwanza, deverá estar concluída até 2022.
- 96 Angola, Executive Summary, US Energia Information Agency, US Government, 9, www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Angola/angola_CAXS.pdf; Michael Harris, Angolan officials break ground on 2,170-MW Caculo Cabaça hydropower plant, generation begins at 2,070-MW Lauca, *Hydro Review*, 7 August 2017, www.hydroworld.com; Angola – Energia, www.export.gov, 22 June 2017. A recente cisão do sector eléctrico em três serviços públicos sob a tutela do Ministério de Energia e Água procurou reforçar o papel do Instituto Regulador do Sector Eléctrico. Também estão a ser feitos progressos no sentido de as tarifas relacionadas com os custos serem um potencial precursor para atrair investimentos externos para o sector. Para isso, em Junho de 2019, os subsídios de electricidade foram reduzidos em 85%, levando a um aumento das tarifas a retalho na ordem dos 77%, com mais reformas em andamento. Ver US Commercial Service, Angola – Energia, 22 August 2019, www.export.gov/apex/article?id=Angola-Electric-Power-Generation.
- 97 US Commercial Service, Angola – Energia, 22 August 2019, www.export.gov/apex/article?id=Angola-Electric-Power-Generation.

- 98 Ibid. Ver também: Relatório Energia em Angola 2017, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2018, 10.
- 99 JM Takouleu, Government wants to produce 600 MW from solar off grid, *Afriki21*, 17 September 2019, www.afriki21.africa/en/angola-government-wants-to-produce-600-mw-from-solar-off-grid/.
- 100 Logistics cluster, 2.3 Angola Road Network, Logistics Capacity Assessment, <https://dlca.logcluster.org/display/public/DLCA/2.3+Angola+Road+Network>.
- 101 World Bank, Connecting to Compete 2018, 12, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29971/LPI2018.pdf>.
- 102 Nataliya Pushak and Vivien Foster, Africa Infrastructure Country Diagnostic, Angola's Infrastructure: A Continental Perspective, 2011, 18, http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/AICD-Angola_Country_Report.pdf.
- 103 Country Presentation by the Government of Angola, Third United Nations Conference on the Least Developed Countries, UNCTA, A/CONF.191/CP/45, 15, <https://unctad.org/en/Docs/aconf191cp45ang.en.pdf>.
- 104 African Economic Outlook: Angola Country Note. African Development Bank, 9, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/country_notes/Angola_country_note.pdf.
- 105 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 206, 208, 211, 216, 247, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 106 World Population Prospects 2019 (<https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Mortality/>) and the Instituto Nacional de Estatística estimate infant mortality at roughly 60 deaths per 1 000 live births.
- 107 Instituto Nacional de Estatística de Angola estima que a taxa de mortalidade materna é de 490 mortes por cada 100 000 nascidos-vivos. Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério da Saúde (MINSA), Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MINPLAN) e ICF. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde em Angola 2015-2016. 2017, 297, <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR327/FR327.pdf>.
- 108 Leontine Alkema and Danzhen You. Child mortality estimation: a comparison of UN IGME and IHME estimates of levels and trends in under-five mortality rates and deaths, 2012. *PLoS Med*. www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3429386/
- 109 <https://vizhub.healthdata.org/mortality/5q0-results>.
- 110 Danzhen You et al, Child Mortality, Unicef, 2013, 16, www.unicef.org/media/files/2013_IGME_child_mortality_Report.pdf.
- 111 Haidong Wang et al, Global, regional, and national levels of neonatal, infant, and under-5 mortality during 1990–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013, *The Lancet*, v 384, 947, 957–9, www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4165626/.
- 112 The World Bank: Agricultural Productivity Program for Southern Africa – Angola & Lesotho (P164486), 2018, 2, <http://documents.worldbank.org/curated/pt/653781535655492917/text/Project-Information-Document-Integrated-Safeguards-Data-Sheet-Agricultural-Productivity-Program-for-Southern-Africa-Angola-Lesotho-P164486.txt>.
- 113 Estes dados concordam, mais ou menos, com os dados e previsões apontados em <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1002757>.
- 114 Haidong Wang et al, Global, regional, and national levels of neonatal, infant, and under-5 mortality during 1990–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013, *The Lancet*, v 384, 9947, 957–9, www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4165626/.
- 115 USAID, Global Health, Angola, www.usaid.gov/angola/global-health and President's Malaria Initiative, 2018, www.pmi.gov/docs/default-source/default-document-library/country-profiles/angola_profile.pdf?sfvrsn=38.
- 116 Leading causes of death in Angola, World Atlas, www.worldatlas.com/articles/leading-causes-of-death-in-angola.html.
- 117 UNAIDS, HIV in Angola, www.unaids.org/en/regionscountries/countries/angola.
- 118 Lygia Vieira Lopes et al, Cancer in Angola, resources and strategies for its control. May 2012. *The Pan African Medical Journal*, 2012; 12:13. doi:10.11604/pamj.2012.12.13.1568. www.panafrican-med-journal.com/content/article/12/13/full/.
- 119 Cálculos do Instituto Nacional de Estatística, extraídos do orçamento nacional mostram que a despesa em matéria de saúde foi de 2.2% do PIB em 2013, e de 0.9% do PIB em 2016.
- 120 Food and Agriculture Organization, Angola Country Programming Framework, 2013-2017, 12, www.fao.org/3/a-bp627e.pdf.
- 121 The World Bank: Agricultural Productivity Program for Southern Africa – Angola & Lesotho (P164486), 4, <http://documents.worldbank.org/curated/pt/653781535655492917/text/Project-Information-Document-Integrated-Safeguards-Data-Sheet-Agricultural-Productivity-Program-for-Southern-Africa-Angola-Lesotho-P164486.txt>.
- 122 Agricultura, República de Angola, Consulado Geral no Porto, www.consuladogeralangola-porto.pt/pt/agricultura. O Banco Mundial faz uma estimativa menor de 45%. (Ver: The World Bank: Agricultural Productivity Program for Southern Africa – Angola & Lesotho (P164486), 3, <http://documents.worldbank.org/curated/pt/653781535655492917/text/Project-Information-Document-Integrated-Safeguards-Data-Sheet-Agricultural-Productivity-Program-for-Southern-Africa-Angola-Lesotho-P164486.txt>).
- 123 Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, Relatório Económico de Angola, 2017, 92.
- 124 A FAO define este tipo de terra como “Terras cultivadas com culturas a longo prazo que não têm de ser replantadas durante vários anos (como o cacau e o café), terras sob árvores e arbustos que produzem flores (como rosas e jasmim), e viveiros (excepto os de árvores florestais...)”.
- 125 Support to NEPAD-CAADP implementation, TCP/ANG/2908 (I) (NEPAD Ref. 05/15 E), Volume III of VI, Bankable investment project profile, Rehabilitation of Rural Marketing and Agro-processing Infrastructures. 2005, 8–9, www.fao.org/3/af320e/af320e00.htm.
- 126 Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, Relatório Económico de Angola, 2016, 93.
- 127 O governo tem-se concentrado em aumentar a produção agrícola, particularmente de cereais e legumes, para reduzir a dependência da importação de alimentos e trazer divisas. Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações. See www.governo.gov.ao/download.aspx?id=1664&tipo=publicacao.
- 128 LUSA, Angola: Country has 1,000 minefields but 90pct less funding for mine clearance, MNA International, 26 September 2019, www.macaubusiness.com/angola-country-has-1000-minefields-but-90pct-less-funding-for-mine-clearance/?utm_source=Media+Review+for+September+26%2C+2019&utm_campaign=Media+Review+for+September+26%2C+2019&utm_medium=email.
- 129 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 161, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 130 LUSA, Angola: Country has 1,000 minefields but 90pct less funding for mine clearance, MNA International, 26 September 2019, www.macaubusiness.com/angola-country-has-1000-minefields-but-90pct-less-funding-for-mine-clearance/?utm_source=Media+Review+for+September+26%2C+2019&utm_campaign=Media+Review+for+September+26%2C+2019&utm_medium=email.
- 131 Grid Arendal, www.grida.no/resources/5211.
- 132 Brian J Huntley and Nuno Ferrand, (2019) Angolan Biodiversity: Towards a Modern Synthesis. In: B Huntley, V Russo, F Lages And N Ferrand (eds), *Biodiversity of Angola*, Springer Nature, 3, https://doi.org/10.1007/978-3-030-03083-4_1.
- 133 SCP Carvalho, FD Santos and M Pulquério, Climate change scenarios for Angola: an analysis of precipitation and temperature projections using four RCMs, *International Journal of Climatology*, Royal Meteorological Society, 37: 3398–3412. 2016. <https://doi.org/10.1002/joc.4925>.

- 134 The World Bank: Agricultural Productivity Program for Southern Africa – Angola & Lesotho (P164486), 5, <http://documents.worldbank.org/curated/pt/653781535655492917/text/Project-Information-Documents-Integrated-Safeguards-Data-Sheet-Agricultural-Productivity-Program-for-Southern-Africa-Angola-Lesotho-P164486.txt>; and Angola, Climate Watch, www.climatewatchdata.org/countries/AGO.
- 135 Plano de Desenvolvimento Nacional, April 2019, 230-231, www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 136 Ibrahim Index of African Governance IIAG, Angola, 2018, <http://iiag.online/>.
- 137 Ver, por exemplo, Claudia Gastrow, Recycling consumption: political power and elite wealth in Angola, in Deborah Posel and Ilana van Wyk, *Conspicuous Consumption in Africa*, Wits University Press, Johannesburg, 9 January 2019, 79-95.
- 138 Transparency International, www.transparency.org/country/AGO.
- 139 Improving Global AML/CFT Compliance: on-going process, 2016. Financial Action Task Force, www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/documents/fatf-compliance-february-2016.html.
- 140 Transparency International, Corruption Perceptions Index, 2018, 11, www.transparency.org/files/content/pages/2018_CPI_Executive_Summary.pdf. See also CSO Sustainability Index, www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/2017-CSO-Sustainability-Index-for-Sub-Saharan-Africa.pdf.
- 141 Anita P March, Angola Political Transition Hits Snags Over Corruption Allegations. VOA. 2018, www.voanews.com/africa/angola-political-transition-hits-snags-over-corruption-allegations.
- 142 Open Budget Partnership Survey 2017, Angola, www.internationalbudget.org/open-budget-survey/.
- 143 International Center for Tax Development, Angola Brief: Poor Revenue Forecasting a Major Challenge for Sound Fiscal Policy in Angola, www.ictd.ac/publication/angola-brief-poor-revenue-forecasting-a-major-challenge-for-sound-fiscal-policy-in-angola/.
- 144 O conjunto de dados da Polity IV mostra um espectro de autoridade governante que vai desde a autocracia completa, sistemas mistos (anocracias ou regimes intermediários), até democracias totalmente institucionalizadas. A sua pontuação composta (em uma escala de -10 a +10) é dividida em três categorias de 'autocracias' (-10 a -6), 'anocracias' (-5 a +5) e 'democracias' (+6 a +10).
- 145 O termo 'anocracia' capta a medida em que um país nesta faixa tem características autocráticas e democráticas.
- 146 Anna L Persson and Bo Rothstein, Lost in Transition: a bottom up perspective on hybrid regimes, *Annals of Comparative Democratization*, September 2019, v 17: 3, 10.
- 147 O livro de código V-Dem fornece o seguinte esclarecimento do seu índice de democracia liberal: "O princípio liberal da democracia acentua a importância de proteger os direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e a tirania da maioria. O modelo liberal tem uma visão 'negativa' do poder político, na medida em que julga a qualidade da democracia pelos limites impostos ao governo. Isto é conseguido através de liberdades civis constitucionalmente protegidas, um forte Estado de direito, um sistema judicial independente e controlos e equilíbrios eficazes que, em conjunto, limitam o exercício do poder executivo. Para fazer disso uma medida de democracia liberal, o índice também leva em conta o nível de democracia eleitoral". (40)
- 148 O livro de código V-Dem fornece o seguinte esclarecimento do seu índice de democracia eleitoral: O princípio eleitoral da democracia procura incorporar o valor central de tornar os governantes responsáveis aos cidadãos, alcançado através da concorrência eleitoral para a aprovação do eleitorado, em circunstâncias em que o sufrágio é extenso; as organizações políticas e da sociedade civil podem operar livremente; as eleições são limpas e não manchadas por fraude ou irregularidades sistemáticas; e as eleições afectam a composição do chefe do executivo do país. Entre as eleições, há liberdade de expressão e meios de comunicação independentes, capazes de apresentar pontos de vista alternativos sobre questões de relevância política. No esquema conceptual do V-Dem, a democracia eleitoral é entendida como um elemento essencial de qualquer outra concepção de democracia representativa – liberal, participativa, deliberativa, ou igualitária'. (39).
- 149 O V-Dem fornece um 'conjunto de dados multidimensional e desagregado que reflecte a complexidade do conceito de democracia como um sistema de governo que vai além da simples presença de eleições'. O projecto V-Dem distingue cinco princípios de alto nível da democracia: eleitoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitário, e recolhe dados para medir esses princípios'.
- 150 Alex Vines, Lourenço's first year: Angola's transitional politics. *Mail & Guardian*, September 2018, <https://mg.co.za/article/2018-09-26-lourenco-first-year-angolas-transitional-politics>.
- 151 The shape of things to come, Population Action International, 2012, <https://pai.org/wp-content/uploads/2012/01/SOTC.pdf>.
- 152 O modelo de IFs classifica as despesas governamentais em seis categorias: investigação e desenvolvimento, educação, saúde, militar, infra-estruturas centrais (por exemplo, estradas e saneamento) e outras infra-estruturas (por exemplo, aeroportos e caminhos-de-ferro) e 'outras' (por exemplo, custos administrativos).
- 153 Numa reportagem transmitida pela agência noticiosa estatal Angop em 8 de Setembro de 2019, ver see Candido Mendes, Angola to Proceed with Fuel Subsidies for Agriculture, Fishing, *Bloomberg*, 12 September 2019, www.bloomberg.com/news/articles/2019-09-12/angola-to-proceed-with-fuel-subsidies-for-agriculture-fishing.
- 154 International Monetary Fund, Global Fossil Fuel Subsidies Remain Large: An Update Based on Country-Level Estimates, 2015, www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/05/02/Global-Fossil-Fuel-Subsidies-Remain-Large-An-Update-Based-on-Country-Level-Estimates-46509. See also: International Centre for Trade and Sustainable Development, Reforming Africa's Fossil Fuel Subsidies, 24 April 2018, www.ictsd.org/bridges-news/bridges-africa/news/reforming-africa%E2%80%99s-fossil-fuel-subsidies.
- 155 International Monetary Fund, Global Fossil Fuel Subsidies Remain Large: An Update Based on Country-Level Estimates, 2015, www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/05/02/Global-Fossil-Fuel-Subsidies-Remain-Large-An-Update-Based-on-Country-Level-Estimates-46509. See also: International Centre for Trade and Sustainable Development, Reforming Africa's Fossil Fuel Subsidies, 24 April 2018, www.ictsd.org/bridges-news/bridges-africa/news/reforming-africa%E2%80%99s-fossil-fuel-subsidies.
- 156 International Monetary Fund, IMF Country Report No 19/170, Angola, First Review Of The Extended Arrangement Under The Extended Fund Facility, Requests For A Waiver Of Nonobservance Of A Performance Criterion, And Modifications Of Performance Criteria, And Financing Assurances Review, June 2019, www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2019/06/19/Angola-First-Review-of-the-Extended-Arrangement-Under-the-Extended-Fund-Facility-Requests-47003, 35, 64.
- 157 IMF, IMF Working Paper: Global Fossil Fuel Subsidies Remain Large: An Update Based on Country-Level Estimates, May 2019, 5. www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/05/02/Global-Fossil-Fuel-Subsidies-Remain-Large-An-Update-Based-on-Country-Level-Estimates-46509.
- 158 Staff writer, Angolan civil war veterans still destitute, *News 24*, 7 July 2019, <https://www.news24.com/Africa/News/long-after-angolas-civil-war-its-veterans-are-destitute-20190705>.
- 159 ICF International, Ministry of Health (Angola), National Institute of Statistics (Angola), United Nations Children's Fund (UNICEF). Angola Demographic and Health Survey 2015-2016, Fairfax, United States: ICF International, 2017. <https://dhsprogram.com/publications/publication-SR238-Summary-Reports-Key-Findings.cfm>, 4, 6.

160 Angola to install 30,000 solar energy production systems, *The North Africa Post*, 23 September, 2019, <http://northafricapost.com/34165-angola-to-install-30000-solar-energy-production-systems.html>.

161 ICF International, Ministry of Health (Angola), National Institute of Statistics (Angola), United Nations Children's Fund (UNICEF). Angola Demographic

and Health Survey 2015-2016. Fairfax, United States: ICF International, 2017, <https://dhsprogram.com/publications/publication-SR238-Summary-Reports-Key-Findings.cfm>, 4, 6.

162 International Hydropower Association, Angola, May 2017, www.hydropower.org/country-profiles/angola.

Sobre as autoras

Lily Welborn é Consultora de Investigação do *Institute for Security Studies* – ISS (Instituto de Estudos de Segurança). Anteriormente, desempenhou as funções de investigadora do programa *African Futures and Innovation*, no mesmo Instituto, em Pretória, e de consultora de pesquisa no *Frederick S Pardee Center for International Futures*, na Univeridade de Denver.

Jakkie Cilliers é presidente do Conselho Directivo e de Chefes de Departamento do programa *African Futures and Innovation*, no ISS, Pretória.

Stellah Kwasi é Investigadora do programa *African Futures and Innovation*, do ISS, Pretória. Antes de ser contratada pelo ISS, desempenhou as funções de investigadora associada do *Frederick S Pardee Center for International Futures*, na Univeridade de Denver.

Relatórios do ISS sobre a África Austral

Os Relatórios sobre a África Austral fornecem os resultados de um trabalho de investigação aprofundado sobre os desafios enfrentados pela região em matéria de segurança humana. Alguns relatórios analisam, em termos gerais, as tendências dos conflitos e as ameaças à paz e segurança em países específicos da África Austral. Outros, concentram-se nos desafios a nível regional, tais como as reformas eleitorais, a corrupção ou os conflitos intraestatais.

Sobre o ISS

O *Institute for Security Studies* (ISS) estabelece parcerias com vista a aumentar os conhecimentos e competências, em prol da segurança no continente africano. O ISS é uma ONG africana com escritórios na África do Sul, Quênia, Etiópia e Senegal. Lançando mão das suas redes de contacto e de influência, o ISS disponibiliza aos governos e à sociedade civil – de uma forma atempada e credível – trabalho de investigação no campo de políticas, acções de formação práticas e assistência técnica.

Parceiros de desenvolvimento



**Hanns
Seidel
Foundation**



Sida

Este relatório é financiado pela Fundação Hanns Seidel (HSF) e pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA). O ISS está também grato pelo apoio recebido dos membros do Fórum de Parcerias do ISS, nomeadamente: a Fundação Hanns Seidel, a União Europeia e os governos do Canadá, Dinamarca, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Suécia e EUA.

© 2020, Instituto de Estudos de Segurança

Os direitos de autor do volume como um todo pertencem ao Instituto de Estudos de Segurança e nenhuma parte pode ser reproduzida como um todo ou em parte sem autorização expressa, por escrito, dos autores ou da editora.

As opiniões expressas não reflectem necessariamente as do ISS, dos seus administradores, membros do Conselho de Consultores ou doadores. Os autores contribuem para as publicações do ISS de acordo com a sua disponibilidade individual.

Crédito da foto: André Pereira/Wikimedia Commons

ISSN 2617-8206 Print
ISSN 2617-8214 Digital



9 772617 821002